

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Ciências sociais

Marcela Fernanda da Paz de Souza

**ESTRUTURA SOCIAL, INSERÇÃO FEMININA
E EFEITOS NA RENDA NO BRASIL**

Juiz de Fora
2010

Marcela Fernanda da Paz de Souza

**Estrutura social, inserção feminina e efeitos na
renda no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ênfase em Políticas Públicas e Desigualdade Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos

Juiz de Fora
2010

MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA

**ESTRUTURA SOCIAL, INSERÇÃO FEMININA E EFEITOS NA
RENDA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ênfase em Políticas Públicas e Desigualdade Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Aprovada em 11 de março de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos (orientador)
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Silveira Rivero
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, NEPP – DH/CFCH/UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Salomão Condé
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

Àquela que sempre muito amor empenhou, Valéria Maria da Paz, dedico. Em memória da Dalila Pereira da Paz, pelas manhãs no fogão à lenha. A ambas, mãe e avó, por serem para mim os melhores exemplos das complexas variáveis enredadas neste mundo gemendo as dores do parto: pobres, mulheres, negras e trabalhadoras precárias; mas, enfim, vencedoras. E, em um profundo reconhecimento, ao Aba Pai, pela força das suas filhas de amar sem medida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser um Pai fiel, sempre fiel; pela sua bondade, ternura e providência inabaláveis.

À minha mãe, amiga e companheira, Valéria. Ao meu pai, Simar, no céu.

Às irmãs, Cimara, Roberta e Rafaela, sempre presentes.

À tia Célia e ao tio Paulo, por me apoiarem decisivamente na vida profissional.

Às tias Norma, Lalada e Vânia, pelas orações. Ao tio Roberto, pela torcida.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), pela realização do concurso PNPd-IPEA para concessão de bolsas de mestrado destinadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Com este apoio financeiro, a dedicação ao mestrado se tornou ainda mais profícua.

Aos (às) professores (as) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo enriquecimento acadêmico proporcionado. Gostaria de deixar expressa a minha satisfação por ter cursado o mestrado neste Programa. E, principalmente, pela alegria de estudar, em um futuro bem breve, meu doutorado, também neste Departamento.

Ao meu orientador, prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos, que se tornou exemplo de dedicação e de pesquisador. Receba meu reconhecimento pelo professor que é, pela paciência incomensurável comigo. De uma forma especial, por acreditar no meu trabalho e, assim, ajudar-me a crer que eu sou capaz.

À querida antropóloga, Dr^a. Jurema Brites, por ter me adotado em suas pesquisas e, principalmente, por ter dispensado a mim, tamanho carinho. Sentirei muito à sua falta.

Ao prof. Dr. Eduardo Salomão Condé, pelas sugestões valiosas na qualificação.

Aos professores Dr. Rubem Barbosa Filho, Dr. João dal Poz e Dr. Raul Magalhães pelo apoio, confiança e, principalmente, paciência.

Ao funcionário técnico administrativo, Ms. Francisco da Silva Rocha Filho, por Tudo.

Ao professor Luiz Cláudio Ribeiro, professor do departamento de estatística (UFJF), membro do LEES (laboratório de estudos estatísticos na saúde), pelo suporte técnico com o Software estatístico SPSS® for Windows®. À licenciada em ciências sociais

e pesquisadora de desigualdade, gênero e saúde, Natália Leão Siqueira, pela ajuda com o Software estatístico e análise de dados, *Stata*. Ao Pedro Ferreira de Souza, doutorando do IUPERJ, por ter fornecido a planilha com os índices preparados para deflacionar as rendas do trabalho das Pnads entre 1992 e 2008, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que incorpora os ajustes propostos no trabalho de Corseuil e do Foguel, para a transição do plano real. Ao pesquisador do Ipea, Sr. Ricardo Paes de Barros, por ter gentilmente disponibilizado os dados atualizados do livro ‘Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente’. À professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutoranda em economia aplicada, Ms. Roberta Fernanda da Paz de Souza Paiva, pelo incentivo com a regressão e pelos livros de econometria.

Aos colegas de mestrado, Franklin Soldati, Gabriela Martins, Rodrigo Bastos e Wallace Faustino, pelos inúmeros momentos prazerosos desfrutados, pela ajuda intelectual e pelo apoio em momentos tão delicados. Aos (às) demais companheiros (às), agradeço a presença e os debates, sempre enriquecedores.

Aos (às) irmãos (ãs) da Igreja, pelas orações aos meus estudos. Agradeço pelo incentivo da retomada de minha vida de fé e por sempre me lembrarem que há apenas um caminho. De uma forma especial, à Érika Demolinary, Bárbara Simões e Sabrina Horácio.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, ao Instituto de Ciências Humanas, às bibliotecas Central e da Faculdade de Economia e de Administração, pela estrutura física e pelos funcionários sempre dispostos a ajudar.

RESUMO

Investiga-se as mudanças de gênero na estrutura social brasileira e seu impacto na renda mediana e na renda mediana relativa das posições de classe. Verifica-se em quais categorias de classe houve a permanência, o crescimento ou a retração da composição feminina e os efeitos específicos e relativos desse processo na renda das posições e contextos de classe no período analisado. Conclui-se que a influência da variável independente gênero é importante, mas não determinante para alterar significativamente a variável dependente renda mensal do trabalho principal. A variável com maior impacto sobre a variável dependente é a educação.

Palavras-chaves: Gênero. Renda. Categorias de classe. Desigualdade.

ABSTRACT

Gender changings in brazilian social structure and its impact on the median income and on the relative median income of the classes positions are investigated. It is verified in which class categories there was the permanence, the growth or the retraction of the feminine composition and the specific and relative effects of this process on the positions income and on the class context income in the period studied. It was concluded that the influence of the independent variable *gender* is important but not determinant to significantly alter the independent variable *monthly income* of the main work. The variable bearing the greatest impact on the dependent variable is *education*.

Key-words: Gender. Income. Class categories. Inequality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura causal - análise de classe marxista.....	57
Figura 2 - Estrutura causal - Análise de Classe Weberiana.....	57
Figura 3 - Análise de classe gradacional.....	62
Figura 4 - Características do trabalho e causas da variação.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ancorando questões em diferentes tradições de análise de classe.....	64
Quadro 2 - Tipologia básica de classes na sociedade capitalista.....	70
Quadro 3 – Tipologia de classe desenvolvida.....	71
Quadro 4 - Categorias do esquema de classe de John Goldthorpe e forma suposta de regulação do emprego.....	73
Quadro 5 - Uma classificação socioeconômica para o Brasil: categorias empíricas e critérios operacionais.....	77
Quadro 6 - Unidades das relações de trabalho.....	85
Quadro 7 - Forças de nível macro e mecanismos de aproximação gerando desigualdade de gênero.....	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das categorias de classe entre 1992 e 2008.....	103
Tabela 2 - Categoria de classe por gênero/ Pnad 1992 e 2008.....	106
Tabela 3 - Distribuição da mulher dentro das categorias de classe e distribuição da mulher entre as categorias de classe/ Pnad 1992 e 2008.....	107
Tabela 4 - Valor total da mediana e da mediana relativa da renda/hora – trabalho principal - 1992 e 2008.....	134
Tabela 5 - Valor da mediana - masculino, feminina e valor da mediana relativa masculino e feminino renda/hora trabalho principal – 1992 e 2008.....	138
Tabela 6 - Valor total da média - geral e relativa renda/hora trabalhada – trabalho principal - 1992 e 2008.....	145
Tabela 7 - Valor da média - masculino, feminina e valor da média relativa masculino e feminino renda/hora – trabalho principal - 1992 e 2008.....	147
Tabela 8 - Coeficiente de variação renda/hora trabalho principal -categoria de classe/ Pnad 1992 e 2008.....	151
Tabela 9 - Coeficiente de variação renda/hora trabalho principal -categoria de classe e categoria de gênero/ Pnad 1992 e 2008.....	153
Tabela 10 - Síntese dos coeficientes significativos e sem significância estatística para os modelos com renda mensal do trabalho principal como variável dependente e nas seguintes condições de análise: sem controle, controle de gênero, controle diversos e controle + educação.....	158
Tabela 11- Referências dos modelos sem controle, controle gênero, controles diversos e controle + educação.....	168

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2	REFLETINDO SOBRE A DESIGUALDADE	21
2.1	Desigualdade categórica e o controle desigual dos recursos	24
2.2	Igualdade de capacidades na diversidade humana e desigualdade real	28
3	GÊNERO NO ENFOQUE INSTITUCIONAL E INTERACIONAL	35
3.1	Gênero como Instituição Social	37
3.2	Gênero, Instituição e Desigualdade	42
3.3	Gênero, Interação e Desigualdade	49
4	CLASSE SOCIAL E A CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA NAS OBRAS DE ERIK OLIN WRIGHT, JOHN GOLDTHORPE E JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS	53
4.1	Apontamentos sobre as tradições sociológicas de classes de Karl Marx e Max Weber	55
4.2	Considerações sobre as tradições sociológicas de classe	61
4.3	Classe social e a classificação socioeconômica na obra de Erik Olin Wright	65
4.4	Classe social e a classificação socioeconômica no pensamento de John Goldthorpe	72
4.5	Nova Classificação Socioeconômica para o Brasil elaborada por José Alcides Figueiredo Santos	75
5	TRABALHO: TEORIA, MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO POR CATEGORIA DE GÊNERO	82
5.1	Trabalho: teoria e mercado	84
5.2	Mercado de trabalho brasileiro: um perfil dos anos 1990 e 2000	91
5.3	Mercado de trabalho brasileiro: um perfil da composição de gênero nos anos 1990 e 2000	99
5.4	Distribuição das categorias de classe em 1992 e em 2008	102

5.5	Distribuição das categorias de classe e distribuição nas categorias de classe por gênero em 1992 e em 2008.....	105
5.6	Tendências das recompensas salariais e da formação da categoria de gênero no mercado de trabalho.....	110
6	O IMPACTO DE GÊNERO SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO MERCADO DE TRABALHO - UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ANOS DE 1992 e 2008.....	122
6.1	A importância da renda no estudo da desigualdade.....	124
6.2	Panorama da distribuição da renda no Brasil e o perfil da distribuição nas décadas de 1990 e 2000.....	128
6.3	Análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) dos anos de 1992 e 2008 – mediana e mediana relativa e média e Média Relativa da renda hora do trabalho principal: análise por classe e gênero dos anos de 1992 e 2008.....	132
6.4	Mediana e Mediana Relativa da renda hora do trabalho principal das categorias de classe nos anos de 1992 e 2008.....	134
6.5	Mediana e mediana relativa da renda hora do trabalho principal do grupo de classe de gênero nos anos de 1992 e 2008.....	136
6.6	Categorias privilegiadas, com ativos de capital e credenciais.....	139
6.7	Categorias de classe precárias e desprivilegiadas segundo a categoria de Gênero.....	141
6.8	Média e Média Relativa e Mediana e Mediana Relativa da renda hora do trabalho principal e a assimetria na distribuição das categorias de classe.....	144
6.9	Média e Média Relativa e Mediana e Mediana Relativa da renda hora do trabalho principal e a assimetria na distribuição das categorias de classe, segundo a categoria de gênero.....	147
6.10	Coefficiente de variação-medida de desigualdade: análise por categoria de Classe.....	150
6.11	Coefficiente de variação-medida de desigualdade: análise por categoria de classe e gênero dos anos de 1992 e 2008.....	152
6.12	Análise da regressão linear simples e múltipla, com ajuste das médias, dos	

	modelos sem controle, com controle de gênero, controle diversos e controle + educação.....	156
6.13	Análise da regressão dos modelos sem controle e com controle de gênero em 1992 e 2008.....	158
6.14	Análise da regressão do modelo com controles diversos em 1992 e 2008.....	161
6.15	Análise da regressão do modelo controle + educação em 1992 e 2008.....	164
6.16	Poder explicativo dos modelos de regressão: breve consideração sobre o R² ajustado.....	167
	CONCLUSÃO.....	169
	REFERÊNCIAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade presente na estrutura social brasileira pede passagem. O eco entra na casa de milhares de brasileiros e apresenta a sua faceta cotidiana real: desiguais chances de vida e acesso assimétrico aos recursos produtivos de valor. Se relatórios como ‘Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil’ realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que a desigualdade alcançou na década de 2000, em especial, no ano de 2005, o menor índice nos últimos 30 anos, as disparidades permanecem como um fosso, conforme as diversas dimensões categóricas presentes no dinamismo do país.

A desigualdade de renda é decisiva na configuração das acentuadas discrepâncias no Brasil. Reflete-se na esfera governamental; na elaboração de políticas públicas de distribuição de poderes e de direitos sobre recursos produtivos; na fomentação do acesso e da expansão ao mercado de trabalho; nos centros de pesquisas científicas, econômicas, sociais e políticas; nas esferas abrangentes na criação de *policies* de curto e longo prazos; na superação das discrepâncias de renda.

A desigualdade de classe se torna um importante elemento de reprodução da desigualdade econômica. Sem querer defender uma análise puramente ‘economicista’, como os críticos comumente evocam contra as pesquisas relacionadas à classe e à renda, a dissertação parte do princípio que a classe social é um dos fatores, e não o único, determinantes no acesso desigual aos recursos produtivos e ao bem-estar material. O *gap* de renda é reforçado entre as categorias de classe do topo da tipologia que concentram os maiores índices da aquisição de renda e aquelas categorias destituídas de ativos de capital.

A desigualdade persistente categórica de gênero - na qual homens e mulheres são compreendidos enquanto categorias distintas e possuem sistematicamente diferentes poderes no que se refere ao acesso às diversas dimensões de bem-estar da vida humana.

Historicamente, as diferenças entre homens e mulheres baseadas no atributo sexo, resultam, ao mesmo tempo, da e na divisão sexual do trabalho, cuja proeminência masculina pode ser constatada na alocação de trabalhos privilegiados; na omissão dos homens no exercício do trabalho doméstico, pois as mulheres assumem a jornada dupla de

trabalho, no lar e no mercado de trabalho; e, pela consagração cultural de profissões específicas a homens e a mulheres.

Mas um novo cenário desponta, e o universo feminino já acena para postos anteriormente ocupados pelo grupo masculino. Por essa razão, se a desigualdade de gênero se caracteriza pela permanência, ela também evoca a mudança e estimula a produção de pesquisas sobre sua taxa de flutuação no mercado de trabalho. Como resultado, no Brasil, o avanço feminino no mercado de trabalho ocupa um espaço pungente nas pesquisas, ao retratar o dinamismo e a complexidade no interior da estrutura social.

A inserção da mulher nas diversas categorias ocupacionais abre espaço para a configuração de uma nova realidade socioeconômica. A análise de gênero e de classe demonstra os efeitos gerados pela interação dos processos causais entre as categoriais, pois as duas variáveis podem causar a opressão de forma independente.

O mundo do trabalho é um dos espaços onde há a reprodução das desigualdades de classe, de gênero e de renda, especialmente, em um processo de multicausalidade entre as três variáveis. Existe um debate contemporâneo se o trabalho se comporta como elemento social integrador, como a identidade social no industrialismo e, também, se ainda pode ser analisado categoria sociológica chave da sociedade industrial. Nessa interpretação, as questões, ‘o que você é?’ ‘o que você faz?’ orientam o significado dos indivíduos nas redes social e produtiva. Discute-se, portanto, se o trabalho propicia a formação de identidades dos indivíduos, a homogeneização das formas de vida no mundo industrial e a rotinização da vida social. Este debate pode ser analisado, por exemplo, nas pesquisas de Wolfgang Leo Maar (1995) e Sérgio Lessa (2006).

Em um processo de crise econômica, do *boom* da globalização e da flexibilização constantes do mundo capitalista e as delineações do mundo do trabalho se reconfiguram, apesar destes fatores apresentarem suas limitações intrínsecas. Enfim, em suas expressões formais e informais, no emprego e no desemprego, uma multidão de indivíduos está à procura de um trabalho como ‘em uma briga de foices’, gerando continuamente a vida humana.

E é nesse panorama teórico e empírico que a dissertação se desenvolve. A pesquisa pretende investigar as mudanças de gênero na estrutura social brasileira e seu impacto na renda mediana específica e na renda mediana relativa das posições de classe.

Entenda-se por renda mediana relativa, para efeito deste estudo, a renda mediana de um a categoria expressa enquanto uma proporção da renda da (s) categoria (s) de referência para efeito de comparação. As mulheres aumentaram a sua presença em vários contextos de classe e esse processo pode estar afetando os padrões de recompensas destas posições, devido aos rearranjos provocados em termos de características produtivas e comportamentais, poder social, valor atribuído, composição demográfica e mudanças nas relações entre empregos e seus padrões de recompensas.

O impacto da inserção feminina pode ser diferenciado, tanto no sentido de conter ou mesmo rebaixar a renda média ou ainda a renda relativa de determinadas posições privilegiadas de classe, particularmente entre os assalariados, como gerentes e especialistas, devido a criação de uma oferta excedente, reorganização das relações de emprego, estratégias empresariais, etc, como no sentido de elevar a renda mediana ou a renda mediana relativa de determinadas posições de classe destituídas, ao trazer mais qualificações para essas posições, tendo em vista que as mulheres suplantam os homens em qualificações adquiridas. O efeito social da inserção feminina na renda mediana ou renda mediana relativa pode mostrar um resultado menos pronunciado em uma das duas direções no grande agregado formado pelos trabalhadores assalariados típicos. Supõe-se que mudanças estruturais desse tipo podem ter contribuído, ao menos em parte, para gerar reduções nos índices de desigualdade de renda que captam a distribuição da renda pessoal disponível, que é formada basicamente pela renda que fica com os indivíduos derivada da suas atividades de trabalho.

Metodologicamente, o estudo visa aferir o grau de aumento da inserção direta das mulheres na estrutura social e seus efeitos na renda das posições de classe, comparando dois momentos no tempo, 1992 e 2008. Será usada como instrumento de mensuração da noção sociológica de classe social a classificação socioeconômica para o Brasil, elaborada pelo sociólogo José Alcides Figueiredo Santos (2002; 2005), que é aplicável às bases de micro dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, do IBGE. Deve-se realizar uma comparação no tempo, entre os anos 1992 e 2008, confrontando a proporção de mulheres nas categorias de classe, com os seus respectivos atributos, e os padrões de rendas medianas observadas de rendas relativas entre as categorias de classe de interesse, as categorias de referência para comparação e os décimos da distribuição da renda pessoal.

Tendo em vista a importância de controlar as influências de fatores relevantes que estão associados às categorias de classe, ao gênero e à renda, e cuja distribuição e potência causal podem ter sofrido alterações no período estudado, será utilizado um modelo de regressão padrão para estimar médias ajustadas (LEWIS-BECK, 1980; FELDMAN, 1985).

A análise da interseccionalidade enquanto categoria central de estudo - entendida a partir das relações entre as dimensões múltiplas e os tipos das relações sociais e formações submetidas - é fundamental no estudo sobre as mulheres em suas ligações com os campos relacionados. A metodologia sugerida está baseada no enfoque intercategoriais, o qual afirma a existência de uma relação de desigualdade entre os grupos já configurados e caracterizados como imperfeitos e constantemente mutantes, e apresenta no centro de análise a relação de desigualdade. “Os estudos de multi-grupos analisam a interseção de todo o conjunto de dimensões de categorias múltiplas e, deste modo, examinam a vantagem e a desvantagem explicitamente e simultaneamente” (MACCALL, 2005, p. 1787).

Verificar o impacto do avanço da mulher no mercado de trabalho sobre a renda mediana e a renda mediana relativa permitirá compreender como se delinea a (re) produção da desigualdade social em uma esfera da desigualdade de gênero. As vantagens comparativas dos homens em relação às mulheres no que se refere à renda demonstram que a propriedade de ativos de capital, o avanço nas categorias de classe privilegiadas, a escolaridade e a capacidade produtiva não são determinantes para o universo feminino se emancipar das situações de opressão e recompensa no mercado de trabalho. Assim, as interferências mútuas entre classe e gênero construídas socialmente e que ocorrem nas esferas micro-sociais, através das relações interpessoais e, igualmente, nas relações macro-sociais, através da divisão do trabalho, da estrutura produtiva do mercado de trabalho, além das leis do Estado (SANTOS, 2008) necessitam de um estudo capaz de tratar de temáticas que abordem alguns dos elementos determinantes na configuração da desigualdade no Brasil. A presente dissertação apresenta, ainda, sua importância, à medida que a “nova” configuração das estruturas econômicas provocadas pelo ingresso feminino demanda, por parte do Estado, maior atenção às políticas públicas - sejam essas trabalhistas, econômicas, educacionais - para que as mesmas possam atender as novas configurações apresentadas. Desta forma, os resultados que serão obtidos por este trabalho poderão auxiliar nessa tarefa governamental.

Para alcançar os objetivos em questão, a dissertação será desenvolvida em sete capítulos, a contar com a introdução e a conclusão.

O segundo capítulo, 'Refletindo sobre a desigualdade', traça um debate sobre os conceitos de desigualdade e como os mesmos podem ser analisados à luz da realidade social brasileira. 'Gênero no enfoque institucional e interacional' é o tema do terceiro capítulo e apresenta a reprodução da desigualdade de gênero nos enfoques institucional e interacional. Além disso, versa-se como a análise sobre a desigualdade categórica de gênero, bem como a assimetria entre homens e mulheres estão relacionadas às diferenças de recursos e de capacidades e como o *status* social influencia nesse processo de disparidade.

Posteriormente, no capítulo quarto, serão realizadas as análises de classes tradicional e contemporânea que auxiliam na compreensão da desigualdade de acesso a recursos produtivos e ao bem-estar material. Receberá atenção, ainda, o estudo das tipologias de classe de Erik Olin Wright, de John Goldthorpe e de José Alcides Figueiredo Santos. A nova classificação socioeconômica para o Brasil construída por Figueiredo Santos (ano) será detalhadamente explicada, pois a mesma serviu como uma das bases metodológicas para a dissertação. É a partir desta tipologia que as categorias de classe serão analisadas segundo a formação por categoria de gênero e por rendimento do trabalho principal.

O quinto capítulo da dissertação discorrerá sobre um dos possíveis conceitos de trabalho, o interacional, a formação do mesmo de acordo com as redes sociais e humanas e, ainda, como se estrutura o mercado de trabalho. Delineados esses aspectos gerais serão apresentadas as características política e econômica do mundo laboral brasileiro nas décadas de 1990 e de 2000, para, finalmente, ser analisada teoricamente a formação de gênero nas tipologias de classe no país. Receberá atenção, também, a análise empírica da taxa de flutuação da categoria de gênero nos anos de 1992 e de 2008 através da análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio. Como foi o comportamento da desigualdade entre as mulheres e os homens nas categorias de classe nos dois momentos do tempo? O debate sobre os avanços e as permanências das mulheres no mercado de trabalho será trabalhado ainda neste capítulo.

No sexto capítulo, a análise da formação de gênero nas categorias de classe será somada à verificação do impacto de gênero da renda proveniente do trabalho principal. As

rendas mediana e mediana relativa, e as rendas média e média relativa serão verificadas para se compreender o aumento ou a retração da renda e para se avaliar a distribuição da renda entre e dentro das categorias de classe, conforme gênero. O coeficiente de variação é um importante instrumento para a mensuração da desigualdade entre e dentro das categorias de classe, conforme a formação dos universos feminino e masculino. A análise de regressão de quatro modelos permitirá, através do controle das variáveis, compreender quais as variáveis explicativas impactam mais a mudança da variável resposta, renda mensal do trabalho principal.

O percurso da dissertação não foi detalhado com maior acuidade nesta introdução, pois se optou por, no início de cada capítulo, delinear os aspectos gerais do mesmo, como os autores a serem trabalhados e as abordagens referenciadas. Acredita-se que do ponto de vista didático, esta escolha propiciará uma maior clareza dos objetivos traçados em cada ponto.

Confesso que concluir esta dissertação foi um grande desafio. Infelizmente, por limitações diversas que serão apresentadas abaixo, esses obstáculos não foram superados em sua totalidade.

Primeiro, o debate sobre a renda ou a desigualdade de renda evoca um espaço, por ora, tenso de adoção analítica, seja para os economistas, os cientistas políticos e os sociólogos. Análises de renda são, comumente, enquadradas como desprovidas de valor analítico para se analisar a desigualdade. O mesmo pode ser argumentado em relação à variável classe. As diferentes abordagens sobre classe apresentam em comum a análise da desigualdade econômica. As análises de classe trazem em si um forte poder explicativo sobre o impacto de classe em relação a outras variáveis ou em um processo de multicausalidade. Sabe-se que essas variáveis apresentam seus limites próprios, mas se compreende, também, a influência das mesmas na reprodução da desigualdade.

Segundo, apesar dos avanços femininos e de uma robusta batalha contra a discriminação das mulheres, em especial as pobres, as negras, as trabalhadoras precárias e aquelas desprovidas de acesso à educação; a categoria de gênero ainda demanda muitas pesquisas, pois é uma variável independente com poder de transformação.

Pelas razões citadas, todas as variáveis utilizadas nas análises mereciam uma atenção exhaustiva. A interseccionalidade em si apresenta uma complexidade analítica seja do ponto de vista teórico ou empírico.

O estudo sobre o trabalho e o mercado de trabalho também levantou questões caras à dissertação. No contexto do mundo do trabalho em transformação, onde a sociedade industrial é colocada constante à prova e, formas alternativas de empregos - já solidificadas - são afirmadas como a saída para o desemprego desolador.

Situar-se nesse mar de mudanças econômicas e políticas e encontrar o porto teórico para analisar o gênero e a renda no contexto laboral, também não se constituiu em uma empreitada fácil, embora prazerosa.

As análises dos dados quantitativos se apresentaram como um momento importante da dissertação que exigiu muita atenção e destreza. Procurou-se, ao máximo, entendê-los à luz das teorias utilizadas na dissertação. O contentamento com esta pesquisa ocorreu, inclusive, ao se compreender como os dados também interrogam as teorias e, juntos, delineiam uma nova forma de se analisar o social.

Limitações próprias foram encontradas no próprio trabalho da autora e se tentou, na medida do possível, vencê-las, mesmo com a consciência de que muito se falta para atingir o ideal esperado por uma pesquisadora.

Lança-se, portanto, à dissertação, na ousada expectativa de contribuir para o estudo da desigualdade social brasileira, correspondendo à necessidade de uma população ávida de formas mais equitativas e justas de distribuição de recursos, de renda e de oportunidades; ao incentivo do governo às Universidades Federais e ao apoio financeiro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), através do programa Proredes I, em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Vamos dar os passos iniciais, portanto, para se aprofundar em um tema debatido e profundamente enraizado na nossa dimensão social: a desigualdade.

2 REFLEXÃO SOBRE A DESIGUALDADE

Na própria realização das tarefas de cuidado e manutenção das casas e das pessoas – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores –, assim como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor. No Brasil, a manutenção adequada desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, por uma ambigüidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas. Nas negociações de pagamentos extrasalariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil. Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade (BRITES, 2007, p. 94).

O trecho do artigo “Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores” é sintomático dos variados matizes de desigualdade que compõem a estrutura social brasileira. As discrepâncias de gênero, classe e cor são somadas às desigualdades no interior do mesmo sexo, às questões latentes de informalidade de pagamento, às horas extras no trabalho e à ação dos atores relacionada a uma ‘ideologia da dádiva’. As relações apresentadas indicam as formas desiguais de inserção no mercado de trabalho e, como esta entrada na esfera laboral reflete um padrão já estabelecido de disparidade de posicionamento ocupacional. Há, portanto, no Brasil, um dos países com os maiores índices de desigualdade, uma intersecção dos mecanismos causais do fosso social no qual o país se encontra, cujo impacto se estende a diversas dimensões da vida social (BRITES, 2007; MAUSS, 2003; SILVA, 2003). “Um e outro grupo têm oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas do nosso país” (POCHMANN, 2008, p. 2).

As divisões sociais presentes na sociedade brasileira podem ser verificadas nas diversas categorias existentes na pesquisa sociológica, como, por exemplo, idade, gênero, classe, raça e etnia. O papel da categoria é o de atuar como ordenadora social. Este comportamento incide decisivamente nos processos de exclusão e de assimetria ao acesso a recursos e ao bem-estar. Pungentes na estrutura social, as divisões não necessitam de uma definição formal, explica George Payne, pois variadas situações na vida humana originam esta idéia de divisão. Esta é consequência das interações sociais, dos eventos, das decisões e das disputas demarcadas pela condição social e pela oportunidade de vida de cada pessoa (PAYNE, 2000).

Conforme Payne, a divisão social é resultado da construção social, cuja variabilidade está relacionada com uma sociedade específica. O elemento da identidade dos indivíduos, ou seja, a forma como os indivíduos se vêem e analisam aos outros indivíduos é determinante no processo multiplicador das desigualdades que caracterizam os diversos modos da vida social.

As origens das definições que nós usamos; os modos nos quais (como) a separação entre uma categoria e outra tem sido criada e tem sido mantida; a extensão das desigualdades que existem entre grupos; como as pessoas vêm a pensar a respeito de sua própria identidade; e as consequências disso para sua ação futura; todas estas são atribuições sociológicas. A idade, o gênero, a saúde, a etnicidade e a classe, e assim por diante, são as divisões sociais que moldam a sociedade. Se nós vamos fazer sentido coerente de nossas próprias vidas, compreender por nós mesmos o que está ocorrendo em nossa sociedade e porque a sociedade como um todo opera do modo como ela o faz, a idéia de “divisões sociais” é uma das ferramentas mais úteis e poderosas disponíveis (PAYNE, 2000, p. 1).

A desigualdade social não é sinônima de divisão social, mas é parte importante das divisões. Neste contexto, à análise das divisões sociais à luz das interações entre os indivíduos nas relações sociais, pode-se somar a abordagem interacional da desigualdade categórica elaborada pelo pesquisador Charles Tilly. A contribuição teórica do sociólogo americano é consistente, ainda, sobre o caráter organizacional da desigualdade. Esta é construída em termos das relações interpessoais interacionais, entre e no interior das fronteiras categóricas. As desigualdades categóricas se sobrepõem umas as outras redimensionando e potencializando as diversas expressões de exclusão. A referida abordagem não estabelece um raciocínio ético, teórico ou prático relacionado à

desigualdade, mas demonstra como a construção da mesma se estabeleceu com o objetivo de balizar os arranjos organizacionais (TILLY, 2006).

No caso específico desta dissertação, a análise de Charles Tilly apresenta uma importante indicação sobre o conceito das desigualdades duráveis, e dos mecanismos multiplicadores de desigualdade, como a exploração, a reserva de oportunidades, a emulação e a adaptação, o que torna o estudo de Tilly substancial na verificação empírica e teórica dos deslocamentos da taxa de gênero no mercado de trabalho e das aquisições da renda proveniente do trabalho (TILLY, 2006).

Mas como são definidas as oportunidades dos indivíduos de acesso ao bem estar e aos recursos produtivos? Embora a dissertação utilize a noção de categorias, o pensamento do economista indiano Amartya Sen é fundamental, pois apresenta as capacidades como oportunidades reais de se realizar funcionamentos ou, como destaca o autor, ou, como destaca o autor, de bem-estar realizado. Além disso, a abordagem do economista indiano sugere a possibilidade da realização de bem-estar do agente, para si e para os outros, o que implica em liberdade de escolha e de ação (SEN, 2001).

Ao apresentar a diversidade humana com as múltiplas características internas e externas ao indivíduo, além das realidades circunstanciais, Sen afirma a necessidade de se analisar a desigualdade à luz de uma pluralidade de variáveis focais, capazes de englobar a dimensão humana em sua totalidade. Os talentos individuais, as circunstâncias de vida, os objetivos da pessoa e a habilidade de converter recursos e renda em bem-estar também são determinantes no processo de construção da desigualdade (SEN, 2001).

Uma base de classificação especialmente relevantes neste contexto é o sexo. Existem disparidades sistemáticas nas liberdades que homens e mulheres desfrutam em diferentes sociedades, e essas disparidades frequentemente não são redutíveis a diferenças na renda ou recursos. Embora os níveis salariais e de remuneração diferenciais constituam uma parte importante da desigualdade relativa ao sexo na maioria das sociedades, existem muitas outras esferas de benefícios diferenciais, p. ex. na divisão do trabalho dentro da família, na extensão da assistência ou educação recebidas, nas liberdades que se permitem a diferentes membros desfrutar (SEN, 2001, p. 190).

Refletindo, portanto, entre a proposta da desigualdade categórica e do acesso desigual a recursos produtores de valor em Charles Tilly e a igualdade de capacidades como um meio eficaz de se avaliar a desigualdade real indicada por Amartya Sen, têm-se

duas abordagens substantivas para fornecer elementos analíticos relacionados ao dinamismo da desigualdade. Seja em pares dispostos categoricamente e acentuada relevância aos recursos, ou, seja na diversidade humana presente na multiplicidade de variáveis focais e substantiva atenção dispensada às oportunidades reais; respectivamente, as referidas abordagens oferecem uma gama de possibilidades para se pensar a desigualdade ao longo da história e às novas formas como elas atuam no mundo moderno (TILLY, 2006; SEN, 2001).

As abordagens de Charles Tilly e de Amartya Sen serão analisadas, respectivamente, no primeiro e no segundo tópicos deste capítulo. As análises de Charles Tilly se somaram às contribuições de Erik Olin Wright e de Márcio Pochmann e, às contribuições de Amartya Sen, acrescentou-se o trabalho de Erik Olin Wright (TILLY, 2006; SEN, 2001).

2.1 Desigualdade categórica e o controle desigual dos recursos

O sistema de desigualdade categórica em Charles Tilly se refere a uma distribuição assimétrica de recursos produtores de valor entre grupos de pessoas que permanecem dispostas dos dois lados da fronteira categórica e implica em beneficiários de recursos de um lado e de desprovidos dos mesmos, do outro.

Os pares categóricos (homem e mulher, branco e não branco, indígena e mulçumano) são aqueles que estabelecem relações assimétricas e relações interpessoais desiguais. Conforme Tilly, os pares se salientam em circunstâncias temporais e espaciais diferenciadas ocasionando a exclusão desigual das redes de recursos controladas por um dos lados dos pares. Com uma análise contrária a de Amartya Sen, embora reconhecendo que este princípio se relaciona às diferenças individuais, para Charles Tilly, o mundo é categórico e, por isso, há a suplantação em bem-estar e desenvolvimento as diferenças individuais (TILLY, 2006; SEN, 2001).

As categorias ocupam um *locus* privilegiado na análise de Tilly, pois são modeladoras de desigualdades e de identidades, além de estabelecerem fronteiras sociais. Estas identificam as relações sociais, as quais não se têm o trabalho de reconhecer e, caso seja necessário, de negociar. A combinação das relações sociais, da fronteira e do

significado conferido a elas, gera as identidades, primordiais na configuração da desigualdade categórica, pois também são as responsáveis pelas distinções dos planos categóricos, da interpretação destas diferenças e na configuração dos aspectos exteriores e interiores (TILLY, 2006).

As identidades se configuram em duas esferas: no interior (único, complexo e secreto) e no exterior (refere-se à identidade fornecida pelos bancos de dados e pela ‘vida pública’). Charles Tilly destaca que as identidades sociais mais importantes se situam nestes dois extremos e subsidiam significado às relações entre as pessoas. Nota-se que a identidade pública apresenta seu alcance e sua importância à medida que auxilia na interpretação coletiva das fronteiras categóricas, pois inclui fronteiras, relações através das fronteiras, relações no interior do ‘nós’ e do ‘eles’. A referida identidade é relevante na compreensão da desigualdade, uma vez que abrange os significados acumulados atribuídos às fronteiras e às relações (TILLY, 2006).

Conforme Charles Tilly, as categorias sempre geram diferenças, mas não necessariamente desigualdades. Haverá a produção de desigualdades quando as permanentes transações através das fronteiras resultarem vantagens para aqueles que estão de um lado dela, do que para a parcela necessitada. As relações desiguais apresentadas por Charles Tilly inserem-se em pequena escala, na vizinhança e no trabalho e nas múltiplas relações, expostas em vastas redes conectadas de desigualdade; os membros destas categorias diferem, em média, nas vantagens que obtêm. Contudo, as fronteiras categóricas são importantes pontos de reflexão porque as pessoas a utilizam para organizar a vida social e reproduzir a desigualdade entre os diferentes membros das categorias (TILLY, 2006).

No caso específico da sociedade brasileira, há um cruzamento de desigualdades duráveis, multiplicando o fosso da desigualdade, a qual se atém às diferenças nas vantagens organizadas por gênero e outros sistemas similares, tal como raça, por exemplo.

O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais. Transversalmente a estas, permeando e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. A pregnância do legado cultural escravocrata e patriarcal¹ é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e

¹ A proposta de analisar o Brasil desigual sob a ótica da emotividade, da afetividade, dos laços do jeitinho brasileiro e do homem cordial, a partir do paradigma ‘personalismo/patrimonialismo’, uma interpretação ‘culturalista’, é colocada em xeque pelo sociólogo Jessé Souza. Outra crítica realizada pelo pesquisador é

mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Um e outro grupo têm oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país. Apesar da igualdade formal, presente na letra da lei e de importância inquestionável, é na vivência cotidiana que a ideologia que reforça iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida. Imiscuindo-se insidiosamente nas relações sociais, produz discrepâncias que redundam em exclusões. Nos bancos escolares, no interior das empresas, nas cidades, nas famílias, no campo, no interior dos lares, nos hospitais, nas favelas e em cada parte da nossa sociedade, negros são discriminados por sua cor/raça e mulheres, por seu sexo (POCHMANN, 2008, p. 2).

Além disso, todas as populações humanas de grandes dimensões permaneceram com sistemas substanciais de desigualdade categórica. Conforme Tilly, a referida desigualdade é produto das relações que ocorrem em uma fronteira categórica, e gera: a) permanentemente vantagens às pessoas em um dos lados das fronteiras e b) reproduz a fronteira (TILLY, 2006).

Para Tilly, o motivo pelo qual as desigualdades sociais perduram está relacionado ao fato de que pares de categorias assimétricas estão sempre disponíveis, fazendo parte do cotidiano e oferecendo, mesmo para os hierarquicamente inferiores, a possibilidade de algum benefício, ou, o que é o mesmo, a ilusão de tê-lo (PANTALEÓN, 1998, p. 162).

E, sob a ótica de Charles Tilly, tratando-se da assimetria no controle de bem-estar material, os mecanismos causais produtores do acesso desigual aos recursos produtores de valor responsáveis pela geração da desigualdade material categórica são a exploração, a reserva de oportunidades, a adaptação e a emulação. A exploração, nos termos, do autor (I) - reúne o esforço de outras pessoas para produzir um valor por meio de um determinado recurso e (II) – exclui as outras pessoas do valor total acrescentado por seus próprios esforços (TILLY, 2006).

Pode-se apresentar ainda, na esfera da exploração, a contribuição do neomarxista Erik Olin Wright. O autor apresenta um tipo especial de interdependência

em direção às ‘explicações alternativas’ do ‘economicismo’ que analisam a desigualdade brasileira como uma variável econômica. E, também, ao racialismo, que para Jessé Souza é irmão gêmeo do economicismo. O autor explica que essas análises deixam em segundo plano, indevidamente, os aspectos substanciais e não- econômicos da desigualdade social, baseados no aspecto simbólico, da mesma forma, o que torna invisível a realidade da reprodução social de uma ralé (SOUZA, 2006). Para clarificar a obra do Jessé Souza, ler, Souza, (2003; 2004; 2006; 2007).

assimétrica: as pessoas que possuem alguma vantagem dependem do controle da atividade de outros indivíduos, entretanto, mesmo com a interdependência entre as diferentes posições, explorador e explorado, cria-se um ator que tem poder para decidir, o que resulta em uma assimetria. Compreende-se a concepção de exploração do neomarxista em termos relacionais. A mesma é construída segundo as formas desiguais de distribuição do poder e do bem-estar econômicos. O sociólogo Figueiredo Santos explica que para Erik Olin Wright a sociedade hodierna há a existência de formas não capitalistas de exploração, as quais são subjacentes ao capital e oferecem o suporte material adequado para as relações secundárias de classe. O neomarxista também trabalha com a noção de interação e de relação social, caracterizando a exploração como um modelo de contínua interação nas relações sociais, as quais são formadas entre explorador e explorado (SANTOS, 2002).

O segundo mecanismo gerador de desigualdade material, reserva de oportunidade, refere-se à limitação da disposição de um recurso produtor de valor aos membros de um grupo. O que se tematiza neste ponto é a presença de barreiras, de exigências que causam bloqueios nas redes de relações sociais, além disso, pode-se verificar as relações de poder. Neste aspecto há o fechamento de posições nas oportunidades e nas categorias. Há, ainda, os mecanismos de ‘emulação’ e o de ‘adaptação’, cuja responsabilidade é garantir a efetividade das categorias. O primeiro termo refere-se à forma como as organizações se reproduzem a partir de modelos de desigualdade que obtiveram sucesso. Por sua vez, a adaptação está relacionada à forma como se cria e se rotiniza um ‘conhecimento local’ constituído a partir destes modelos (PANTALEÓN, 1988; TILLY, 2006).

Charles Tilly ressalta que a mobilidade nestas relações de pares categóricos não implica em uma relação positiva na direção de uma superação da desigualdade, mas sim, evoca a mudança dos agentes controladores de recursos produtivos. A fim de tornar estas desigualdades mais duradouras os agentes proprietários dos benefícios gerados pela exploração e pela reserva de oportunidades empregam parte deste lucro a fim de reproduzirem (I) - as fronteiras que os separam das demais categorias da população, aquelas que estão excluídas e (II) – as relações desiguais através das fronteiras (TILLY, 2006).

Conclui-se que a relação entre estes dois mecanismos e a desigualdade implica decisivamente na construção de sérias barreiras para um acesso mais equilibrado a recursos

geradores de valor, ademais, há ainda o predomínio ou a combinação de mais de um recurso produtor de valor nos quais a sociedade se baseia afeta diretamente a mobilidade individual ou coletiva; enfim, os recursos predominantes diferenciam os sistemas de desigualdade (TILLY, 2006).

A análise do contexto da sociedade atual no que se refere à desigualdade de acesso ao conhecimento técnico-científico e ao controle desigual sobre sua distribuição ou sua produção é um tema importante não só em razão do seu valor intrínseco ao conhecimento, mas também porque sua distribuição desigual acarreta outros tipos de desigualdade. Tilly conclue que as partes mais ricas estão concentradas em um mundo pobre, no qual uma dimensão enorme de pessoas vive uma não-liberdade de acesso e de transposição das fronteiras categóricas de informados e não informados, privilegiados e excluídos, ou seja, a não-liberdade neste caso está diretamente relacionada à desigualdade, como se refere Amartya Sen. A importância do conhecimento científico e das demais formas de recursos geradores de valor é indubitável, mas, a grande questão que emerge é uma assimetria na distribuição deste bem-estar neste mundo categórico (TILLY, 2006; SEN, 2001).

Compreendeu-se, através da Charles Tilly a importância que o mesmo direciona ao controle e ao acesso desiguais a recursos um fator preponderante na configuração da desigualdade categórica. Assim, são determinantes a exploração, a reserva de oportunidades, a adaptação e a emulação como mecanismos geradores de desigualdades, pois incidem diretamente e negativamente sobre o recurso em foco. Há, entretanto, outras abordagens substanciais na análise da desigualdade, sejam em sua (re) produção, sua amplitude e suas conseqüências sobre a vida humana. Dirige-se a atenção às propostas do economista Amartya Sen (TILLY, 2006).

2.2 Igualdade de capacidade na diversidade humana

As capacidades é que precisam ser igualadas, argumenta Amartya Sen, ao reavaliar os estudos e a metodologia cujo foco é a desigualdade. O economista inicia seu raciocínio através da análise da ética da igualdade. Porque a igualdade? Igualdade de quê?

Sen questiona qual é o prisma dado pelas teorias éticas do ordenamento social indicadoras da igualdade em algum campo específico de ação (SEN, 2001).

O indiano pondera que o termo “igualdade” só pode ser assim definido em um espaço particular, o que é considerado um problema para Sen, pois a igualdade em uma variável focal determina a desigualdade em outras esferas. Portanto, torna-se necessário atribuir a importância da igualdade em uma área determinada – considerada a mais importante – a fim de justificar a desigualdade em outro espaço. Neste contexto, é relevante a noção de igualdade basal, cujo argumento é a necessidade da igualdade em uma determinada característica individual, mas considerada como igualdade básica na concepção particular de justiça social ou ética política (SEN, 2001).

A realidade da diversidade humana generalizada não possibilita pensar a igualdade em apenas uma variável focal. A escolha do espaço de avaliação é substantiva, pois as pessoas divergem segundo as características internas, como a idade, sexo, cor, habilidades gerais, talentos particulares, aptidão física ou debilidade, propensão à saúde e, também, de acordo com as características externas, como a riqueza, a herança herdada, os ambientes sociais, da comunidade onde cresceram, da família, do emprego, etc. Conclui-se, portanto, que as vantagens e as desvantagens das pessoas, comparadas umas as outras devem ser analisadas em termos de diversas variáveis focais. Há o argumento que as desigualdades em diferentes “espaços” podem ser diferentes uma das outras, segundo as variações interpessoais nas relações entre variáveis distintas, entretanto, essas variáveis se comportam interconectadas (SEN, 2001).

O economista insere uma relevante proposição. Qual variável focal é determinante para alcançar um espaço privilegiado na teoria dos ordenamentos sociais e na reflexão sobre a desigualdade? Como se pensar em igualdade em apenas um espaço de avaliação face à diversidade nos aspectos circunstanciais, nas características internas e externas do indivíduo?

Frente a um posicionamento de Charles Tilly favorável à perspectiva de uma desigualdade material resultante do controle desigual de recursos que produzem valores, Amartya Sen justifica uma análise da igualdade de capacidades, pois a ausência da mesma reflete as díspares oportunidades reais dos indivíduos de realizarem funcionamentos nas diversas esferas da vida social. Assim, para Amartya Sen, as capacidades devem ser

igualadas. A noção de capacidades perpassa não apenas as temáticas da diversidade humana e da pluralidade de variáveis focais de maneira positiva e direta, mas é decisiva na noção de funcionamento, na liberdade de realização do bem-estar e no bem-estar realizado, pontos substantivos na análise de Amartya Sen para se compreender a dimensão da desigualdade. Desta forma, considera-se importante, ainda, realizar a adequação relativa dos diferentes espaços, pois a mesma é dependente da motivação subjacente ao exercício de avaliação da desigualdade; sendo o propósito intrínseco à variável focal (TILLY, 2006; SEN, 2001).

Amartya Sen é taxativo ao argumentar sobre seu conceito de capacidades. Um dos pontos nodais está na desmistificação da variável renda como determinante no processo de re (produção) da desigualdade, pois a extensão da desigualdade real de oportunidades vivenciadas pelos indivíduos não pode ser reduzida à significância das disparidades de renda. Destaca-se que a possibilidade da realização dos objetivos das pessoas não depende apenas desta variável focal, mas também da pluralidade das características físicas e sociais capazes de impactar na vida do indivíduo e de construí-lo (SEN, 2001).

Na esfera das possibilidades de uso dos recursos e das oportunidades, pode-se lançar mão do estudo de Erik Olin Wright, para quem os ativos produtivos (o que a pessoa tem) determinam o bem-estar material (o que a pessoa obtém) e o que o indivíduo deve fazer para conseguir o referido bem-estar (o que obtém), cuja escolha está vinculada a oportunidades, a dilemas e a opções (SEN, 2001).

A idéia da capacidade para realizar funcionamentos refere-se à igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levarem suas vidas; focaliza-se o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos. As oportunidades reais ou substantivas de que uma pessoa dispõe para realizar seu próprio bem-estar ou, ainda, a outras causas que não sejam referentes ao seu bem-estar, são representados por suas capacidades, através dos poderes para fazer ou deixar de fazer (incluindo ‘formar’, ‘buscar’, ‘revisar’, ‘abandonar’ objetivos), imprescindíveis para uma escolha natural; ademais, as capacidades englobam a acessibilidade a recursos, que depende muito das habilidades e dos talentos que cada pessoa tem para usar alternativamente recursos (SEN, 2001).

Amartya Sen explica que oportunidades não são medidas por recursos disponibilizados às pessoas, mas por funções cujos valores são determinados por uma série de fatores, como recursos, talentos, condicionamentos, direitos, expectativas, escolhas anteriores, conseqüências controláveis ou não da ação individual ou coletiva, auto-estima e poder de iniciativa (SEN, 2001).

Para completar a idéia de capacidade é essencial compreender a noção de funcionamento, pois capacidade é a oportunidade real, a liberdade para realizar funcionamentos. De acordo com Sen, viver pode ser visto como consistindo um conjunto de funcionamentos inter-relacionados englobando estados e ações. O bem-estar de uma pessoa é tecido pela ‘qualidade do seu ‘estado’, como o vetor de seus funcionamentos. Ora, se o funcionamento abrange estados e ações, então a avaliação de bem-estar tem de assumir a forma de análise desses elementos substantivos do funcionamento. A relação entre capacidade e funcionamento pode ser pensada, ainda, em termos do conjunto capacitário, uma vez que este apresenta informações sobre os diversos vetores disponíveis a uma pessoa. A importância do conjunto é indiscutível independentemente de como o bem-estar é caracterizado (SEN, 2001).

Constata-se assim, que, para Sen, os recursos não são definidores no bem-estar de uma pessoa, pois as escolhas que esta faz, face aos vetores de funcionamentos, englobam suas características física, social e circunstancial, ademais, suas habilidades e talentos são importantes para se utilizar alternativamente os recursos. Estas variações individuais afetam substancialmente a conversão de características de bens primários e serviços em atividades e estados pessoais e em oportunidades que uma pessoa dispõe para considerar coisas que analisam como valiosas (SEN, 2001).

A posição de uma pessoa num ordenamento social está relacionada a duas questões: (I) - Realização de fato conseguida liga-se ao que conseguimos fazer ou realizar; (II) – Liberdade para realizar, o que denota a oportunidade real que temos para fazer ou alcançar aquilo que valorizamos. Nestes aspectos Amartya Sen mostra que a desigualdade pode ser vista em termos de realizações e liberdades. O economista, então, retorna à temática dos recursos e explica que mesmo se houver a similar divisão da propriedade de recursos ou parcelas de bens primários não ocorrerá necessariamente a equiparação das

liberdades substantivas usufruídas por pessoas diferentes, já que pode haver variações significativas na conversão de recursos e bens primários em liberdades (SEN, 2001).

Os problemas de conversão podem envolver algumas questões sociais extremamente complexas, especialmente quando as realizações em questão são influenciadas por intrincadas relações e interações intra-grupais, por simples diferenças físicas ou de contextos sociais. Como ressalta Sen, se houver o interesse pela liberdade de escolha, então deve-se considerar as escolhas que as pessoas têm e há a necessidade de pressupor que os mesmos resultados seriam obtidos levando-se em conta os recursos sobre os quais esses indivíduos têm controle (SEN, 2001).

A fim de se considerar a liberdade de uma pessoa para realizar seu bem-estar convém destacar algumas considerações de Amartya Sen, como a realização de agente de uma pessoa, a qual se refere à

realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar. Uma pessoa como agente não necessita ser guiada somente pelo seu próprio bem-estar, e a realização da condição de agente refere-se ao seu êxito na busca da totalidade de seus objetivos e finalidades ponderados (SEN, 2001, p. 103).

Um fator deve ser considerado. Amartya Sen explica que a capacidade como liberdade para realizar funcionamentos e assim, bem-estar, não está separada da idéia da capacidade como a realização do bem-estar, pois, a efetivação de determinado objetivo só será possível caso haja esta possibilidade de realização de funcionamentos. Outras proposições apresentadas por Sen é a de que nem sempre a liberdade para realizar bem-estar está relacionada, de fato, com o bem-estar, pois em determinadas circunstâncias o aumento da liberdade e o controle sobre a liberdade podem significar o peso. Esta é, aliás, uma ressalva do autor. Caso o individuo não possua o controle sobre a liberdade para realizar, não significa que não alcançará o bem-estar, uma vez que o individuo possuidor deste controle poderá tomar a mesma decisão contrafactual (SEN, 2001).

O tema da liberdade é substancial na obra de Amartya Sen, pois o mesmo se apresenta como determinante na análise do desenvolvimento. Além disso, o autor soma a este fato, a importância da participação das mulheres na concepção do desenvolvimento como liberdade.

Segundo Sen, diversos estudos mostram como a capacidade de obtenção de renda independente, de trabalhar fora, de ter propriedade, de ser instruída, de poder participar de decisões influem no respeito e no bem-estar das mulheres [...] Por conta desses dados, o autor considera que atualmente um fator determinante da economia política do desenvolvimento é o reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres, o que compreende como um aspecto crucial do desenvolvimento como liberdade (RIBEIRO *et al*, 2008, p. 42).

As oportunidades reais desfrutadas pelos indivíduos e sua liberdade de escolha e de realização de bem-estar abrem um novo leque de possibilidades na pesquisa sobre a desigualdade. Os indivíduos com suas características externas e internas contribuem decisivamente com a configuração da igualdade ou da própria desigualdade, pois em determinadas situações eles serão os responsáveis em converter bens primários, recursos, talentos, habilidades em bem-estar realizado. A essa oportunidade substantiva de realizar funcionamento desfrutado pelo agente, seja em próprio benefício ou de outrem, é uma das grandes possibilidades de se pensar em formas alternativas e em políticas públicas de combate à desigualdade (SEN, 2001).

Charles Tilly e Amartya Sen concordam sobre a importância do recurso no processo de reprodução ou de eliminação da desigualdade, embora para Sen, seja fundamental a capacidade de conversão do recurso em realização de bem-estar. Charles Tilly apresenta os indivíduos em relações interacionais, face a face, dispostos em categorias sobrepostas. Amartya Sen considera que a desigualdade não pode ser avaliada em categorias, pois as relações interpessoais atravessam os diferentes espaços focais e, mesmo quando cita as categorias em sua obra, Sen a concebe em torno da noção de diversidade humana. Mas ambos concebem a construção da desigualdade em termos relacionais (TILLY, 2006; SEN, 2001).

Os pares categóricos abarcam no interior das fronteiras e entre as fronteiras relações interpessoais interacionais, o que significa que pessoas de diferentes características exteriores, interiores e em situações circunstanciais também estarão em interação, mesmo que separadas por fronteiras e dispostas em categorias. Da mesma forma se pode pensar em uma mulher, negra, com deficiência física e analfabeta. Ela está presente em quatro categorias sobrepostas, mas também está abrangendo a diversidade de característica de um

indivíduo. Este fato resulta em uma multiplicação das formas das desigualdades categóricas duráveis (TILLY, 2006).

Independentemente das perspectivas teóricas privilegiadas, o tema da desigualdade tem ocupado um lugar de destaque no conjunto dos debates ocorridos tanto no âmbito acadêmico, como governamental e seguramente empresarial. Boa parte desse debate tem como pressuposto que as manifestações das desigualdades são tão efetivas nas condições materiais de vida como nas maneiras pelas quais os indivíduos pensam e concebem seus projetos de vida. Assim, tem-se constatado que a interação entre a dimensão material e a simbólica torna-se aspecto importante para compreensão dos padrões de desigualdade que caracterizam uma sociedade (RIBEIRO, 2008, p. 43).

Entre as diversas possibilidades de desigualdade citadas no decorrer do capítulo, uma receberá atenção especial no próximo momento do trabalho: a desigualdade durável de gênero. Nesta esfera, homens e mulheres são compreendidos enquanto categorias distintas e possuem sistematicamente diferentes poderes relacionados ao acesso ao bem-estar material e social, destaca-se o reflexo desta disparidade no mundo laboral (SANTOS, 2008).

3 GÊNERO NO ENFOQUE INSTITUCIONAL E INTERACIONAL

Meg Luxton estudou três gerações de mulheres que trabalhavam em casa em Flin Flon, uma cidade de mineração de metal em Manitoba do Norte. Trabalhava? Uma das mulheres que Luxton entrevistou tinha isto para dizer sobre o que ela estava fazendo:

Isto é cuidar da sua família, e o que poderia ser mais importante? Você não tem ninguém se levantando em cima de você, assim você pode fazer o que você quiser. Mas você não recebe pagamento, assim, você é dependente de seu marido, e você tem que estar lá todo o tempo, e há sempre alguma que se precisa ser feita. Eu me sinto tão confusa porque pode isso poderia ser bom e nunca é (LUXTON 1980, p. 12).

Outra mulher de Flin Flon assumiu uma visão mais coletiva:

Quando eu penso no que eu faço todos os dias - eu cozinho refeições para minha família, eu faço cereal para o café da manhã, e sanduíches para o lanche, e carne e batatas para a ceia. Nada incomum sobre isso. Mas, quando eu penso em todas essas milhares de outras mulheres fazendo a mesma coisa, então eu percebo que eu não estou apenas fazendo mingau de aveia. Eu sou parte de um exército inteiro de mulheres que estão alimentando o país (LUXTON 1980, p. 13);

Nenhuma mulher estava recebendo salários por seu esforço, mas, ambas estavam trabalhando duro. Qualquer concepção de trabalho que exclua sua labuta diária - como muitas concepções de trabalho orientadas para o mercado fazem - falseia muitos mundos do trabalho (TILLY *et al* 1998, p. 22).

Ao realizarem uma análise sobre as declarações de duas mulheres que cozinham, cuidam da casa, empreendem esforços, mas não são remuneradas pelos esforços realizados, Charles Tilly e Chris Tilly indicam que as duas ‘servas do lar’ apresentam um comportamento financeiro dependente dos respectivos maridos. Ainda que não recebam gratificações, trabalham duramente como um empregado assalariado. No mundo moderno, indiscutivelmente, este perfil assinalado acima apresenta um novo cenário. O posicionamento da mulher na sociedade assume continuamente um caráter funcional delineado pela jornada dupla de trabalho, pois o universo feminino atua determinadamente nas atividades públicas e nas privadas. Em consequência, o esforço do trabalho da mulher não é decisivo apenas para o bem-estar do lar, nas atividades domésticas e na responsabilidade com os filhos, mas nos próprios rendimentos das famílias (TILLY *et al*

1998).

Um dos pontos a ser refletido é o de que a desigualdade entre homens e mulheres de acesso a recursos, às díspares oportunidades de realizar funcionamentos e à falta de informações sobre as possibilidades de ser alcançar ao bem-estar é reproduzida institucionalmente na sociedade. O argumento da pesquisadora Patrícia Martin é o de que o próprio conceito de gênero deve ser analisado como uma instituição, dinâmica, passível de mudança, e que interage decisivamente com outras instituições, como escola, família, empresa, organização. O primeiro ponto do capítulo, ‘Gênero como instituição social’, apresenta uma reflexão mais detalhada sobre as contribuições teóricas e empíricas de se analisar gênero como uma instituição social e, de uma forma especial, como esta análise reflete no mundo do trabalho. Às contribuições teóricas de Martin, são acrescentados os apontamentos de Robert Connell (MARTIN, 2004; CONNELL, 1987; TILLY *et al* 1988).

À análise institucional das relações assimétricas estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade, soma-se às possibilidades do estudo dos processos de reprodução da desigualdade ou aos mecanismos para a redução ou superação da mesma. Os mecanismos causais das formas díspares de disposição de gênero nas organizações e nas demais instituições, apresentados pela pesquisadora Amy Wharton, são alinhavadas às contribuições sobre o *status* de gênero, realizado pela Judith Lorber. Estas análises elucidarão as relações entre instituição social, trabalho e desigualdade. Uma avaliação mais atenta pode ser encontrada no subcapítulo posterior, ‘Gênero, instituição e desigualdade’ (LORBER, 1994; WHARTON, 2005).

O capítulo amplia o horizonte teórico e apresenta o papel interacional na reprodução da desigualdade de gênero. As relações sociais estabelecidas no cotidiano, como indicam as vertentes da etnometodologia, do *status* e da *homophily*, propiciam contextos para a formação de identidades, comportamentos e escolhas, condicionando a esfera do trabalho. A abordagem interacional se comporta de maneira similar à perspectiva institucional, pois ambas não excluem a possibilidade de mudança no comportamento assimétrico nas disposições de poder de homens e de mulheres. A reflexão realizada pela pesquisadora Amy Wharton se encontra no subcapítulo, ‘Gênero, interação e desigualdade’. Em uma análise geral, o estudo apresenta a necessidade de se compreender os dinamismos e as causalidades da reprodução da desigualdade de gênero, visando a uma ação mais

efetiva de pesquisadores, alunos e organizações sociais, como argumenta Rismam (WHARTON, 2005; RISMAN, 1998).

Realizado o panorama do capítulo, segue-se o estudo mais acentuado de gênero como uma instituição, apresentando-o como um importante ponto de reflexão sobre os limites e as possibilidades das mulheres na sociedade.

3.1 Gênero como Instituição Social

Partindo-se da impossibilidade da naturalização do conceito de gênero, a historiadora Joan Scott afirma que o termo é uma categoria fundamental para a compreensão das diversas interfaces entre o poder e as relações sociais construídas entre homens e mulheres. Scott afirma que gênero e poder se influenciam mutuamente e que a diferença entre os sexos deve ser analisada como uma estrutura na qual a sociedade se move, segundo as características e os discursos culturais e históricos baseados nesta diferença. Gênero se configura, portanto, como um discurso utilizado para ordenar o mundo (SCOTT, 1995). “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas [...], aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais” (SCOTT, 1998, p. 115). A socióloga Patrícia Martin também destaca o papel que ‘gênero’ desempenha nas esferas da ideologia e do poder, pois ele legitima e instrumentaliza as relações sociais, além de estar entrelaçado com outras instituições (MARTIN, 2004).

A adoção de uma análise institucional de gênero apresenta seu significado, à medida que na abordagem se verifica a suposta invisibilidade de gênero e a sua intersecção complexa e em movimento com as demais instituições, capaz de tornar o conceito sujeito à (re) consideração, à crítica e à mudança. Na pesquisa de gênero como instituição, dois pontos são fundamentais na avaliação de Martin: obter a compreensão clara do que é uma instituição social e analisar o dinamismo e a profundidade social da noção de gênero (MARTIN, 2004).

Como explica a socióloga, na Teoria Social do século XX/XXI, o conceito de instituição social é compreendido por abordagens diferenciadas. Para muitos sociólogos sua configuração é abstrata e circundada, caracterizada pela centralidade e pela persistência

temporal; considera-se, ainda, que a aglutinação de diferenciadas instituições fundamenta a existência da sociedade, além de traçar suas metas ou suas necessidades; elas também são consideradas como harmoniosas, além de possuírem qualidades morais e éticas (BALZER, 2003 *apud* MARTIN, 2004). As instituições são definidas, além disso, como modelos estabelecidos ou métodos, nas quais os aspectos da vida social são analisados como regulares e permanentes. Criou-se uma lógica de práticas material e simbólica de ação para os indivíduos, de construção institucional, baseada na rotina e nas estruturas (FRIENDLAND e ALFORD *apud* WHARTON, 2005).

As correntes que compreendem a instituição social como internamente livres de conflitos, fixas, imutáveis e a-históricas são colocadas em xeque pelas abordagens subseqüentes àquelas do início do século XX. A limitação e a definição estática de se comparar as instituições sociais a normas, regras, valores e crenças, a partir de um distanciamento aos processos e às práticas dos agentes individuais está sujeita à contestação das escolas que argumentam favoravelmente acerca da centralidade da reflexividade e das práticas na dinâmica da constituição das instituições sociais.

As novas abordagens propuseram um conceito de instituição que a definiu como inconsistente, potencialmente aberta à mudança e ao agenciamento humano, além de ser caracterizada pela capacidade de gerar diversas formas de desigualdades e de privilégios (GIDDENS, 1984, *apud* MARTIN, 2004).

O pesquisador Balzer (2003) discorda da afirmação que as instituições sociais atuam de forma positiva ou vantajosa a todos os membros e afirma que existem instituições que escravizam e infringem prejuízo e escravidão aos seus integrantes. Se as mesmas são importantes para a coesão e o funcionamento da sociedade, nem sempre ela beneficia igualmente os indivíduos (BALZER, 2003 *apud* MARTIN, 2004).

Ampliando o horizonte teórico no que se refere à instituição social, Anthony Giddens advoga a ocorrência da agência humana em espaços geográficos distintos e em diferentes períodos históricos, por esta razão os grupos sociais constituem e (re)-constituem as instituições continuamente. O tempo se torna para o sociólogo um importante elemento em sua concepção de instituição, pois há a distinção de um tempo individual rotineiro e as experiências de longa duração, persistentes, do tempo institucional. Destaca-se, ainda, a

existência de uma terceira dimensão de temporalidade, referente à vida do indivíduo que é finita e irreversível, em direção à morte (GIDDENS, 1984 *apud* MARTIN, 2004).

O sociólogo é contrário à concepção de instituição social reduzida a instituições como família, religião e educação, entre outras, e à separação das esferas macro e micro sociais. Assim, os indivíduos internalizam as instituições ao mesmo tempo em que as compõem. Outro ponto importante na análise de Giddens, e que também é instrumentalizado por Connell em seu estudo sobre gênero e sexualidade, é a corporificação da ação humana em todas e quaisquer ações sociais. “As pessoas têm corpos que fazem coisas via ação física e comunicativa e, na ação, constituem-se a eles próprios e a sociedade, com a estruturação referindo à constituição simultânea de ‘agentes’ e ‘estruturas’” (GIDDENS, 1984, p. 25-26 *apud* MARTIN, 2004, p. 1256-1257). Entre as escolas favoráveis à nova prática de ação social, a escola de gênero se apresenta na vanguarda, como pode ser visto em Acker (1992) e Risman (1998) e é ressaltada por Patrícia Martin.

As Escolas de Gênero têm também avançado na noção que instituições são corporificadas; o ‘corpo material’ é a chave. Isto é, as práticas e as interações da pessoa ‘real’ com corpos que falam e que constituem a Instituição Social, incluindo Gênero (MARTIN, 2004, p. 1251).

Em seu trabalho, Patrícia Martin (re)-define o conceito de instituição social, com base nas análises apresentadas acima e constrói vinte características-chaves presentes nas diversas instituições, como a de gênero: a)- as instituições são profundamente sociais; além de serem características dos grupos; b)- persistem através do tempo e das distâncias geográficas; c)- envolvem distintas práticas sociais que ocorrem periodicamente (GIDDENS, 1984); podem ser recicladas (CONNEL, 1987) ou são repetidas (todo o tempo) pelos membros do grupo; d)- ao mesmo tempo limitam e facilitam a ação e o comportamento dos membros do grupo e da sociedade; e)- as instituições têm posições e relações sociais que são caracterizadas pelas expectativas particulares, normas, regras e procedimentos; f)- são constituídas e reconstituídas por agentes corporificados; g)- elas são internalizadas pelos membros dos grupos e igualmente os membros se identificam com suas práticas, desta forma, o fenômeno institucional adquire significado e importância; j)-

instituições são inconsistentes, contraditórias e abundantemente conflituosas; j)- apresentam-se em continua mudança; l)- são organizadas de acordo com e permeada pelo poder e m)- instituições e indivíduos mutuamente se constituem, ambos não estão separados dentro de fenômenos macro e micro sociais (MARTIN, 2004).

Os argumentos de Patrícia Martin sobre a relevância de se compreender gênero como uma instituição social, assim como o de avaliar a importância desta abordagem para se analisar o impacto de gênero na construção das diversas esferas sociais, abrange os seguintes fatores:

Comportamento Sublinhado da Sociabilidade de Gênero. Este ponto sugere a adoção da significação de gênero como instituição social da mesma forma que a família, a economia e a política. Entretanto, considera Martin, o conceito é reduzido por diversos pesquisadores e pela cultura popular em termos biológicos e, pela psicologia, nos caminhos que negam sua sociabilidade e sua suscetibilidade para a construção social. A autora persiste na concepção da coletividade, da sociabilidade e da fluidez das relações de gênero para compreendê-las como uma instituição social.

O outro ponto apresentado pela autora é a *Atenção Direta para as Práticas*, na qual ela explica que os sociólogos estão transcendendo intelectualmente àquele conceito estático atribuído ao *status* e aos papéis do sexo e do gênero. Em consequência, significativas contribuições são realizadas pelas análises das escolas de gênero em direção a uma concepção de instituição social, pois abrangem em suas pesquisas o comportamento, a declaração estratégica, a performance e a mobilização voltadas às práticas de gênero. A questão das dinâmicas de gênero deve, contudo, ser avaliada em suas formas reflexivas e não-reflexivas, Anthony Giddens, por exemplo, explica que as ações das pessoas possuem propósito estabelecido, mas os efeitos das suas ações são muitas vezes indeterminados.

O vínculo entre a *Organização Social e o Poder* é apresentado por Martin como uma das formas que gênero se apresenta como instituição, uma vez que produz as diferenças responsáveis pela alocação desigual de recursos e de oportunidades. As práticas recorrentes da estrutura de pensamento e de comportamento em detrimento de outra prática podem ocasionar privilégios. Assim, não se pode ignorar o poder ao pensar nas relações de gênero, pois, assim, o pesquisador poderá refletir o ‘porquê’ e o ‘como’ das estruturas de desigualdade, das competições entre e dentro dos grupos historicamente construídos. O

poder, portanto, permite compreender como gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e outros ‘eixos da diferença’ refletem o poder como categorias isoladas ou inter cruzadas (MARTIN, 2004 *apud* COLLINS, 1998, p. 152-54).

A socióloga destaca o *Reconhecimento das Disjunturas, Conflitos e Mudanças*, pois instituição alguma é coerente e integrada constantemente, uma vez que as pessoas apresentam diferentes ocupações, interesses e identidades. A autora exemplifica como a dinâmica e as transformações inseridas pelo movimento feminista afetaram contraditoriamente as práticas de outras instituições como o sistema legal, o educacional, a classe social e a heterossexualidade, entre outras.

Martin salienta, ainda, o *Desafio da Separação Micro-Macro Sociais*. A construção das corporações e das grandes instituições contém em seu cerne, embora não exclusivamente, a agência humana e a atuação dos indivíduos; o que permite uma produção mútua das duas esferas, demonstrando a impossibilidade de disjunção do micro e do macro sociais.

A análise de gênero como instituição social permite compreender a re-produção de gênero enraizada socialmente. Presentes nas diversas esferas da vida cotidiana, as questões de gênero atentam para o debate de como as relações sociais entre homem e mulher proporcionam formas de desigualdade de acesso e de direitos sobre recursos e direitos laborais. Sabe-se que este processo de criação social de gênero ocorre de uma forma dialogal entre indivíduo e sociedade, o que permite compreender a instituição e, conseqüentemente, a desigualdade de gênero, de forma dinâmica.

O sociólogo Robert Connell ressalta, por exemplo, que a evidência empírica sobre a desigualdade de gênero não é simplesmente um amontoado desordenado de dados, mas revela a base de um domínio organizado da prática humana e das relações sociais. Sabe-se ainda, como demonstra Connell, que as relações de gênero são o produto de interações sociais e atividades cotidianas, enfim, são ordenações sociais coletivas. Compreender as formas cuja desigualdade entre homens e mulheres são construídas, transformadas ou erradicadas socialmente é fundamental para este estudo, por isso, a próxima seção apresentará uma reflexão sobre a relação entre gênero como uma instituição social e as formas como a desigualdade é configurada nesta esfera.

3.2 Gênero, Instituição e Desigualdade

Como Patrícia Martin, a pesquisadora Amy Wharton (2005) contribui para o estudo de uma perspectiva institucional de gênero. Wharton explica que gênero opera em três níveis principais: individual, interacional e institucional. No plano individual, embora as escolas diverjam sobre os processos pelos quais gênero ocorre e sobre a durabilidade das distinções que são criadas, os estudos reconhecem que os indivíduos têm a existência generada. O segundo nível, interacional, indica que as distinções de gênero e as desigualdades são produzidas através das relações sociais e da interação. Nesta abordagem, gênero pode ser observado quando o caráter do contexto social adquire importância. E, finalmente, gênero é produzido através dos arranjos organizacionais e das instituições (nível institucional). Para entender gênero como instituição, deve-se atentar para a estrutura social, para as políticas e práticas que a sustenta.

Assim, Wharton (2005) compreende gênero como

um sistema de multimodelos de práticas sociais que produzem distinções entre homem e mulher e organizam desigualdades na base dessas distinções. Ele é um princípio de poder da vida social que é visível em todo o mundo social. Gênero opera sobre os modelos individual, interacional e institucional (p. 119).

Para Wharton a vida social é marcada pela organização e pela rotina, cuja interação que lhe é própria ocorre no espaço das organizações sociais, tais como escolas, universidades, igrejas, associações voluntárias. A autora destaca as organizações, pois elas são importantes em suas ligações com as práticas sociais na construção da diferenciação de gênero e na (re) produção da desigualdade (2005).

A socióloga, entretanto, explica que compreender as desigualdades e a (re) produção de gênero a partir das instituições oferece um cenário social mais próximo da realidade social do que se as estudássemos apenas sob o impacto das organizações. A análise institucional abrange gênero nos aspectos da estrutura social e cultural e direciona para as práticas e para as políticas das organizações, além de apresentar as dimensões materiais e simbólicas das instituições.

Tem-se o princípio que a variável de gênero é construída socialmente e

externaliza uma forma de estratificação social. Desta forma, a construção de uma teoria institucional de gênero implica em um mecanismo sistemático de desigualdades entre homens e mulheres inseridos nas ideologias, nos processos sociais, nas imagens e nas práticas de distribuição de poder. As relações se tornam mais despersonalizadas, cristalizáveis e invisíveis, pois as instituições persistem sem que haja uma intervenção consciente do indivíduo a fim de perpetuá-la. As instituições, então, encobrem interesses na manutenção do ordenamento de gênero, enfraquecem o grupo subordinado e se incorporam nas estruturas sociais e nas rotinas do dia-a-dia. Nos termos de Charles Tilly, as desigualdades baseadas em gênero, assim como, em classe social e raça, são fortificadas e duráveis. Elas estão imersas nas estruturas e nas práticas das organizações, incluindo escolas, família, mercado de trabalho, entre outras (WHARTON, 2005).

Desigualdades de todas as formas persistem em parte porque as pessoas as vêem (e os processos que geram resultado desigual) como legítimas. Legitimação refere-se aos processos pelos quais as desigualdades são justificadas – isto é, eles são entendidos em caminhos que os constroem aceitáveis ou razoáveis. Desigualdades podem ser aceitas por concordância, vistas como aceitáveis, compreendidas como desejáveis ou, talvez, meramente toleradas. Elas podem ser invisíveis ou reconhecidas (WHARTON, 2005, p. 225).

A pesquisadora Wharton explica que as linhas de pensamento que tratam expressões de gênero como ‘gênero neutro’ direcionam a atenção das pesquisas para uma concepção de organização, estrutura e práticas sociais que abrangem os influentes “aspectos da produção da ordem social e reprodução da desigualdade e das distinções de gênero” (WHARTON, 2005, p. 66). Ao comentar Acker, Wharton apresenta os aspectos principais de uma sociedade com instituições generadas, as quais constituem “as regras do jogo” social e contribuem para a desigualdade entre homens e mulheres. Por exemplo, a autora destaca como a dimensão de gênero está inserida nos processos e nas práticas, nas ideologias e na distribuição de poder atuantes em vários setores da vida social. O que Wharton explica é que na concepção de Acker, as instituições são historicamente desenvolvidas, dominadas e simbolicamente interpretadas como ponto de partida para a potencialização masculina (ACKER, 1992b *apud* WHARTON, 2005).

A abordagem explica que gênero é reproduzido através do entrelaçamento da

institucionalização e da legitimação, o qual dificulta a operacionalização da redução da desigualdade. A legitimação se refere aos processos que justificam a desigualdade, caracterizando-a como razoável ou justa. É possível compreender a desigualdade, ainda, como aceitável, admiti-la como proveitosa ou, talvez, ela pode ser meramente tolerada. Seus pontos podem ser invisíveis ou desconhecidos. De uma forma geral, a socióloga salienta que todas as formas de desigualdade podem também se alicerçar na ideologia, além da base de sustentação dos processos de legitimação.

A ideologia está relacionada ao fator em domínio, amplamente formador da visão de mundo que reflete a compreensão das pessoas da realidade social em torno delas. Os elementos constituintes da ideologia podem ser verdadeiros ou falsos, e o seu papel na reprodução da desigualdade está mais vinculado na forma como está entrelaçado neste processo de criação das disparidades, à sua veracidade.

As desigualdades de todos os tipos devem ser legítimas se elas vão (forem) permanecer sem mudanças (imutáveis), mas, os modos como isto é feito variam. Como nós temos visto, relações de desigualdade institucionalizadas de longo prazo, tais como aquelas baseadas no gênero, dão aos grupos dominantes um interesse absoluto, forte, em manter estes arranjos. Para isto seja feito é preciso que eles construam ideologias que sejam benignas e agradáveis para com o grupo subordinado, ao invés de hostis e antagônicas. O grupo dominante deve oferecer ao grupo subordinado uma interpretação de sua relação que obscureça os arranjos desiguais. O grupo subordinado deve achar esta ideologia persuasiva se o grupo dominante for proteger seus interesses (WHARTON, 2005, p. 222).

Amy Wharton explica que para Jackman a desigualdade de gênero é reproduzida a partir de duas formas de ideologia: o paternalismo e a deferência. O paternalismo é uma ideologia significativa e poderosa, pois alinhava sentimentos positivos, em relação ao grupo subordinado, com a prática do controle social. Já a deferência se refere aos sentimentos positivos retribuídos pelo grupo subordinado que não percebe a lógica e a importância para desafiar o controle do grupo dominante sobre ele.

Quando aplicado às relações de gênero, o paternalismo é uma ideologia que vê as mulheres como se precisando de carinho, proteção e orientação por parte dos homens. A deferência implica a aceitação, por parte das mulheres, desta relação. Na medida em que as relações de gênero forem interpretadas através das lentes de [...] (por parte dos homens), e

deferência (por parte das mulheres), as desigualdades serão obscurecidas. Nem todos os homens ou todas as mulheres abraçam estas ideologias (WHARTON, 2005, p. 225).

Uma das importantes questões levantadas por Wharton é que não se pode subestimar as dificuldades associadas à desconstrução de gênero e à redução da desigualdade de gênero. A socióloga critica a tendência que as pessoas têm de ignorar as possibilidades dos indivíduos e dos grupos de realizarem uma mudança real no curso da reprodução da desigualdade e também de serem excessivamente pessimistas sobre as chances de se alcançar uma igualdade de gênero.

A socióloga explica que muitos pesquisadores procuram compreender como a mudança social ocorre nos processos sociais extremamente institucionalizados. Este esforço intelectual produz dois conhecimentos-chave dignos de nota, pois são considerados relevantes para a redução da desigualdade de gênero. Concluiu-se que as relações sociais altamente institucionalizadas não estão passíveis à imunidade, pois a mudança social é inevitável e contínua, em um crescimento de viés diversificado no mundo. A maior parte das mudanças das relações institucionalizadas é incrementais, reativa e não planejada, soma-se a estes elementos o fato das transformações não implicarem automaticamente no aumento da desigualdade. Além da onipresença da mudança social, pode-se compreender que esta modificação quase nunca ocorre da mesma maneira, na maioria das vezes é desigual e seus impactos no tempo e no espaço abrangem efeitos diferenciados. Esta mudança “cria conflito, tensão, e ruptura, o que tem, às vezes, inspirado tentativas de mais longo alcance, e conscientes de se alterar os arranjos institucionalizados” (WHARTON, 2005, p. 226).

Finalmente, a socióloga afirma que o estudo sobre gênero só pode ser completo se abranger ‘trabalho’ e ‘família’, pois estas esferas afetam diretamente a vida diária de mulheres e de homens adultos e de seus filhos. Assim, trabalho, família e gênero constituem as três palavras de ordem na pesquisa de gênero à medida que pertencem a áreas da vida social entrelaçadas historicamente. À medida que a organização do trabalho e da vida da família tem mudado, assim também o têm as vidas das mulheres e dos homens. Além disso, as crenças a respeito de gênero e a respeito do

que os homens e as mulheres são e deveriam ser são condicionadas por estas instituições (WHARTON, 2005, p. 70).

Verificado como uma instituição social, gênero pode ser compreendido como um processo de criação de distinguível *status* social para a atribuição de direitos e de responsabilidades para homens e para mulheres. A socióloga Judith Lorber explica que compreender a difusão de gênero como um caminho para a estruturação da vida social demanda que o *status* de gênero seja claramente diferenciado. A diversidade de talentos, de identidades, personalidades, interesses, preferências sexuais e os caminhos da interação fragmentam a materialidade do indivíduo e sua experiência social. Estes fatores são, então, organizados na vida social da cultura ocidental dentro de dois *status* de gênero reconhecido socialmente e legalmente: ‘homem’ e ‘mulher’. Na construção social de gênero não importa o que ambos fazem e se fazem a mesma coisa, mas a instituição social de gênero indica apenas que o homem e a mulher devem ser observados de forma diferenciada (LORBER, 1994).

Visando a aprimorar o estudo da relação entre gênero como instituição social, trabalho e desigualdade, serão apresentados os componentes de gênero, os quais podem influenciar, na nossa interpretação, na desigualdade dos diversos aspectos contratuais, de formação educacional, de recompensas no mercado de trabalho, de alocação nas categorias de classe e da divisão do trabalho público e doméstico de homens e de mulheres. Os componentes foram propostos pela pesquisadora Lorber (1994).

a) Posição social ou *status* de gênero: o reconhecimento social de gênero e as normas e as expectativas para suas sanções comportamentais, gestuais, lingüísticas, emocionais e físicas. A forma que o *status* de gênero se modifica varia de acordo com o desenvolvimento da história, em cada sociedade particular; b) divisão do trabalho gerado: atribui o trabalho produtivo e o trabalho doméstico para os membros de diferentes *status* de gênero. O trabalho ordenado pelas diferenças de *status* de gênero fortalece a estima da sociedade em relação àqueles *status* – quanto maior o *status*, maior será o prestígio e o valor do trabalho e o valor da remuneração; c) parentesco gerado: os direitos e as responsabilidades da família para cada *status* de gênero. O *status* de parentesco reflete e reforça as diferenças de prestígio e de poder dos diferentes gêneros; d) o ‘documento’ sexual gerado: o modelo normativo do desejo e do comportamento sexual, como

prescrito para os diferentes *status* de gênero. Membros do gênero dominante apresentam mais prerrogativas sexuais; já os membros do gênero subordinado podem ser sexualmente explorados; e) personalidades geradas: a combinação dos modelos traçados pelas normas de gênero de como os membros dos diferentes *status* devem se comportar e sentir. A expectativa social dos outros na interação face-a-face, constantemente sustenta estas normas; f) controle social gerado: a aprovação e a recompensa formal e informal da conformidade do comportamento e da estigmatização e, por outro lado, a isolamento social, a punição e o tratamento médico da não conformidade de comportamento; g) ideologia de gênero: a justificação de *status* de gênero, particularmente, as diferenças de valor atribuídas a eles. A ideologia dominante tende a superar o criticismo, por fazer estas avaliações parecerem naturais; h) Imagem de gênero: a representação cultural de gênero e a corporificação do gênero na linguagem simbólica e nas produções artísticas produzem e legitimam o *status* de gênero (LORBER, 1994).

De acordo com Judith Lorber, as sociedades variam na extensão da desigualdade no *status* social de seus membros homens e mulheres, mas nos lugares que existem esta desigualdade, o *status* mulher (a disparidade se refere ao comportamento e às alocações de papéis) é usualmente considerado com menor valor em relação ao *status* de homem. A socióloga ressalta que gênero é ainda entrelaçado com outras construções de *status* de diferentes categorias – raça, religião, ocupação, classe, país de origem – homens e mulheres, membros de grupos favorecidos controlam mais poder, mais prestígio, e mais propriedade do que membros de grupos desfavorecidos. Entretanto, analisando a dinâmica da desigualdade dentro dos grupos, Judith Lorber demonstrou que os homens possuem mais vantagens do que as mulheres, como, por exemplo, nos maiores recursos econômicos e, igualmente na educação e nas oportunidades de trabalho. No caso dos grupos que têm poucos recursos, as mulheres e os homens são aproximadamente iguais e a mulher pode igualmente ultrapassar o homem na educação e no *status* ocupacional (LORBER, 1994).

Quando gênero é o maior componente da estrutura de desigualdade, a desvalorização de gênero acarreta menos poder, prestígio e recompensas econômicas, que o gênero valorizado. Nos países que combatem a discriminação de gênero, muitos dos maiores papéis são, entretanto, gerados, as mulheres realizam mais trabalhos domésticos e criam os filhos, embora passem o dia trabalhando; homens e mulheres são segregados no

trabalho e cada um desempenha a função ‘adequada’ e, além disso, o trabalho da mulher paga um valor menor que o emprego do homem. Destaca-se, ainda, que o homem domina as posições de autoridade e de liderança no governo, no militarismo e nas leis; ademais, a produção cultural, a religião e o esporte refletem os interesses dos homens (LORBER, 1994).

Em relação à estrutura das relações de gênero, na esfera do trabalho, Connell demonstra que os homens possuem vantagens notórias em relação às mulheres, não apenas na inserção do mercado de trabalho, como nas esferas institucionais, como na família. O sociólogo explica que a divisão mencionada se refere à alocação de trabalhos específicos, segundo as categorias particulares dos indivíduos, com capacidade de limitar a prática social do homem e da mulher na estrutura social. A alocação e o treinamento desigual dos sexos demonstram uma discriminação racional incluída na aparente divisão técnica do trabalho e nas estratégias anti-discriminatórias. A divisão sexual do trabalho deve ser avaliada em um amplo sistema de estrutura de gênero que inclui produção, consumo e distribuição. Connell destaca que as divisões de gênero no trabalho constituem um ponto primordial no capitalismo, pois é igualmente importante como uma divisão de classe (CONNELL, 1987).

Na divisão sexual do trabalho, os trabalhos domésticos, sem remuneração, geralmente são definidos para a mulher e, os serviços públicos, com pagamento, para os homens. Os trabalhos domésticos podem ainda envolver os filhos. Para Colin Bell e Howard Newby as situações diversas de subordinação da mulher na divisão sexual do trabalho estão ligadas à estrutura subjacente do modelo do patriarcado, com os jovens e as mulheres obedientes respectivamente aos velhos e aos homens. Soma-se a estes fatores o relacionamento sexual marital que pode ser incorporado às estruturas de Poder (CONNELL, 1987, p. 99).

O pesquisador ressalta a existência da divisão sexual do trabalho também dentro da família, incluindo as responsabilidades com os serviços domésticos e o cuidado com filhos (GIDDENS, 2005). Entretanto, Connell afirma: “Esta força não opera sem resistência. A divisão sexual do trabalho cria, ela própria, bases para a solidariedade entre mulheres” (1987, p. 106).

3.3 Gênero, Interação e Desigualdade

A abordagem Interacionista contribui para o estudo de gênero à medida que focaliza a relatividade das relações e das reações comportamentais de homens e de mulheres a partir do contexto social no qual estão inseridos. Os indivíduos se deparam com uma multiplicidade de situações, momentos em que os mesmos, através da auto-consciência nas escolhas, tomam suas decisões e optam pelos caminhos a serem percorridos. Três perspectivas constroem a abordagem Interacionista: etnometodologia - *'doing gender'*; teoria das características de *status* e gênero e *'Homifilia'* (WHARTON, 2005).

A essência das três abordagens é a idéia da categoria de sexo. Categorização pode ser explicada como os processos utilizados pelos indivíduos para a classificação de si e das outras pessoas na composição de grupos específicos. No Interacionismo, a *'categoria sexo'* é o ponto de partida para as análises, entretanto, há outras categorias que se cruzam e potencializam *'sexo'*, como, por exemplo, étnicas, raciais, idade e habilidade. A categorização é um importante instrumento de análise, pois impulsiona as diferenças de gênero e a produção de desigualdades, além disso, atua em direção às particularidades, tanto dos grupos quanto dos indivíduos (WHARTON, 2005).

Na vertente etnometodológica, *'fazendo gênero'*, sexo e gênero são construídos continuamente em todas as relações sociais. Em virtude das *'categorias de sexo'* estarem sempre presentes em todas as ações dos indivíduos, as categorias constituem a base para interpretar outros comportamentos sociais. A categorização sexual é um hábito e, somada à *'atitude natural'*, configura-se socialmente, assim como, a biologia e a física. A afirmação de que gênero é construído sempre e em qualquer lugar, e como o mesmo é mantido e produzido nos conflitos sociais, diferencia a análise etnometodológica das outras vertentes interacionistas. Uma das críticas realizadas aos etnometodologistas é que estes realizam uma análise mais descritiva do que explanatória dos processos sociais, mas, ainda assim, uma parte dos pesquisadores concorda na ênfase dada à fluidez e à variabilidade de gênero (WHARTON, 2005).

O argumento de West e Fenstermaker é o de que “fazendo diferença” é o mecanismo plausível de apresentar os múltiplos tipos de desigualdade com uma única estrutura analítica, pois as mesmas dinâmicas que caracterizam gênero no interacionismo produzem poderes e desigualdades diferenciados, processos que também ocorrem de forma similar com classe social e com raça (WHARTON, 2005 *apud* WEST *et al*, 1993).

Na análise da teoria das características do *status*, a produção das distinções e das desigualdades de gênero ocorre em razão das pessoas orientarem a si próprias e a outras a partir de padrões previamente estabelecidos. Nesta vertente, gênero é um instrumento imprescindível de ordenação da vida social. “A categoria de sexo é o caminho para organizar a interação, contudo, tende a criar expectativas ou estereótipos” (WHARTON, 2005, p. 56 *apud* RISMANN, 1998).

O indivíduo constrói seu próprio comportamento segundo as expectativas que as pessoas têm de seus atos. Com o objetivo de explicar o porquê de ocorrer a formação dos estereótipos e das expectativas de gênero, introduziu-se a idéia de características de *status*. “is an attribute on which individuals vary that is associated in a society with widely held beliefs according greater esteem and worthiness to some states of the attribute (e.g., being male) than others (being female)” (WHARTON, 2005, p. 57, *apud* RIDGEWAY, 1993, p. 179). Wharton explica que nas sociedades americana e contemporânea gênero é uma característica de *status*, os homens, por exemplo, são estimados de uma forma positiva se comparados às mulheres. Como a categoria de sexo apresenta valor de *status* ela cria e sustenta estereótipos e expectativas de gênero. A socióloga ressalta que, assim como gênero, idade e raça são características de *status* capazes de produzir distinções sociais e desigualdades de poder. Salienta-se que uma multiplicidade de características de *status* pode emergir segundo uma situação social específica (WHARTON, 2005).

As linhas etnometodológica e de *status* se inter cruzam, pois ambas afirmam que as diferenças de gênero são produzidas no complexo processo de interação social. Mas o distanciamento ocorre nos métodos de estudo, uma vez que a etnometodologia se dedica ao estudo qualitativo de grupos particulares e evitam utilizar como instrumental teórico as teorias abstratas. Os adeptos da teoria da característica de *status* desenvolvem seus princípios em laboratórios experimentais e objetivam a criação de uma teoria formal de *status*, além disso, as pesquisas realizadas por esta vertente são constantemente ampliadas e

refinadas. Os pesquisadores visam a compreender em quais momentos as diferenças de gênero e de outras características de *status* são dinamizadas (WHARTON, 2005).

A vertente ‘*homophily*’ e gênero focaliza a interação que acontece na composição da categoria de sexo do grupo, pois a formação destas relações interpessoais apresenta seu significado e seu impacto conforme a formação dos grupos. Desta forma, a constituição de laços sociais é descrita com o princípio da ‘*homophily*’, cujo significado é o de ligação entre as pessoas pertencentes na saliência da dimensão sociodemográfico. Mas também, apresentam as preferências das pessoas segundo a similaridade com os indivíduos com quem estabelecem relações interpessoais, assim, estes laços são continuamente reforçados e constituídos. A hipótese da atração-similaridade sugere que os diferentes sexos terão preferências por grupos nos quais cada sexo esteja majoritariamente representado (WHARTON, 2005).

Neste contexto, Wharton (2005) indica o impacto deste elemento nas relações entre homem e mulher, pois as relações nas quais as pessoas estão inseridas serão fundamentais para elas formarem uma determinada visão de mundo. Desta forma, muitas pesquisas visam ao entendimento das experiências das relações sociais dos indivíduos em grupos que contenham em sua composição apenas homens e apenas mulheres.

Estas ‘escolhas’ influenciam na segregação na alocação de profissionais no mercado de trabalho e na tendência de determinados estratos serem de característica tipicamente feminina e, por esta razão, contribuem para o aumento e a reprodução da desigualdade entre homens e mulheres. Este mesmo ponto que culmina em atitudes discriminatórias pode ser encontrado na vertente de *status* ou ‘fazendo a diferença’. Como a categoria de sexo, as categorias de idade, raça e idade também estão na produção de similaridades ou dissimilaridades de grupos e indivíduos e no acesso desigual a poderes e a recursos (WHARTON, 2005).

É importante destacar que não basta reconhecer a existência da desigualdade entre homens e mulheres, é fundamental compreender os mecanismos que a causa na multidimensionalidade de gênero. A pesquisadora Bárbara Risman propõe, nesta direção, uma teoria crítica capaz de propiciar instrumentos de promoção da igualdade de gênero. A compreensão da multidimensionalidade de gênero é essencial para a investigação da direção e da força das relações causais capazes de re (produzir) a referida desigualdade. É

importante, por estas razões, identificar “como” a desigualdade de gênero é produzida, pois sem o conhecimento dos mecanismos não há a possibilidade de intervenção dos pesquisadores, dos estudantes e de todos aqueles que militam a favor da redução ou da eliminação da desigualdade de gênero (RISMAN, 2004).

No capítulo subsequente ao da análise e tipologia de classes, a desigualdade de gênero no mercado laboral e na renda proveniente do trabalho na realidade brasileira será pesquisado, nas esferas empírica e teórica.

4 CLASSE SOCIAL E A CLASSIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA NAS OBRAS DE ERIK OLIN WRIGHT, JOHN GOLDTHORPE E JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS

A estratificação de classe envolve a distribuição desigual dos poderes e direitos sobre os recursos produtivos básicos de uma sociedade, o que gera conseqüências significativas e sistemáticas para a vida dos indivíduos e a dinâmica das instituições. Na abordagem de Erik Olin Wright, o poder causal da posição de classe na vida dos indivíduos advém do modo como esse fator determina o acesso aos recursos materiais e afeta o caráter das experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. Classe influencia um grande conjunto de outros fenômenos sociais ao moldar tanto os interesses materiais quanto as capacidades para a ação das pessoas. A análise de classes procura precisar a estrutura causal desse fator e a relação entre classe e outros fenômenos sociais relevantes (SANTOS, 2002, p. 29). A abordagem sociológica de conceituação e mensuração de classe social tem muito a colaborar para o entendimento da configuração, da evolução e das conseqüências das divisões socioeconômicas e suas relações com as demais formas de desigualdades duráveis que permeiam a altamente desigual sociedade brasileira (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p.1).

Em virtude da capacidade de classe social acionar, em intersecção com outras variáveis, o fosso da desigualdade social, incide diretamente na dissertação a importância de se estudar quais são as principais abordagens teóricas que explicam o conceito. Estas análises permitem interpretar melhor o processo de desigualdade econômica e, como esta desigualdade, pode se alinhar com outros dinâmicos geradores de divisões sociais.

Com a pesquisa baseada em um pressuposto de realismo causal, torna-se oportuna a contribuição referente às intersecções entre classe social e a gênero apresentada pelo neomarxista Erik Olin Wright. Embora, conforme indicam os estudos internacionais do neomarxista haja uma confirmação empírica de que as opressões das duas variáveis podem ser acionadas uma independente da outra e que ambas refletem e influenciam de modo notório a construção de uma estrutura social, classe e gênero atuam causalmente entre si. O sociólogo pontua que o comportamento de gênero e de classe como interações causais que provocam efeitos no extenso raio social se constituem em especial interesse de análise - o que pode levar a se pensar no conceito 'clender'. Estes efeitos, no entanto, não excluem a existência de outros efeitos adicionados (WRIGHT, 2001).

A importância da classe social se estabelece, entre outros motivos, em seu poder de determinar recursos produtivos e acessibilidade aos diversos bem-estares da vida humana, no seu impacto causal sobre outras variáveis e, ainda, por estabelecer de forma robusta relações intersecção com outras variáveis. No caso específico das desigualdades brasileiras, classe figura como um dos principais mecanismos promotores do *gap* de renda, agindo sozinho, ou em relação com outras variáveis.

Neste contexto, a análise de classes adotada na dissertação foi a do neomarxista Erik Olin Wright, que a delinea em termos de ativo/exploração. A opção da tipologia de classes no país foi a nova classificação socioeconômica para o Brasil, elaborada por José Alcides Figueiredo dos Santos.

A dissertação não figura como o defensor de um determinismo econômico nas causas da desigualdade, entretanto, parte-se do princípio que a classe tem a força para explicar formas de disparidades. Apropriando-se da explicação de Erik Olin Wright, apresentada por Figueiredo Santos.

Erik Olin Wright considera que a análise de classes não pressupõe obrigatoriamente o reconhecimento da primazia de classe como um princípio explicativo generalizado, mas reafirma a idéia de que classe persiste como um determinante significativo e, às vezes, poderoso de muitos aspectos da vida social (2002, p. 30).

A abordagem apresentada neste capítulo abrange duas tradições basilares no estudo das classes sociais, a marxista e a weberiana. O primeiro tópico discorre sobre os pontos gerais destas abordagens. Os teóricos utilizados nesta reflexão foram, além dos pais das tradições supracitadas, Karl Marx e Max Weber, os pesquisadores Cavalli (1995), Savage (2000) e Wright (2003).

No subcapítulo subsequente, a proposta é apresentar brevemente as questões centrais sobre classe, elaboradas pelas teorias sociológicas tradicionais e contemporâneas. Para tanto, o trabalho contou com as indicações do neomarxista, Erik Olin Wright (2003).

Dois análises de classe contemporâneas são apresentadas nos dois tópicos seguintes. O primeiro se refere à análise de classes e à tipologia de Erik Olin Wright. A leitura sobre o pensamento do autor se realizou com o auxílio do estudo do pesquisador José Alcides Figueiredo Santos (2002; 2005) e, com as obras do neomarxista (1985; 1989;

1997; 1999; 2001; 2003). Posteriormente, será apresentada a análise de classes e a tipologia de classes do neoweberiano, John Goldthorpe. Apropriou-se dos estudos de John Goldthorpe (2004); de Thomas Maloutas (2007) e de José Alcides Figueiredo Santos (2005; 2007).

No último subcapítulo, aborda-se a nova classificação socioeconômica para o Brasil, elaborada pelo sociólogo José Alcides Figueiredo Santos (2002; 2005). O mesmo se embasou nas propostas de Erik Olin Wright e de John Goldthorpe para construir a tipologia, e realizou os ajustes metodológicos e teóricos, para enfrentar os desafios próprios da sociedade brasileira.

Apresentados os princípios gerais do capítulo, apresentam-se as duas tradições, marxista e weberiana, que perpassaram diversas abordagens contemporâneas e conflituosas de classes sociais.

4.1 Apontamentos sobre as tradições sociológicas de classes de Karl Marx e Max Weber

Na teoria social poucos conceitos provocaram tantas divergências e disputas analíticas como na construção e na propriedade intelectual de uma teoria de classes. É importante destacar que o primeiro estudo sobre o conceito de classe repousa sua análise no trabalho sistemático do economista Karl Marx. Mesmo sem defini-lo explicitamente, como o faz Max Weber, Marx teceu um tratado sobre as características da classe social. A proeminência destas duas tradições nas análises de classe ecoa na pesquisa sociológica contemporânea, pois figuram como dois clássicos substantivos na interpretação e na tradução dos fenômenos sociais.

Em uma breve análise, encontram-se os elementos substantivos e centrais na obra dos dois autores clássicos. Na tradição marxista, o conceito de classe é caracterizado pelo modelo abstrato dicotômico, e apresenta a relação antagônica entre a classe burguesa, proprietária dos ativos de produção, responsável em extrair o produto excedente do trabalho de uma maioria não-proprietária, e o proletariado, classe que oferece a sua mão-de-obra como condição de existência.

A dominação da classe que mantém a posse de ativos de capital ultrapassa os elementos materiais e se coloca como qualificada para a dominação espiritual dos

explorados. “A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual” (MARX *et al* 1984, p. 72). É oportuno, aliás, afirmar a relevância do conceito de dominação e de exploração na tradição de classes, de Karl Marx. O modelo abstrato marxista pungente no âmbito da dominação econômica apresenta uma relação direta com a dominação política. Os proprietários de ativos que controlam os meios de produção condicionam o domínio do poder político. A compreensão da divisão dicotômica de classes deve ser analisada como uma distinção simultânea de propriedade e de poder. A noção de exploração econômica se refere às desigualdades econômicas geradas quando há a apropriação do produto excedente produzido pelo esforço do trabalhador, pelos proprietários de ativos de capital.

Uma das noções fundamentais na obra de Karl Marx é o materialismo histórico. A sociedade de classes para Karl Marx é o resultado de uma determinada seqüência de mudanças históricas (GEMARX, 2008).

Os pressupostos teóricos do materialismo histórico-dialético se encontram nas relações sociais que os homens estabelecem entre si para a produção da existência social, nas condições sócio-econômicas, a partir das quais se criam as bases materiais para o desenvolvimento e complexificação da sociabilidade humana. Para a concepção materialista da história, o trabalho é a categoria fundante do ser social (GEMARX, 2008, p. 11).

O neomarxista Erik Olin Wright esclarece que o conceito de classe marxista um importante espaço na teoria do desenvolvimento histórico. Uma das grandes contribuições desta abordagem é a argumentação sobre a possibilidade de emancipação do sujeito, realidade que pode ocorrer através da eliminação da opressão econômica e da exploração dentro da sociedade capitalista. À estrutura de causalidade entre os elementos centrais na análise de Karl Marx que conduzem a construção de uma dimensão substantiva de classe, pode ser apresentado o esquema subsequente:

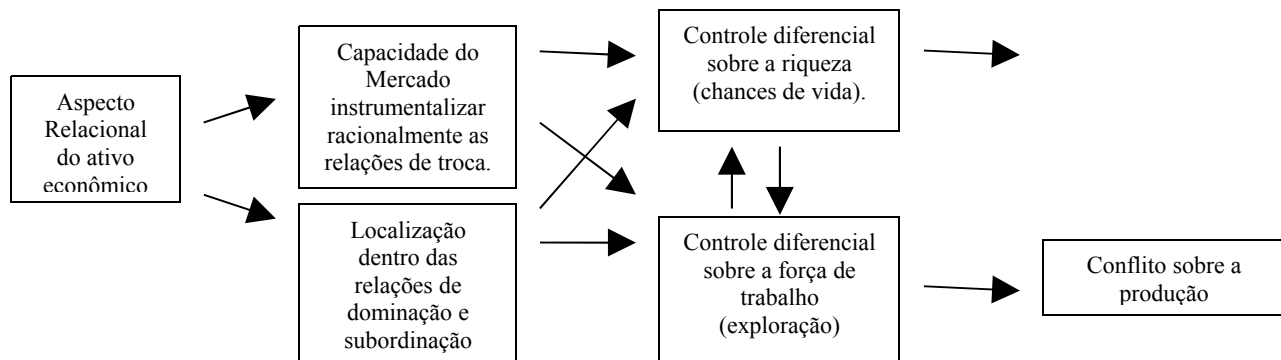


Figura 1 - Estrutura causal - análise de classe marxista
Fonte: Wright (2003).

O conceito de classe na tradição sociológica de Karl Marx é tradicionalmente analisado como oposto às sugestões teóricas de Max Weber. A proposta weberiana do conceito de classe está balizada na noção de chances de vida. Há uma junção de várias situações de classe vinculadas em razão de apresentarem chances comuns de mobilidade, nos aspectos profissional e geracional. A construção da idéia de chances de vida, às oportunidades dos indivíduos em relação ao mercado é ao mesmo tempo a configuração de classe em termos de ‘interações econômica racional’.

A análise de classe de Max Weber é apresentada com o seguinte esquema elaborado por Erik Olin Wright:

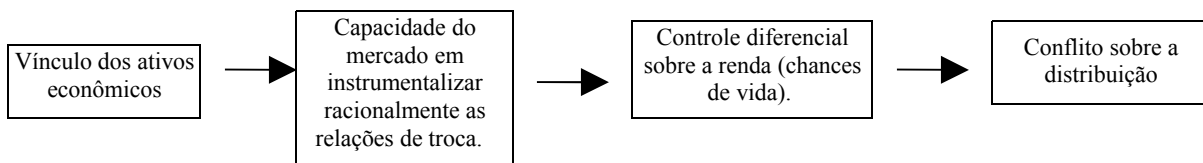


Figura 2 – Estrutura causal - Análise de Classe Weberiana
Fonte: Wright (2003).

Resvala-se, ainda, que a idéia de classe weberiana está vinculada à sua preocupação teórica de compreender a complexidade da racionalização, de acordo com a

variação histórica baseada no ‘*objective instrumental*’ da racionalização da ordem social (GIDDENS, 1975, p. 54; WRIGHT, 2003, p. 6). Nas explicações do próprio Max Weber, as classes não podem ser denominadas comunidades, pois representam simplesmente bases freqüentes e possíveis de ação comunal.

Podemos falar em classes quando: 1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho (WEBER, 1963, p. 212).

Ao modelo dicotômico de classes marxista, a tradição weberiana apresenta a concepção pluralista de classes. A tipologia de classes deve ser compreendida em contexto de complexificação no interior do mercado capitalista, em razão de uma intensa divisão do trabalho, onde o universo de interesses são variados e justapostos.

Na análise weberiana há uma separação das noções de ‘classe em si’ e ‘classe para si’. As classes se referem aos interesses de mercado e os indivíduos não possuem consciência de sua situação e, apenas sob condições bem específicas, os sujeitos podem se unir para defenderem seus interesses econômicos (GIDDENS, 1975).

Nesta abordagem, a noção de classe social se torna relevante, pois apresenta um assunto que unifica a diversidade das relações de classe fracionada. Esta característica é, também, produto, da ‘situação de classe’ somada à posição de mercado.

Situação de classe que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra ‘Classe’ refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontre na mesma ‘situação de classe’ (WEBER, 1963, p. 212).

Na análise weberiana há o reconhecimento de que a ‘*situação de classe*’ é o fator fundamental no sistema de relação do sistema do capitalismo moderno, ainda mais predominante do que a ‘situação de *status*’. Esta análise aproxima o pensamento de Max Weber de aspectos da interpretação marxiana, em pontos determinantes:

Reconheceu que o capitalismo moderno é uma “sociedade de classes” em dois sentidos: estende o alcance das operações de mercado para além do que é característico de formas anteriores de sociedade; e é um sistema baseado na relação entre o capital e o trabalho assalariado “livre”. Mas a sua interpretação difere da de Marx em relação à conexão entre esses aspectos. O elemento mais essencial do capitalismo (moderno) não é o seu caráter de classe. A “ruptura” decisiva que separa o capitalismo da ordem tradicional precedente é o caráter racionalizado da empresa capitalista (GIDDENS, 1975, p. 57).

Há dois elementos centrais na obra de Max Weber, que permite distinguir em muitos pontos sua abordagem a da tradição de classe de Karl Marx: *Status* e Partido.

A noção de *status* implica regularmente em uma interação comunal ou uma ‘ordem social’ dos indivíduos baseada na auto-identificação. Designa-se pelos componentes do destino dos indivíduos segundo a estimativa social específica de honra, seja ela negativa ou positiva. *Status* se coloca, portanto, em contraste com os grupos de classes. A dimensão de *status* configura uma desigualdade de condições simbólicas na vida das pessoas, afetando indiretamente o bem-estar material, pois as categorias de honra social subscrevem vários mecanismos coercitivos capazes de monopolizar, em grupos específicos, o acesso ao simbolismo e às condições de acesso ao mercado. O conceito em foco expressa, ainda, as relações sociais presentes no consumo e nas formas peculiares de ‘estilos de vida’ dos sujeitos (WRIGHT, 2003; SAVAGE, 2000; GIDDENS, 1975).

Ao inserir a dimensão dos partidos, Weber explica que sua ação orientada tem o objetivo de conseguir poder e, assim, influenciar as demais esferas sociais, as ações comunais. Os partidos estão presentes tanto nos pequenos clubes quanto no Estado e, suas ações, externalizam uma societalização, pois os partidos se dirigem para a meta pela qual se luta de forma planejada. De uma forma geral, a ação do partido orienta-se para os determinados interesses: “Esse objetivo pode ser uma ‘causa’ (o partido pode pretender realizar um programa devido a propósitos idéias ou materiais), ou o objetivo pode ser ‘pessoal’ (sinecuras, poder,..., honra para o líder e os seguidores do partido)” (WEBER, 1971, p. 81).

Anthony Giddens afirma que a dimensão do poder (partido político) na caracterização weberiana, não se configura em uma ‘dimensão’ no mesmo espectro que o *status* e a classe. Mas, como estas duas noções, o partido tem o objetivo de ‘distribuir poder’. Característico apenas do estado racional, o partido, na perspectiva de uma busca da

liderança política cria uma forma de organização social para a disposição de instrumentos de força. Este fato pode explicar uma das novidades apresentadas pela tradição sociológica de Max Weber que a é separação do ‘político’ da dominação ‘econômica’ na organização social (GIDDENS, 1975).

Comumente apresentadas em tons de divergências, as tradições marxista e weberiana apresentam um viés teórico convergente importante, pois ultrapassam a proposta da exploração em Karl Marx e a caracterização das chances de vida, em Max Weber. Ambas refutam a possibilidade de uma simplória definição gradacional de classes. Os autores explicam que as classes podem ser definidas em termos relacionais na sociedade, pois ligam as pessoas aos recursos, o que as tornam economicamente relevantes para a produção. Considera-se, ainda, que além destas relações de classe estar envoltas pelo interesse material dos atores; as mesmas são como base potencial para a solidariedade e o conflito. E, igualmente, como Max Weber, Karl Marx as analisa capaz de causar um impacto sistemático no bem material das pessoas – exploração e chances de vida identificam desigualdades materiais que são gerados pelas disparidades no acesso aos recursos de diversas ordens. Constata-se, assim, que ambos os conceitos colocam em questão da distribuição de ativos (WRIGHT, 2003).

O sociólogo Anthony Giddens argumenta favoravelmente sobre a existência de uma aproximação teórica entre Marx e Weber e explica que há um exagero nas revisões teóricas sobre as diferenças analíticas de ambos. “A abordagem de Weber compartilha, com a de Marx, muito mais do que uma similaridade formal, desde que ele aceita que “propriedade” e ‘falta de propriedade’ são... as categorias básicas de toda situação de classe” (GIDDENS, 1975: 93).

Os estudos contemporâneos mostram que o conceito de classe possui um vigor intelectual e uma tendência de renovação da noção sociológica de classe. Importantes tradições sociológicas amadureceram e aprofundaram as divergências do estudo da classe, entretanto, as novas abordagens lançaram substantivas raízes nas teorias marxianas e weberianas. Pode-se inferir, conforme a indicação do neomarxista Erik Olin Wright que, ainda por matizes teóricas, agenda de pesquisas e questões chaves distintas, o conceito de classe nas tradições sociológicas visa ao entendimento dos sistemas de desigualdade econômica (CAVALLI, 1995; SAVAGE, 2000; WRIGHT, 2003).

O neomarxista explica que uma das possibilidades para se examinar o significado de classe, a disputa pela elaboração do conceito e pela sua propriedade em cada abordagem singular é compreender as questões chaves e as respectivas respostas genuínas nas tradições (CAVALLI, 1995; SAVAGE, 2000; WRIGHT, 2003).

4.2 Considerações gerais sobre as tradições sociológicas de classes

As cinco questões chaves nas quais o conceito de classe está ancorado na teoria sociológica tradicional ou na teoria sociológica contemporânea, discutidas por Erik Olin Wright, são: 1) Como as pessoas, individual e coletivamente, localizam-se a si mesmas e as outras dentro da estrutura social da desigualdade? 2) Em qual maneira as pessoas estão objetivamente localizadas nas distribuições da desigualdade material? 3) O que explica as desigualdades definidas economicamente de chances de vida e os padrões materiais de vida dos indivíduos e famílias? 4) Como nós podemos caracterizar e explicar as variações através da história da organização social das desigualdades? 5) Quais tipos de transformações são necessários para eliminar a opressão econômica e a exploração dentro das sociedades capitalistas? (WRIGHT, 2003).

Na primeira questão, ‘como as pessoas, individual e coletivamente, localizam-se a si mesmas e as outras dentro da estrutura social da desigualdade?’, apresenta-se a dimensão da ‘classe como uma locação subjetiva’. Compreende-se que a classe é delineada em termos subjetivos, na maneira como as pessoas se vêem mutuamente na ordenação social, no contexto da desigualdade social. O número de classes também varia contextualmente, segundo a forma como os atores em uma situação social específica definem as distinções de classe. Neste sentido da palavra, classe poderia ser comparada a outras formas de avaliação relevantes, tais como religião, etnia, sexo, ocupação, que podem apresentar dimensões econômicas, mas que não são definidas centralmente em termos econômicos. A classificação subjetiva de classe pode se voltar para estilos de vida, em outros casos, para as ocupações e, ainda, em direção aos níveis de renda. Encontra-se o conteúdo econômico da classificação subjetiva expressa de formas, direta ou indireta, como nos termos, ‘classe respeitável’ ou ‘classe perigosa’. De acordo com Erik Olin Wright, um exemplo clássico de um sociólogo que se dedicou ao estudo do conceito de classe subjetivista foi W. Lloyd Warner (WRIGHT, 2003).

Na segunda questão, ‘em qual maneira as pessoas estão objetivamente localizadas nas distribuições da desigualdade material?’, avalia-se classe em termos de classe como uma posição objetiva na esfera da distribuição. Define-se classe em termos de padrões de riqueza material, geralmente indexados pelo rendimento ou, possivelmente, pela riqueza. Classe, nesta agenda teórica, é um conceito gradacional, e as denominações das localizações de classe estão acordadas com a ‘classe baixa’, ‘classe média’, ‘classe alta’². Os aspectos subjetivos da localização da pessoa dentro dos sistemas de estratificação podem ser notáveis na investigação sociológica usando este conceito de classe, entretanto, a palavra classe é usada para capturar propriedades objetivas da desigualdade econômica e não simplesmente para abranger as classificações subjetivas. Neste contexto, classe é contrastada com outros caminhos pelos quais as pessoas são objetivamente localizadas dentro da estrutura social, por exemplo, pelo *status* de cidadão, seu poder ou sua sujeição a formas institucionalizadas de discriminação adscritiva. Este é o conceito de classe que figura com maior proeminência no discurso popular e em países como os Estados Unidos sem uma forte tradição política da classe trabalhadora.

Neste modelo de análise de classe, Erik Olin Wright ilustra com o seguinte modelo:

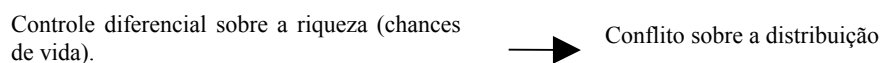


Figura 3 – Análise de classe gradacional
Fonte: Wright (2003).

Na terceira questão, ‘o que explica as desigualdades definidas economicamente de chances de vida e os padrões materiais de vida dos indivíduos e famílias?’, classe é caracterizada como uma explicação *relacional* das chances de vida econômicas. A resolução da mesma é mais complexa, pois sua resposta não se reduz à simples descrição de localização de classe das pessoas dentro de um sistema de estratificação social, seja no aspecto objetivo ou no subjetivo, mas a questão implica a necessidade de se identificar certos mecanismos causais que auxiliam na determinação daquele sistema. Conforme Erik

² Um debate apurado sobre o contraste entre o caráter gradacional e o caráter relacional das classes sociais, ler Wright (1979).

O. Wright, quando classe é usada para explicar desigualdade, tipicamente, o conceito não é definido primeiramente pelos atributos subjetivamente notáveis da locação social, mas, principalmente, pela relação das pessoas com os recursos geradores de renda ou os ativos de diversos tipos. Classe, portanto, torna-se relacional, mais que um simples conceito gradacional. Neste contexto, classe se distancia de outros determinantes de chances de vida, como a posição geográfica, as formas de discriminação ancoradas nas características atribuídas de raça ou gênero, ou herança genética. Ressalta-se que a posição, a discriminação e a herança genética podem figurar na análise de classes, contudo, a definição de classe, tais como centros de como as pessoas estão ligadas aos ativos de geração de renda. A presente avaliação de classe é característica das tradições weberiana e marxista. De uma forma especial, esta análise é predominante nas obras de John Goldthorpe e Pierre Bourdieu (WRIGHT, 2003).

Na quarta questão, ‘como nós podemos caracterizar e explicar as variações através da história da organização social das desigualdades?’, o conceito de classe figura ‘como uma dimensão da variação histórica nos sistemas de desigualdade’. Para responder a esta questão é necessário um conceito macrosociológico, no lugar de um simples conceito de nível micro que traduza os processos causais nas vidas individuais, a fim de capturar as transformações macro, no espaço e no tempo. Questão candente nas abordagens de Max Weber e Karl Marx encontra respostas distintas nas duas tradições (WRIGHT, 2003).

Na abordagem marxista, o elemento mais saliente da variação histórica da desigualdade é a forma como os sistemas econômicos variam na maneira em que um excedente econômico é produzido e apropriado e as classes são, portanto, definidas com respeito aos mecanismos de extração do excedente. Já na tradição weberiana, o problema central da variação histórica é o grau de racionalização das diferentes dimensões de desigualdade. Isto subscreve um espaço conceitual no qual, de um lado, classe e *status* são contrastadas como distintas formas de desigualdade e, por outro lado, classe é contrastado com a não-racionalização dos caminhos pelos quais as chances de vida dos indivíduos são formadas. Esta vertente de análise de classe é proeminente na tradição weberiana e no trabalho de Michael Mann (GIDDENS, 1975, p. 54; WRIGHT, 2003).

Finalmente, na quinta questão, ‘quais tipos de transformações são necessários para eliminar a opressão econômica e a exploração dentro das sociedades capitalistas?’,

classe é apresentada como um fundamento de exploração e opressão econômica. Esta agenda, cuja proeminência se refere à tradição marxista, não sugere apenas uma agenda explicativa sobre os mecanismos causais que geram as desigualdades econômicas, como também apresenta um juízo normativo sobre as desigualdades e de uma análise normativa da transformação dessas desigualdades. Em consequência, há um conceito de classe imerso em um conteúdo normativo, que não é delineado apenas em termos das relações sociais de recursos econômicos, mas que também figura centralmente em um projeto político de transformação social emancipatória (WRIGHT, 2003). Abaixo segue uma figura explanatória das tradições e as questões centrais da análise da classe.

		2. Posição distribucional	3. Chances de Vida	4. Variação Histórica	5. Emancipação
Karl Marx	X	X	XX	XX	XXX
Max Weber	X	X	XX	XXX	
Michael Mann	X	X	X	XXX	
John Goldthorpe	X	X	XXX		
Pierre Bourdieu	X	X	XXX		
popular usage	X	XXX	X		
Lloyd Warner	XXX	X	X		
<p>*** primary anchoring question for concept of class ** secondary anchoring question * additional questions engaged with concept of class, but not central to the definition</p> <p>1) Como as pessoas, individual e coletivamente, localizam-se a si mesmas e as outras dentro da estrutura social da desigualdade? 2) Em qual maneira as pessoas estão objetivamente localizadas nas distribuições da desigualdade material? 3) O que explica as desigualdades definidas economicamente de chances de vida e os padrões materiais de vida dos indivíduos e famílias? 4) Como nós podemos caracterizar e explicar as variações através da história da organização social das desigualdades? 5) Quais tipos de transformações são necessários para eliminar a opressão econômica e a exploração dentro das sociedades capitalistas?</p>					

Quadro 1 - Ancorando questões em diferentes tradições de análise de classe

Fonte: Wright (2003)

Para fins da dissertação, adotou-se as análises de classe e as tipologias socioeconômicas do neomarxista Erik Olin Wright e do neweberiano John Goldthorpe, cujas propostas serão apresentadas nos próximos subcapítulos. As referidas tipologias foram utilizadas pelo sociólogo José Alcides Figueiredo Santos (ano) para a construção da nova classificação socioeconômica para o Brasil, adotada nesta dissertação.

4.3 Classe social e a classificação socioeconômica na obra de Erik Olin Wright

O neomarxista Erik Olin Wright empreende um novo e abrangente esquema de classes visando a oferecer uma alternativa à análise da estrutura de classes enraizada na tradição marxista, cuja argumentação teórica não alcançava à existência da classe média no interior da sociedade capitalista. O caminho utilizado pelo neomarxista é o de tecer o mapeamento das estabilidades e/ou dinâmicas no interior da estrutura de classe capitalista. Por esta razão, o autor lança luzes às “localizações contraditórias de classe”, também denominada, ‘classe média’.

Na proposta de um novo mapeamento da estrutura de classe, Erik Olin Wright apresenta como base de pesquisa o nexo ativo/exploração. Os ativos produtivos são recursos, independente da natureza, geradores de renda. Com o objetivo de explicar o conceito de classe baseado na exploração, o autor realiza uma separação entre as noções de opressão econômica e de exploração.

A opressão econômica se vincula à privação dos explorados em relação aos meios de produção, aos recursos produtivos e à capacidade dos exploradores protegerem seus direitos de propriedade e excluir o trabalhador de qualquer possibilidade de apropriação e acesso. Os termos substanciais são os de privação e exclusão.

A exploração implica na apropriação do excedente do trabalho do explorado, pois o bem-estar material e o econômico do explorador ocorrem de acordo com a possibilidade de apropriação. Soma-se, então, à privação do explorado, a atividade produtiva e o esforço do explorado. Assim, o processo de exploração pode ser analisado da forma subsequente:

O nexo ativo/exploração depende, em cada caso, da capacidade de o controlador do ativo privar os outros do acesso a este. As bases materiais da exploração são as desigualdades na distribuição dos ativos produtivos, ou o que é usualmente referido como relações de propriedade. As desigualdades de ativos são suficientes para dar conta das transferências do trabalho excedente. As formas variáveis de desigualdade de ativos especificam diferentes sistemas de exploração (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 43).

O conceito de exploração como cerne para a explicação das classes aponta para a desigualdade e, também, apresenta formas de se mapear interdependências de interesses

antagônicos entre o trabalhador e o explorador. Desta forma, a exploração expressa um dos mecanismos basilares através do qual a estrutura de classe pode explicar o conflito de classes. A análise das questões dos interesses objetivos de classe adquire um aspecto mais claro de materialismo e histórico ao acrescentar-se à propriedade dos ativos produtivos, pois o desenvolvimento destas propriedades “imprime aos sistemas de classe” a sua trajetória histórica, havendo a possibilidade de perceber as diferenças qualitativas dos tipos de estrutura de classe.

Ainda que a argumentação de Erik Olin Wright se afaste da prerrogativa da preponderância das classes sociais sobre a ‘causa’ de qualquer fenômeno social da tradição marxista, o pesquisador José Alcides Figueiredo Santos explica que na esfera do posicionamento do neomarxista,

a premissa subjacente à análise marxista é a de que as relações de classe jogam um papel decisivo na moldagem de outras formas de desigualdade. De modo específico, as relações de classe organizam a estrutura da desigualdade de renda no sentido de que as posições de classe moldam os modos como outras causas influenciam a renda (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 44).

Destaca-se na análise do neomarxista a existência de uma pluralidade de exploração. Mesmo em formas não capitalistas de exploração, que estão estruturalmente subordinadas ao capitalismo, pois fornecem as bases materiais para formas secundárias de classe. A percepção de uma multiplicidade de formas de exploração abre o espaço de reflexão para a existência de ‘localizações contraditórias de classe’, que podem ser ao mesmo tempo exploradores e explorados variando nas dimensões e, igualmente, podem-se encontrar localizações contraditórias segundo o nível *per capita* do ativo pertinente.

Há a existência dos ativos organizacionais que se comporta como um recurso produtivo específico e são administrados em um contexto da divisão técnica do trabalho. Pois o próprio modo como o processo produtivo se organiza é um recurso produtivo em seus próprios termos. O ativo expressa a organização, as resoluções acerca da divisão técnica. Entretanto, este ativo é controlado através de uma hierarquia de autoridade. O poder que o gerente apresenta dentro da produção é o motor de gerador da exploração organizacional. Na análise do nexa exploração/classe este controle constitui numa base para uma estrutura particular de relações de classe entre gerentes e trabalhadores.

Não apenas os ativos organizacionais estão inseridos na ‘localização contraditória de classe’. A conexão ativo/exploração designada pela qualificação e perícia se desenvolve com força no mercado e no processo de trabalho. A escassez deste ativo supõe uma elevação do custo de produção da mão-de-obra qualificada. Os talentos e as credenciais podem ser utilizados para se criar uma escassez estável de qualificações específicas e apropriação exploradora.

A noção de estrutura de classes se refere à organização de conjunto das relações e localizações de classe. Em relação ao novo mapeamento de classe de Erik Olin Wright, o mesmo indica que o conjunto das posições dos indivíduos no interior de uma classe específica influencia os interesses de classe dos seus ocupantes. Como Figueiredo Santos explica, a estrutura de classes na análise do neomarxista:

Refere-se à estrutura de relações sociais que define um conjunto de posições ocupadas por indivíduos ou famílias e que determina seus interesses de classe. Ela corresponde a uma estrutura de ‘lugares vazios’ gerados pelas relações sociais de produção, que existe independentemente de pessoas específicas que ocupam posições determinadas (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 46).

As ponderações marxistas da estrutura de classes indicam três efeitos: interesses materiais, experiências de vida e capacidades para ação coletiva. Já Erik Olin Wright argumenta que os conceitos concretos de estruturas de classe devem ser assentados em torno do conceito de exploração e de interesses materiais.

A estrutura de classes corresponde a um tipo particular de rede complexa de relações sociais que determina o acesso aos recursos produtivos básicos e molda os interesses materiais. Pode ser representada, adequadamente, como uma matriz *multidimensional* de localizações determinadas pela distribuição dos ativos gerados de exploração (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 47).

Cada localização é caracterizada pela distribuição de ativos geradores de exploração. A localização sinaliza o determinante básico da matriz de possibilidades objetivas enfrentadas pelos indivíduos. Isto significa as alternativas reais sobre o que fazer e como fazer com o que tem e, ainda, a trajetória global de possibilidades.

O neomarxista argumenta que é importante pensar o caráter da posição de classe, ou seja, das relações técnicas de produção, em termos probabilísticos. Da mesma forma deve se pensar a posição relacional dos ocupantes no decorrer do tempo. Enfim, são trajetórias probabilísticas. “O próprio conceito de interesse, central na interpretação de Wright, implica um horizonte ou dimensão temporal da parte dos atores que partilham esses interesses” (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 48).

O sociólogo problematiza sua noção de localização de classe, pois ocupar uma localização de classe está restrito a empregos (*jobs*) e tem uma conotação estática. Por isso ele conecta a dimensão da estrutura de classes a microconceitos que captem o modo dos indivíduos viverem. Erik O. Wright desenvolveu por isso as noções de localização de classe *mediatas e temporais*.

As relações *mediatas* demonstram as demais relações sociais, além do emprego, que ligam os indivíduos à estrutura de classes. Relações com outros membros da família e relações com o estado criam vínculos indiretos entre o indivíduo e os recursos produtivos. As relações de gênero perpassam a família e formam a base para a definição da localização de classe mediata, o que permite, inclusive, dissolver o dualismo classe/gênero.

As localizações de classe *temporais* refletem o fato de determinados empregos estarem associados a trajetórias de carreira que alteram o vínculo de classe através do tempo. As categorias portadoras de qualificações credenciadas envolvem um movimento no interior das hierarquias gerenciais. Em um plano concreto de análise, a estrutura de classe envolve a totalidade das *relações de classe diretas, mediatas e temporais* (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

A tipologia básica de classe de Wright foi construída de acordo com a apropriação diferenciada de ativos, ativos de qualificação e relação com o exercício de dominação dentro da produção (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

A parte crítica da tipologia de localizações de classe se encontra nas diferenciações entre os não-proprietários dos meios de produção, ou seja, nas divisões internas entre assalariados, atribuídas à operação de mecanismos de exploração não capitalistas e de dominação dentro da produção, ambas subordinadas à exploração baseada nos ativos de meios de produção (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

A idéia de múltiplas explorações permite pensar a existência de localizações contraditórias de classe, que podem ser simultaneamente exploradas por um mecanismo e exploradoras por outro mecanismo. A distribuição empírica das pessoas dentro das células da tipologia de classe depende dos 1) padrões de distribuição e interdependência dos ativos de exploração e 2) de exercício de dominação dentro da produção (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 49).

Na avaliação de Wright, as ponderações marxistas sobre estrutura de classes é muito abstrato e macro, não sendo capazes de captar os problemas da realidade empírica do indivíduo. E, inversamente, não ligam os níveis concreto e micro de análise aos macroconceitos mais abstratos. Desta forma, o sociólogo realiza os efeitos da localização de classe: 1) na consciência e 2) na ação individual (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

O autor demonstra que a localização de classe ocorre no nível micro. Os indivíduos e, às vezes, as famílias ocupam as localizações. E isto significa ser afetado por um conjunto de mecanismos que determinam as possibilidades e os limites encarados ao fazer escolhas e agir no mundo. Localização, portanto, não se refere a uma classe, mas a localizações dentro das relações de classe.

A noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos em relação aos poderes e direitos sobre os recursos produtivos que são importantes na estruturação de padrões de interação social. As localizações de classe estão sempre estruturalmente interconectadas às relações de classe (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 50).

As possibilidades e limites da localização de classe dependem das propriedades emergentes da estrutura social como um todo que mediatizam os microprocessos.

A versão estrutural apresentada por Erik Olin Wright explica que as ‘localizações contraditórias’ estão alicerçadas na análise das três dimensões inter-relacionadas da dominação e da subordinação inseridas no processo de produção: (a) Capital Monetário: é apresentado de acordo com os fluxos de investimentos no interior da produção e da direção dos mecanismos de acumulação em seu conjunto; (b) Capital Físico: refere-se aos reais meios de produção na esfera do processo produtivo; (c) Trabalho: este engloba as atividades transformativas dos produtores diretos, também, no âmbito da produção

O sociólogo, a princípio, concebeu as relações entre o capital e o trabalho sob os vieses do antagonismo e da polarização na linha progressiva destas dimensões e, argumentou a presença das ‘localizações contraditórias’ nos pontos nos quais não há uma paridade entre as três dimensões. As localizações tornam-se contraditórias porque permanecem imbuídas de aspectos relacionais entre classes emblemáticas (FIGUEIREDO SANTOS, 2002).

Erik Olin Wright desenvolveu, além disso, uma refinada tipologia de classes na sociedade capitalista, na qual as três dimensões tricotomizadas, por opção metodológica, originaram doze localizações de classe diferenciadas: “três possuidoras de ativos de capital e nove de empregados” (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 50). Com a separação das localizações na esfera dos não empregados, Wright demonstra o objetivo de tecer uma tipologia na qual as posições assimétricas fossem inequívocas.

Contrata Trabalho	Capitalista	Gerentes especialistas	Gerentes não-especialistas	Exerce Autoridade
	Não contrata Trabalho	Pequena burguesia	Especialistas	
		Possui Qualificações escassas	Não especialista	Não exerce Autoridade

Quadro 2 - Tipologia básica de classes na sociedade capitalista.
Relação com qualificações escassas
Fonte: Figueiredo Santos (2002)

Incorporado na análise do autor, o modelo formado apresenta seis diferentes localizações de classe nas relações de classe. Ressalta-se que a tipologia apresentada pode sofrer determinadas modificações em razão dos objetivos específicos de uma pesquisa em curso. O sociólogo tricotomizou as três dimensões indicando as posições ‘dominante’, ‘contraditória’ e ‘subordinada’, em uma esfera de seis localizações nas relações de classe.

	Donos de Meios de Produção		Não-proprietários (trabalhadores assalariados)	
Possuem suficiente capital para empregar trabalhadores e não trabalhar	1 Burguesia	4 Gerentes Especialistas	7 Gerentes Qualificados	10 Gerentes não Qualificados
Possuem suficiente capital para empregar trabalhadores, mas precisam trabalhar	2 Pequenos empregadores	5 Supervisores Especialistas	8 Supervisores Qualificados	11 Supervisores não Qualificados
Possuem suficiente capital para trabalhar para si mesmos, mas não para empregar trabalhadores	3 Pequena burguesia	6 Não-gerentes Especialistas	9 Trabalhadores Qualificados	12 Trabalhadores não Qualificados
		+	>0	-
		Relações com qualificações escassas		

Quadro 3 - Tipologia de classe desenvolvida
Fonte: **Figueiredo Santos** (2002)

Assim, pode-se acentuar que na posição ‘dominante’ onde estão os proprietários encontram-se os capitalistas, os pequenos empregadores e a pequena burguesia, esta não contratante de empregados. Por sua vez, na localização de ‘classe média’ estão incluídos todos os tipos de gerentes e especialistas, além dos supervisores qualificados. A classe média é pensada em termos “de localizações privilegiadas de apropriação entre os empregados” (**FIGUEIREDO SANTOS**, 2002, p. 51).

Pode-se salientar que o esquema de classe de Erik O. Wright abrange a importância da propriedade, do poder gerencial e da perícia, fato que também pode ser encontrado no estudo da tipologia de classe do neoweberiano John Goldthorpe. Mas em quais parâmetros está enraizado o esquema de classe de Goldthorpe?

4.4 Classe social e a classificação socioeconômica no pensamento de John Goldthorpe

Na análise do neoweberiano John Goldthorpe, as sociedades modernas são estruturadas na instituição da propriedade privada e do mercado de trabalho e reproduzem divisões de classe derivadas da natureza das relações e das condições de emprego (FIGUEIREDO SANTOS, 2005; 2007). Em consequência, “as posições de classe são vistas como se derivando das relações sociais na vida econômica ou, mais especificamente, das relações de emprego. É, portanto, na vida econômica que as implicações, para os indivíduos, das posições de classe que eles mantêm deveriam ser mais imediatamente aparentes” (GOLDTHORPE *et al*, 2004, p. 1).

O objetivo do esquema de classe construído pelo neoweberiano John Goldthorpe é realizar as distinções das posições dentro dos mercados de trabalho e nas unidades produção, o que significa demarcar as posições referentes ao emprego que as posições presumem (ERIKSON e GOLDTHORPE, 1992 *apud* FIGUEIREDO SANTOS, 2005).

Em uma relação de serviço, a natureza do contrato é determinada pela troca específica e de relativo curto prazo. Somam-se os fatos dos empregados compartilharem realidades comuns, como uma certa autonomia e liberdade relacionadas à empresa. Comumente, possuem a delegação da autoridade por parte da empresa, como as funções gerenciais e o aproveitamento do conhecimento especializado e perito, nas funções profissionais. “Os empregados ofertam seu serviço à organização empregadora em troca de ‘compensações’ que incorporam importantes elementos prospectivos, adicionais aos ganhos salariais, como trajetórias ascendentes de carreira e escalas de remuneração incrementais” (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 31). Uma das grandes dificuldades nas relações de serviço são as diferenças e os desencontros de informação entre as partes que tornam falha qualquer tentativa de vigilância ou monitoramento por parte do empregador (FIGUEIREDO SANTOS, 2005).

O contrato de trabalho implica uma relação social, cujo empregado, mediante remuneração, disponibiliza-se às ordens do empregador ou do seu representante. O objetivo central do empregador consiste em induzir o máximo de empenho e cooperação pelo empregado, em razão do trabalho alocado. No contrato de trabalho ocorre uma troca específica e de relativo curto prazo, de dinheiro por trabalho. Os empregados ofertam quantidades mais ou menos descontínuas de trabalho, sob supervisão do empregador ou do

agente do empregador, em troca de salários, cujos cálculos ocorrem à base da “unidade” ou do “tempo” (FIGUEIREDO SANTOS, 2005).

A natureza da forma das regulações de emprego é balizada na relação de serviço e no contrato de trabalho e pode ser distinguida da forma subsequente.

Classe	Denominação	Forma de Regulação do Emprego
I	Profissionais, gerentes e administradores, maior grau	Relação de serviço
II	Profissionais, administradores e gerentes, menor grau, e técnicos de maior grau	Relação de serviço (Modificada)
III a	Empregados não manuais de rotina, maior grau	Mista
III b	Empregados não manuais de rotina, menor grau	Contrato de trabalho (Modificada)
IV ab	Pequenos proprietários e empregadores e trabalhadores auto-empregados	
V	Técnicos de menor grau e supervisores de trabalhadores manuais	Mista
VI	Trabalhadores manuais qualificados	Contrato de trabalho (Modificada)
VII a	Trabalhadores não manuais qualificados	Contrato de trabalho
VII b	Trabalhadores agrícolas	Contrato de trabalho

Quadro 4 - Categorias do esquema de classe de John Goldthorpe e forma suposta de regulação do emprego

Fonte: Figueiredo Santos (2005)

As sociedades modernas exigem da análise de John Goldthorpe uma maior diferenciação entre os posicionamentos de classe dos empregados. Nos próprios termos do neoweberiano,

Visto que as posições de classe são tomadas como se derivando as relações de emprego, as posições dos empregadores, dos trabalhadores autônomos, e dos empregados representam um nível inicial de diferenciação. Porém, nas sociedades modernas, uma importância importante se ligará à diferenciação posterior que é, obviamente, requerida entre os empregados, que compreendem a maioria da população ativa. Isso pode ser conseguido, de um modo teoricamente consistente, pela referência ao modo de regulação de seus empregos ou, em outras palavras, à forma de seus contratos de trabalho, devida conta sendo tomada de ambas as características, explícitas e implícitas (GOLDTHORPE *et al* 2004, p. 2).

Mas o dinamismo presente nos contratos entre empregados e empregadores

apresenta seus percalços, em razão de todos os contratos de trabalho se apresentarem incompletos. E, ainda, em razão de duas questões. Como John Goldthorpe explica:

Os empregadores enfrentam danos contratuais no mercado de trabalho, no final das contas devido à incompletude essencial dos contratos de trabalho, mas, mais imediatamente, por conta dos dois problemas de monitoramento do trabalho e da especificidade do ativo humano. Em consequência, contratos de diferentes formas são oferecidos aos empregados que estão engajados na execução de diferentes tipos de trabalho nos quais estes problemas surgem em uma maior ou menor extensão (GOLDTHORPE *et al* 2004, p. 2).

Como explica Thomas Maloutas, as relações de emprego propostas pelo neoweberiano se baseiam em um contínuo de posições de classe entre relações de serviço e contrato de trabalho. Em consequência, as categorias do esquema de classe se tornam um valioso instrumento para se classificar as posições centrais dentro de diferentes hierarquias ocupacionais dependentes de uma suposição de posição de classe dentro de cada hierarquia com um aceitável grau de precisão (MALOUTAS, 2007).

É possível que a coerência do pensamento de John Goldthorpe consiga um desempenho acurado com a hipótese de que parte significativa da população ativa (com *status* de empregado) esteja sujeita à relação/contrato e que ainda exista uma considerável diversidade de posições diferenciadas hierarquicamente, capazes de serem distinguidas através deste dispositivo (MALOUTAS, 2007).

Comparando-se os esquemas de classe de Erik Olin Wright e John Goldthorpe se constata que, para o primeiro pesquisador, as categorias de classe são definidas em termos de poderes e de direitos exercidos sobre os recursos produtivos e não de acordo com a natureza da relação de emprego e com a sua forma de regulação, como em Goldthorpe. A discordância mais substantiva entre os dois esquemas de classes, “ao menos no que diz respeito à problemática da proletarização da estrutura de classes do capitalismo contemporâneo”, consiste na inclusão na tipologia de John Goldthorpe, das categorias dos empregados não manuais de rotina, técnicos de menor grau e supervisores de trabalhadores manuais (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 32).

Embora com as diferenças conceituais, os dois esquemas de classe convergem em pontos importantes. O neomarxista Erik Olin Wright e o neoweberiano John Goldthorpe compreendem a relação capital-trabalho como definidora do eixo principal das relações de

classe no capitalismo, e “destacam a importância das categorias sociais profissionais, gerentes e executivos, funcionários burocráticos, empregados altamente qualificados, que não se encaixam propriamente nas relações de classe polarizadas entre capitalistas e trabalhadores” (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 32). As categorias empíricas de análise são sub indicadas pelo modelo teórico de referência e, em consequência, no ‘conjunto prático’ de categorias operacionais, as matrizes das estruturas de classes de ambos não destoam profundamente (FIGUEIREDO SANTOS, 2005).

Com o mapa conceitual das tipologias de classes de Erik Olin Wright e John Goldthorpe é possível apresentar a nova classificação socioeconômica para o Brasil, de José Alcides Figueiredo Santos (ano), pois o sociólogo utiliza o aparato conceitual dos autores mencionados.

4.5 Nova Classificação Socioeconômica para o Brasil elaborada por José Alcides Figueiredo Santos

A nova classificação socioeconômica para o Brasil contribui para a análise da desigualdade social, na situação específica da sociedade brasileira, pois é um robusto instrumento de caracterização, de descrição e de explicação da desigualdade, nas esferas da produção e da reprodução, como também na divisão estrutural da sociedade brasileira e nas suas consequências para a renda das pessoas. A compreensão da configuração, do desenvolvimento e dos resultados das divisões socioeconômicas “e suas relações com as demais formas de desigualdades duráveis que permeiam a altamente desigual sociedade brasileira”, é elucidada em uma abordagem sociológica de conceituação e de mensuração de classe social (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 28).

Uma das observações do pesquisador é a de que a sociologia brasileira, na investigação empírica, não se debruçou de forma considerável sobre o estudo nacional das divisões socioeconômicas presentes no país, assim como, sobre os resultados destas divisões para a população. Neste sentido, a pesquisa ultrapassa os interesses acadêmicos, pois o objetivo da classificação propõe, ainda:

Colocar na agenda das estatísticas sociais do Brasil a construção de uma classificação socioeconômica na perspectiva sociológica de classe social, entendida como um instrumento analítico utilizado para monitorar a estrutura social, elucidar os condicionamentos que afetam o “estado

social” do país e avaliar o impacto das políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 28).

Embora apresente seus próprios desafios face à realidade brasileira, a tipologia construída por Figueiredo Santos se valeu das contribuições teóricas Erik Olin Wright e John Goldthorpe. Entretanto, a nova classificação para o Brasil contempla em suas categorias a solução operacional para estes desafios.

A fim de construir uma classificação socioeconômica para o Brasil, Figueiredo Santos trabalhou com as seguintes questões metodológicas:

A tipologia representa uma classificação conceitual formada por um conjunto exclusivo e exaustivo de categorias, em que cada caso pertence a uma categoria (exaustividade) e nenhum caso está em mais de uma categoria (exclusividade). As categorias devem estar internamente homogêneas com respeito aos atributos relevantes e claramente separadas (e dessemelhantes) das demais categorias. Uma tipologia de posições de classe é uma classificação qualitativa, que pode ser gerada sem quantificação ou análise estatística, pois as suas células representam tipos conceituais, em vez de casos empíricos. Porém, como a tipologia representa um instrumento analítico a serviço da investigação empírica, deve-se estabelecer a correspondência entre o tipo conceitual e a sua contraparte empírica. A tipologia precisa ser o mais apropriada possível para a elaboração de narrativas causais e para o entendimento de como as posições de classe desempenham um papel mediador e/ou moderador em relação a outras variáveis e os seus efeitos são mediados e/ou moderados via determinadas variáveis específicas (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 34).

Na complexidade do capitalismo contemporâneo há a constituição de complexas relações de classe e redes de poderes e de direitos sobre os recursos produtivos. Assim, mesmo que o poder básico sobre a alocação dos ativos de capital e a operação dos fluxos de renda esteja em posse dos capitalistas, os direitos e os poderes das propriedades podem ser redistribuídos. E é justamente o controle de ativos de capital que abrange diferenciações em termos de escala e formas de divisão de trabalho. A nova classificação foi construída no modelo abaixo:

Categorias	Critérios Operacionais
Capitalista e fazendeiro	Posição na ocupação de empregador; empregador não-agrícola com 11 ou mais empregados; empregador agrícola com 11 ou mais empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários; empregador agrícola com 1.000 hectares ou mais de

	terra, independentemente do número de empregados.
Pequeno empregador	Posição na ocupação de empregador; empregador não-agrícola que ocupa de 1 a 10 empregados; empregador agrícola que ocupa de 1 a 10 empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de 6 a 10 empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários.
Conta-própria não-agrícola	Posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não-agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van etc) usado para trabalhar ou ocupação qualificada no emprego principal.
Conta-própria agrícola	Posição na ocupação de conta-própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.
Especialista autônomo	Posição na ocupação de conta-própria ou empregador; especialista de acordo com o grupo ocupacional, com até 5 empregados ou sem empregados, com ou sem estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório).
Empregado especialista	Posição na ocupação de empregado; especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior.
Empregado qualificado	Posição na ocupação de empregado; empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou com formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, professores de educação física e de educação especial.
Supervisor	Posição na ocupação de empregado; supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com o grupo ocupacional.
Trabalhador típico	Posição na ocupação de empregado; trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina e serviços administrativos, comércio e vendas.
Trabalhador elementar	Posição na ocupação de empregado; trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, excluindo os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.
Conta-própria precário	Posição na ocupação de conta-própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van, etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada no emprego principal; posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.
Empregado doméstico	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinado.

Quadro 5 - Uma classificação socioeconômica para o Brasil: categorias empíricas e critérios operacionais

Fonte: **Figueiredo Santos** (2005)

No que se refere às evocações teóricas de Erik Olin Wright, essas se baseiam no contexto de uma tradição marxista da “análise de classe e da sua aplicação na investigação

comparativa dos ‘efeitos de classe’ no capitalismo contemporâneo” (SANTOS, 2005, p. 33). Considera-se ainda, que a classificação socioeconômica brasileira foi pensada, segundo a conexão entre a ocorrência das classes com a dimensão social relacional presente em um sistema de produção. Como em Erik Olin Wright, Figueiredo Santos também assume que as relações de classe são determinadas pelos diferentes tipos de direitos e poderes sobre os recursos produtivos. Portanto, “a noção de relações de classe destaca os padrões estruturados de interação associados à propriedade dos recursos produtivos básicos da sociedade” (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 33).

Analisando-se o indivíduo como unidade de análise observacional, a noção de localização ou posição de classe do indivíduo significa a posição do mesmo dentro das relações de classe. Baseado no aparato teórico de como as pessoas se encontram e se relacionam com o sistema de produção e as consequências destas relações de poder na estrutura do emprego, Figueiredo Santos (ano) delimitou as distinções primárias em termos de *status* de emprego, nas qual há as categorias: empregador, auto-empregado, empregado, empregado doméstico e trabalhador excluído da produção. Utiliza-se nos próprios termos no autor a justificativa da construção das categorias do empregado doméstico e do trabalhador excluído ou excedente.

A categoria diferenciada de empregado doméstico justifica-se devido à especificidade do trabalho de produção de valores de uso para o âmbito domiciliar e ao seu peso na estrutura social brasileira. A extensão e as implicações das tendências excludentes contemporâneas do papel da força de trabalho no sistema de produção fundamentam a consideração da posição de trabalhador excluído ou excedente (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 34).

O pesquisador Figueiredo Santos (ano) ressalta que a teoria de classe enfrenta o desafio de explicar a reprodução em ampla escala do auto-emprego, em países de capitalismo dependente, como o Brasil, e de entender o seu ‘retorno’ nas capitalistas avançadas. Destaca-se que o auto-emprego é freqüentemente uma atividade individual, crescentemente feminina, inclui tanto profissionais liberais, como os domínios associados com atividades marginais.

Ao decompor a categoria de classe do auto-emprego, o mesmo considerou: dimensão de ativos de capital; controle de recursos de qualificação/perícia; recorte setorial

agrícola/não-agrícola. Em relação ao auto-emprego precário, observa-se que, em partes, sua configuração ligada aos processos que tornam excedentes uma parte da população trabalhadora disponível; aos mecanismos de exclusão do controle de ativos economicamente relevantes e aos espaços intersticiais mantidos no mercado de produtos e serviços.

Conforme Figueiredo Santos, a particularidade da estrutura de classes no país salienta-se na considerável heterogeneidade socioeconômica presente no hipertrofiado segmento de auto-emprego e nas categorias destituídas, expressas no universo do trabalho assalariado (no interior e no exterior) e na exclusão dos recursos produtivos. Estes elementos se constituem no âmbito formalizador das dimensões teóricas e considerações analíticas gerais, as quais fundamentam ou direcionam a construção de categorias e segmentações empíricas de classe referentes à realidade social brasileira (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 33).

Entre a classe média gerencial-profissional e a classe trabalhadora proletarizada, constituem-se situações ambíguas de classe (zona de sombra), existindo nas condições concretas da estrutura social brasileira uma ordem de dominância que faz com que esses segmentados alinhem-se a uma dimensão de classe trabalhadora ampliada.

Para se realizar a demarcação das categorias de classe, levou-se em consideração a ‘posição na ocupação’ (tipologia da Pnad) ou *status* do emprego. Distinguiram-se assim, as seguintes posições: empregador, empregado, trabalhador por conta própria e empregado doméstico. A transformação das categorias originais seguiu essa lógica (apresentava como objetivo construir as categorias de classe), uma vez que foi construída em um processo de desagregação sociológica desses agrupamentos. A classificação utilizou a nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Domiciliar, compatível com a Internacional Statistical Classification of Occupation (ISCO – 88) aplicada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000 e na Pnad de 2002 em diante. Esta opção permitiu a separação das categorias de classe de gerentes e supervisores.

A classificação construída por Santos considera as seguintes situações distintas:

- a) Os proprietários de ativos relevantes de capital: capitalistas e fazendeiros;
- b) Há uma categoria única de pequenos empregadores;
- c) Conta-própria: divisão setorial: c. 1) Agrícola: pode ser vista também como

uma divisão entre controles de ativo de capital e de terra. Compõe-se dos produtores que possuem acesso à terra e trabalham para si, sem contratarem o serviço de terceiros e c. 2) Não agrícola: segmentado de acordo com os critérios de controle de ativos produtivos físicos e de recursos de qualificação. Há o controle de algum “capital”, materializado no estabelecimento do empreendimento, ou quando não possuem propriamente estabelecimento, beneficia-se de uma ocupação qualificação;

d) Conta-própria precário: visa a delimitar, de forma aproximada, o grande segmento de trabalhadores por conta própria, porém destituído de ativos de capital e de recursos de qualificação, que obtém a sua sobrevivência aplicando a sua capacidade de trabalho na produção e/ou nos serviços no mercado. Esta categoria permite a reflexão do grau de destituição extrema encontrada particularmente entre os trabalhadores de autoconsumo e enfatiza a condição de profunda destituição do segmento. Ressalta-se que uma parte deste último contingente possivelmente compõe-se de formas disfarçadas ou degradadas de trabalho assalariado.

Há, ainda, as seguintes categorias:

e) Empregados especialistas e gerentes: empregos assalariados de classe média ou as localizações privilegiadas de apropriação;

f) Empregados qualificados e supervisores: situações ambíguas de classe entre os assalariados, em termos de componentes de qualificação e autoridade incorporados às estruturas de trabalho. Obs: “Especialistas”, “qualificados” e “trabalhadores”, revestem-se de complicações devido tanto à dimensão relativa da definição social da qualificação como à influência da estrutura de oportunidade do mercado de trabalho na especificação do valor econômico da qualificação. A construção operacional da presente classificação adotou uma solução um tanto mais “expansiva” para a categoria de especialistas e para a de gerentes. Obs: Empregados especialistas: soma de especialista mais gerente, solução operacional mais expansiva.

g) Classe trabalhadora restrita. Dois segmentos: consideram-se os seus elementos de agregação e de similaridade de condições de cada categoria no âmbito da divisão social do trabalho e do mercado de trabalho. Trabalhadores elementares: diferenciar seu segmento mais destituído em termos da natureza dos papéis e das tarefas de trabalho. Diferenças entre o trabalhador proletarizado “padrão” e o trabalhador elementar mais

“destituído”. Trabalhador elementar mais “destituído”: supõe-se uma aproximação deste em termos de mobilidade de circulação e/ou grau de destituição econômica, com as categorias de conta própria, precários e empregados domésticos.

A nova classificação socioeconômica para o Brasil será exaustivamente utilizada nesta dissertação para analisar empiricamente a distribuição da renda do trabalho principal entre as categorias de classe e no interior da categoria de classe, a partir da análise de gênero e a taxa de flutuação de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

5 TRABALHO: TEORIA, MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A CATEGORIA DE GÊNERO

O estudo da segmentação do trabalho entre gêneros deve ser entendido a partir das funções atribuídas ao homem e à mulher na divisão sexual do trabalho, que estavam implícitas nas instituições culturais (políticas, sociais e econômicas) das sociedades, em várias fases de evolução. Desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial, dentro da família, o homem e a mulher desempenhavam papéis relevantes distintos, enquanto produtores de bens e serviços à sociedade. As funções da mulher, bem como as habilidades por ela adquiridas, orientaram-se para o lar e não para a produção não doméstica, da mesma forma que as do homem se orientaram no sentido contrário. A mulher tenderia a se especializar em atividades domésticas, porque a capacidade de ganhos do homem seria maior (Benería, 1979; Borderías; Carrasco, 1994; Gardner, 1993). Na divisão sexual do trabalho, o papel da mulher foi definido como o de contribuição à reprodução biológica da força de trabalho, ou seja, de procriação e de criação dos filhos, entendida não só como a manutenção cotidiana dos trabalhadores presentes e futuros, mas também como “[...] a designação de agentes a determinadas posições no processo produtivo” (KON, 1991, p. 49).

Para se pensar no funcionamento do mundo do trabalho é fundamental refletir sobre os elementos que o baliza e o constitui como um importante espaço da vida humana, utilizado na reprodução da discriminação e da exploração já presentes nas demais dimensões da sociedade. Entre as complexas redes que envolvem o mundo do trabalho e ainda configuram o mercado laboral, e podem ser facilmente identificadas na estrutura que as mantêm, há importantes elementos, do ponto de vista teórico, ausente nas planilhas e nos planejamentos das empresas, mas agindo determinantemente nos critérios de contratação e de remuneração. Trata-se das seleções de funcionários baseadas em características que não influenciam na capacidade de produção dos indivíduos e na possibilidade destes profissionais impulsionarem à geração de lucros. Um destes aspectos é a escolha de funcionários, segundo o atributo de gênero.

É sempre um desafio estudar o trabalho conseguindo romper com as explicações, por vezes restritivas, sobre a estrutura e o funcionamento do mundo laboral. Os aspectos culturais envoltos nos exercícios das funções e o significado do trabalho para a formação do indivíduo requerem, sempre, seu espaço de reflexão teórica e empírica; pois a

importância do trabalho está relacionada ao desenvolvimento da autonomia do indivíduo, à postulação do seu caráter identitário, ao reconhecimento social, ao acesso aos bens de consumo e à imersão do sujeito em campos materiais e simbólicos de relevância no século XXI (IPEA; SPM; UNIFEM, 2008).

O conceito de trabalho indica qualquer esforço humano capaz de acrescentar valor a bens e a serviços, a princípio, para outras pessoas; por esta razão, os esforços caracterizados pela destruição, com um fim em si próprios ou consumativos são classificados como antitrabalho. As funções rotineiras, muitas vezes caracterizadas como marginalizadas, sem valor laboral, também são denominadas trabalho. “A conversação, a canção, a decoração, a pornografia, a colocação da mesa, a jardinagem, a limpeza da casa, e o conserto de brinquedos quebrados, todos envolvem trabalho, na medida em que eles aumentam a satisfação que seus consumidores ganham deles” (TILLY *et al*, 1998, p. 22). Mercado e trabalho se inter cruzam, pois é no mercado que o trabalho ou o esforço humano é transformado em mercadoria, como um contrato, através da compra e da venda. Em tempo, deve-se compreender esta dinâmica à luz dos condicionamentos políticos e econômicos vigentes em cada momento histórico específico (TILLY *et al*, 1998).

Com o objetivo de refletir sobre os argumentos acima apresentados, o presente capítulo apresenta o seguinte roteiro de estudo teórico e empírico: No primeiro subcapítulo, ‘Trabalho: teoria e mercado’, realiza-se uma reflexão sobre os elementos dispostos nas relações do mundo do trabalho. Utilizou-se como referencial teórico, a proposta interacional de análise da esfera laboral, dos pesquisadores Charles Tilly e Chris Tilly (1998).

No tópico seguinte, ‘Mercado de trabalho brasileiro: um perfil dos anos 1990 e 2000’, a reflexão incide sobre os determinantes econômicos e políticos que caracterizaram o mercado brasileiro nas décadas assinaladas. O embasamento para esta análise contou com os estudos de Márcio Pochmamm (2008) e Cardoso Júnior (2000).

Neste ponto, outro argumento pode ser levantado. Como a configuração de gênero no mundo laboral se apresenta nos dias atuais no Brasil? A desigualdade entre homens e mulheres vem assumindo um novo cenário? O subcapítulo, ‘Mercado de trabalho brasileiro: um perfil da categoria de gênero nos anos 1990 e 2000’, concentra as reflexões teóricas nas relações entre o mercado de trabalho brasileiro e a disposição da categoria de

gênero nas décadas de 1990 e de 2000. A argumentação teórica se valeu dos estudos de Cristina Bruschini (2006, 2008), Anita Kon (2003, 2004, 2005, 2006) e de Margaret Maruani (2008).

A análise empírica do capítulo é apresentada no tópico, ‘Distribuição nas categorias de classe e distribuição nas categorias de classe por gênero em 1992 e em 2008’. Neste ponto do trabalho serão analisados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) com as informações pertinentes às transformações nas taxas percentuais de homens e de mulheres nas categorias de classe nos anos de 1992 e de 2008. O objetivo é traçar o perfil do mercado de trabalho, à luz da formação de gênero, e assim verificar se houve a redução da desigualdade de acesso dos indivíduos aos posicionamentos socioeconômicos caracterizados pelas credenciais, qualificações e ativos de capital. Ademais, apresenta-se, ainda, a delimitação deste acesso ao mundo laboral segundo a composição de gênero.

Finalmente, abre-se espaço no último subcapítulo, ‘Tendências das recompensas salariais e da formação da categoria de gênero no mercado de trabalho’, para o debate sobre as tendências de continuidades e mudanças da desigualdade de gênero no mercado de trabalho e nos rendimentos provenientes do trabalho. Há um debate se as disparidades entre homens e mulheres reduziram e se, futuramente, as pesquisas relacionadas a este enfoque se tornarão desnecessárias. O arcabouço teórico utilizado foi dos pesquisadores Francine Blau *et al* (2006).

Este percurso teórico e empírico no capítulo permitirá a elucidação dos elementos centrais do mundo do trabalho, como o mesmo se organiza em um cenário brasileiro de dinamismo político e econômico, nas décadas de 1990 e 2000. Com este retrato, torna-se possível compreender com maior clareza as flutuações das taxas de indivíduos nas categorias de classe nos dois momentos do tempo e, conseguir traçar o perfil da entrada feminina neste mercado de trabalho.

5.1 Trabalho: teoria e mercado

As considerações de Charles Tilly e Chris Tilly sobre o mundo do trabalho partem de uma perspectiva interacional, que considera o trabalho capitalista e o mundo do

trabalho em uma complexidade de redes, da estrutura organizacional, da cultura, da história e da ação coletiva. Por esta razão, os pesquisadores compuseram várias dimensões da vida social e demonstraram como se estabelecem as relações de trabalho nestes contextos específicos. Na esfera interacional, a classificação da força de trabalho é compreendida além da proposição de uma população ativa com pessoas empregadas somadas àquelas que estão procurando emprego. Na análise das relações interacionais de trabalho, os autores estabeleceram as ligações a seguir:

	Transação	Contrato	Papel	Redes de Trabalho	Organização
↑ Parcela de todas as transações de Trabalho	Transação de Trabalho	Contrato de Trabalho	Emprego	Hierarquia	Firma
				Mercado	Associação Comercial
	Transação de Troca	Contrato de Troca	Nexo de Troca	Indústria	Sindicato
				Coalizão	Trabalho
	Interação Social	Ligação Social	Membros da família	Vizinhança	Vizinhança
				Amizade	Amizade
				Relação de Parentesco	Relação de Parentesco
					Trabalho Doméstico
					Estado

Quadro 6 - Unidades das relações de trabalho
Fonte: TILLY *et al* (1998)

As *transações* são relações importantes que unem o produtor e o receptor de valor de uso. Aquelas transações que não ocorrem na esfera laboral são classificadas como interação social. Há, ainda, os *contratos* de trabalho, são os resultados de acúmulos organizados de transações. Já o representante similar do contrato em uma esfera exterior ao trabalho é denominado, laço social; estes também apresentam elementos de um contrato que, entretanto, são informais. Os contratos, por sua vez, são reunidos pelos trabalhadores e receptores de contratos em *papéis*, nos estabelecimentos de serviços. Os serviços são caracterizados como um acúmulo de contratos de trabalho que são direcionados de maneira durável e formal a uma única pessoa. O papel conhecido como *sociedade familiar* reúne os

contratos que envolvem as transações de trabalho e de não-trabalho (TILLY *et al*, 1998). Os contratos de trabalho são constituídos por redes, cujas expressões mais pungentes, alicerçadas na esfera laboral, são os mercados e as hierarquias. As indústrias indicam redes e organizações de trabalho conectadas, na qual as relações afins com os mercados se estendem nas variadas direções e abrangem as barreiras do trabalho e do não trabalho (TILLY *et al*, 1998).

Os elos formados pelo parentesco, pela amizade e pela vizinhança social conectam de diversos modos os elos sociais além mundo laboral. As redes ligadas, denominadas organizações, apresentam agentes que agem em nome de todos. As firmas, as associações de comércio e as comunidades de trabalho são os tipos proeminentes de organizações com as quais os autores trabalham. Por sua vez, os sindicatos estabelecem a ligação do trabalho ao não trabalho e, as unidades domésticas e o estado se cruzam com o trabalho e o impactam significativamente. Estes dois elementos, unidades domésticas e estado, apresentam importantes componentes de não trabalho.

No ambiente laboral, os receptores dos contratos de trabalho apresentam três objetivos principais ou padrões de julgamento do trabalho dos produtores: qualidade, eficiência e poder.

No caso da **qualidade**, a pergunta é quão intimamente os valores de uso produzidos por vários níveis do esforço de um trabalhador se aproximam de uma configuração ideal de características de produto. O trabalho de alta qualidade se aproxima desta configuração ideal com esforço relativamente pequeno. O trabalho de baixa qualidade diverge grandemente da configuração ideal, independentemente do esforço dos trabalhadores. A **eficiência** denota a eliminação do desperdício. A eficiência de um determinado contrato de trabalho, ou agrupamento de contratos de trabalho, se refere ao projeto de produções que resultam de várias combinações de inputs; grande produção para pequeno consumo desperdiça eficiência. A eficiência interage com o **poder**. O poder é o projeto do esforço de P, como uma função das contribuições (inputs) de compromisso, compensação, e coerção de R; se R consegue esforço extensivo e/ou de alta qualidade de P, para pequenos inputs de incentivos, R exerce grande poder sobre P (TILLY *et al*, 1998, p. 84-85).

A satisfação das exigências dos objetivos dos receptores - qualidade, eficiência e poder - deve ser alcançada através de mecanismos apresentados pelos contratos de trabalho e das redes de proteção. Entre estes mecanismos se encontra o provimento de

incentivos, como, por exemplo, compromisso, compensação, e/ou coerção, que exerce um papel central ao motivar o trabalho e organizá-lo de modo mais amplo. Os contratos e as organizações resultantes são moldados pelas demandas dos receptores, o que resulta na restrição da disponibilidade de mecanismos alternativos (TILLY *et al*, 1998).

Há uma relação de causalidade nas características do trabalho e nas causas da variação do mesmo. Como a figura abaixo indica, a história molda as relações sociais e as culturas passadas; estas influenciam os objetivos e os mecanismos de trabalho. Já a barganha tem o papel de mediar a relação entre cultura e mecanismos de trabalho e, também, conduz diretamente à opção de determinados mecanismos de trabalho no lugar de outros. Os objetivos impactam os mecanismos de trabalho, mas, também, são afetados pela barganha (TILLY *et al*, 1998).

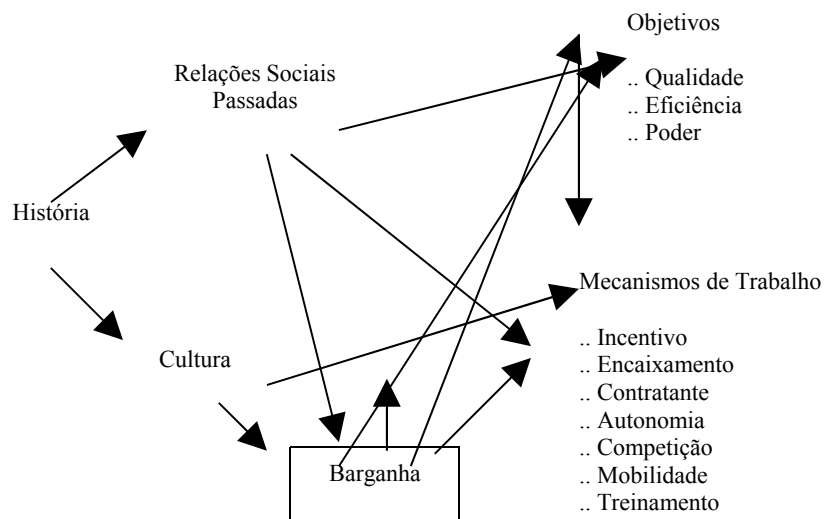


Figura 4 - Características do trabalho e causas da variação
Fonte: TILLY *et al* (1998).

O primeiro mecanismo de trabalho, considerado pelos autores como central, é o incentivo, responsável pela relação direta e fundamental, dínamo do trabalho, pois estabelece as ligações necessárias entre esforço e recompensas por este esforço. Há três características peculiares ao incentivo: a) compromisso: são os laços de solidariedade que ocorrem no processo de internalização das metas da organização produtiva; b) compensação: dinheiros e recompensas similares capazes de serem transformadas em

outros bens, incluindo aqueles simbólicos como o respeito e a atenção e, c) coerção: apresenta um *backstop* que os demais incentivos não apresentam. “O efeito cumulativo dos três especifica o equilíbrio de forças entre o produtor e o receptor do serviço, que pode ser simétrico ou assimétrico” (TILLY *et al*, 1998, p. 87). Aqueles que adquirem o esforço do trabalhador crêem, de uma forma especial, no compromisso para atingirem a qualidade, na compensação para provocar a eficiência e na coerção para basilar o poder (TILLY *et al*, 1998).

Os elementos da contratação e da autonomia configuram o contrato de trabalho no momento específico, pois são mecanismos instantâneos ou rápidos. A contratação está relacionada com o fato de se escolher incorporar trabalho no interior da hierarquia de uma organização produtora ou, ainda, subcontratar bens, serviços intermediários, além da escolha em comprar um bem ou serviço finalizado. No que se refere à subcontratação, ela se segmenta em relações sustentadas (contínuas) ou emparelhamentos (serviço por serviço).

Em relação a um padrão de autonomia, empregadores e trabalhadores concordam sobre o mesmo. As rotinas autônomas são produtoras do valor de uso por diversos caminhos à discricção de trabalhadores. Já as rotinas não autônomas seguem próximas às especificações dos receptores; as rotinas destes costumam exigir intensa supervisão de curto prazo. Os pesquisadores explicaram que o grau de tempo-disciplina demonstra um elemento-chave da autonomia. Esta não se refere apenas ao tempo, mas ao espaço e, ainda, em relação ao repertório de tarefas. “Os contratos autônomos envolvem maior confiança, pelo menos na perspectiva de administração [...] Os contratos autônomos, geralmente, dependem da socialização anterior, de treinamento no serviço, e de extensos compromissos com terceiros” (TILLY *et al*, 1998, p. 90-91).

As seguintes características longitudinais do mercado de trabalho - emparelhamento, mobilidade e treinamento - estabelecem leis de movimento no decorrer do tempo. O emparelhamento indica os meios de selecionar o trabalhador para uma tarefa, seja pelo mérito, pelo meio de posições dentro de uma rede, ou ainda pelas distinções categóricas, e, de acordo com o serviço, uma agência subcontratante ou como um serviço temporário de ajuda. “Na prática, os trabalhadores tipicamente combinam estes mecanismos [...] Os trabalhadores procuram tanto influenciar os mecanismos selecionados

e, tanto quanto possível, explorar suas redes ou seu *status* categóricos” (TILLY *et al*, 1998, p. 91).

O mecanismo da mobilidade determina o movimento do trabalhador de serviço para serviço. A mão-de-obra (força de trabalho) é dividida pela empresa em conjuntos caracterizados pela promoção (mobilidade ascendente), pela estagnação (administração mediana e trabalhador medianamente qualificado) e pela empreitada (trabalhadores inexperientes). O treinamento pode ocorrer tanto dentro da empresa quanto fora do espaço de trabalho. “O treinando interage com o emparelhamento: alguns receptores dos serviços de mão-de-obra empreendem para treinar produtores, enquanto outros buscam produtores que venham com um conjunto completo de habilidades” (TILLY *et al*, 1998, p. 91).

Todo trabalho envolve processos de trabalho, o que significa que nos diferentes processos produtivos e no contexto de condições técnicas específicas há diferentes qualidades e intensidades dos esforços dos indivíduos, os quais variam segundo as inovações do mundo do trabalho. Os mercados de trabalho se configuraram sob os auspícios do capitalismo, em uma realidade econômica na qual os proprietários capitalistas, amparados pela lei e pelo estado, dispuseram das possibilidades e das decisões relativas às ofertas de emprego. Aderindo às propostas do capital e do mercado capitalista, os economistas possuem duas escolhas disponíveis: fazer (significa persuadir outra pessoa a produzir) ou comprar.

Trabalho é um meio de adquirir bens para uso, posse, ou favor. Se você quer consumir ou fornecer um certo bem além de seu estoque atual do bem, você tem quatro escolhas, isoladamente ou em combinação: (I) produzi-lo você mesmo (talvez em colaboração com outros), (II) agarrar, (III) comprar, (IV) fazer alguém produzi-lo. Os mercados de trabalho proliferam quando os números III (para consumidores) e IV (para consumidores) se tornam as opções dominantes (TILLY *et al*, 1998, p. 24).

Além dos trabalhos e das empresas, os mercados de trabalho são constituídos pelos seguintes elementos: a) trabalhadores: possuem formalmente o direito de permanecerem ou não em determinado emprego; b) empregadores: possuem formalmente o direito contratar e dispensar trabalhadores; c) contratação: referem-se às transações nas quais os trabalhadores concedem ao empregador direito sobre o trabalho em atividades

específicas, segundo limites e recompensas previamente definidos; d) redes de emprego: ligações que vinculam possíveis trabalhadores em potencial para determinadas funções com os empregadores responsáveis pelas contratações nestas atividades. As redes se distinguem em duas direções: d1) recrutamento: ponto de vista dos empregadores e d2) provisão: ponto de vista dos trabalhadores. Há os essenciais, e) contratos: os acordos explícitos ou implícitos são relacionados às tarefas, aos diferentes graus de esforço, às condições e às formas do trabalho, assim como às frequências e às quantidades do pagamento (TILLY *et al.*, 1998, p. 24).

A organização do mercado de trabalho não obedece, obrigatoriamente, formas definidas e estáticas de comportamento. Com o avanço do capitalismo, e as transformações na sociedade industrial, a estruturação e a desestruturação da esfera laboral se mesclam, com a continuidade dos cenários de formalidade e de informalidade nas relações trabalhistas.

Pretende-se mostrar aqui que, ainda que o trabalho assalariado tenha constituído o centro da identidade social no industrialismo, persistem outras formas de organização da economia e do trabalho que não permitiram a homogeneização social sob essa forma específica. Da mesma forma que a globalização tem limites, a sociedade do trabalho assalariado também os tem. Os processos de informalização do trabalho persistem e são hoje apreciados pelos especialistas, nas sociedades de capitalismo avançado, como questionadores da categoria sociológica chave (o trabalho assalariado), a partir da qual se estruturam todas as explicações acerca das características da sociedade (RIVERO, 2009, p. 25).

Nos fatores determinantes que caracterizam as possíveis formas no mundo do trabalho absorver ou repelir novos indivíduos, deve estar incluído a dimensão da realidade sociocultural do momento histórico, diretamente alinhavado com a estrutura produtiva e a política econômica. É com esta proposta que o próximo ponto do capítulo se inicia. Para se compreender o dinamismo do mercado de trabalho no Brasil, é necessário analisar como estes elementos o dinamiza.

5.2 Mercado de trabalho brasileiro: um perfil dos anos 1990 e 2000

O mercado de trabalho brasileiro da década de 1990 era delineado, especialmente, por heterogêneas formas de informalidade e pelo desemprego. O mundo laboral do país no período citado é resultado, entre outros fatores, da recessão econômica da década antecedente, que assistiu à estagnação do crescimento da produtividade e do produto industrial; da desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial, que esteve em curso de 1930 até o final de 1970³, e da utilização sistemática de políticas macroeconômicas.⁴ Naquele modelo, o mercado de trabalho registrou o aumento do número dos empregos assalariados, de uma forma particular dos regulados e dos registrados, além da atenuação do desemprego e das ocupações precárias sem remuneração e conta própria (CARDOSO JR., 2000; POCHMANN, 2008).

Numa perspectiva de longo prazo, caminhava-se para a consolidação dos empregos regulares com registro e para uma taxa maior de assalariamento, porém permaneciam os problemas tradicionais do mercado de trabalho em economias subdesenvolvidas, como informalidade, subemprego, baixos salários e desigualdade de rendimentos. Mesmo sem examinar as múltiplas relações entre trabalho não-organizado e assalariado sem registro, desempregado, baixos salários, não-assalariamento e desigualdade de renda, não é temerário admitir que, em geral, as melhores condições de salário e remuneração se concentravam no assalariamento com registro e nas ocupações dos segmentos ocupados (POCHMANN, 2008, p. 65).

Com o abandono do projeto de industrialização, a partir da década de 1980, houve o registro da forte oscilação da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, indicando uma trajetória de semi-estagnação. Além disso, outros elementos, como a alta da taxa de inflação, a grave crise da dívida externa e a ‘adoção subsequente do receituário recessivo para o ajuste da economia’ contribuíram decisivamente para a desestruturação do mercado.

³ O estudo detalhado do processo econômico e industrial brasileiro ocorrido entre os períodos de 1930 até meados de 1990 e os reflexos da estrutura produtiva sobre o mercado de trabalho neste período não serão aprofundados na dissertação, a fim de se evitar desvios aos objetivos desta dissertação.

⁴ As políticas macroeconômicas se referem “à atividade econômica, ocupando-se de magnitudes globais, com vistas à determinação das condições de crescimento e equilíbrio do sistema econômico” (ROSSETTI, 1983, p. 87).

O movimento de desestruturação caracteriza-se pela manifestação do segmento não-organizado, cujas formas principais de ocupação são heterogêneas e, sobretudo, não-pertencentes às organizações tipicamente capitalistas, à administração pública e às empresas estatais, geralmente peculiares das economias subdesenvolvidas (POCHMANN, 2008, p. 60).

Ao lado do desemprego aberto⁵ e do desassalariamento da mão-de-obra, ocorreu a redução dos postos de trabalho da classe média, o ‘aumento das ocupações de baixa renda e dos rendimentos associados aos ganhos financeiros’, além da adoção das medidas cujo objetivo era ajustar as finanças governamentais em face da retenção do desenvolvimento ascendente da renda *per capita* que em muitos pontos provocaram um desajuste social.

Mesmo com a estabilidade da moeda, com o Plano Real, no governo Fernando Henrique Cardoso, a ruptura do padrão de estruturação do mercado trabalho causou impacto no aumento dos setores caracterizados como não organizados da esfera laboral e no perfil setorial das ocupações urbanas presentes no terciário. Em consequência, o contorno da esfera do trabalho passou a apresentar falhas em sua estrutura, cuja formação, ainda estava incompleta (CARDOSO JR., 2000; POCHMANN, 2008).

Pelas razões supracitadas, no decorrer dos anos 90, as medidas de desregulamentação do mercado de trabalho introduzidas na esteira da abertura comercial, financeira e da adoção do regime cambial trouxeram uma flexibilização do mercado de trabalho (CARDOSO JR., 2000; POCHMANN, 2008). As características empíricas deste mercado, de acordo com o pesquisador José Celso Cardoso Jr, apresentam quatro elementos sintomáticos que estão interligados: a) aumento da informalidade; b) crescimento generalizado dos postos de trabalho precarizados; c) ascensão do índice de desocupação da mão-de-obra ativa e, d) agravamento do elemento distributivo – distribuição funcional da renda e distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho (CARDOSO JR., 2000).

Na década de 1990, a informalidade se apresentou como um dos elementos centrais de um mercado de trabalho desestruturado, caracterizado por trabalhadores assalariados sem registro e por conta própria no total da ocupação que obtém baixo rendimento. E, como agravante, a carga horária de trabalho por conta própria é superior à

⁵ O conceito de desemprego aberto se refere àquelas pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias.

jornada semanal laboral; destaca-se, ainda, que poucos profissionais desta categoria aderiam ao INSS.

O pesquisador José Celso Cardoso Jr. ressalta razões sobrepostas para o relevante crescimento da informalidade na década de 1990, que propiciaram a redução das condições favoráveis à inserção ocupacional para uma parcela da classe trabalhadora brasileira: “movimentos setoriais de reestruturação produtiva e organizacional forçados pela abertura ao exterior e, de outro, as políticas econômicas domésticas de orientação recessiva”, além da “perda do dinamismo global do sistema econômico” (CARDOSO JR., 2000, p. 8-9).

O outro elemento citado por Cardoso Jr. foi o fator Desocupação da População Economicamente Ativa (PEA). O pesquisador explica que os níveis médios praticamente dobraram ao final da década, se houver a referência aos índices dos anos 80 e começo da década de 90, sejam consideradas as indicações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁶ ou Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)⁷.

Assim, ao governo caberia acelerar as reformas constitucionais para a fim de criar um ambiente de confiança e atrair os investidores privados, estes, os principais responsáveis pelo crescimento econômico do Brasil nesta fase. Outro papel a ser assumido pelo governo seria o investimento na intermediação e na capacitação profissional da força de trabalho ativa, além da parcela destinada ao sistema de seguro desemprego (CARDOSO JR., 2000).

Além do impacto dos ajustes microeconômicos sobre o emprego agregado, o contexto interno macroeconômico não estava estruturado para conter o desemprego como um elemento econômico e social da proporção que se apresentou naquele momento. Em uma realidade brasileira provida de carências sociais, e com necessidade de revitalização

⁶ A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) é a responsável pela produção de indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência. A PME abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras. A unidade de coleta são os domicílios. Fonte: www.ibge.gov.br. Acesso em: 09 jan 2010.

⁷ A Pesquisa de Emprego e Desemprego é realizada mensalmente na Região Metropolitana de São Paulo, constituindo-se em um levantamento domiciliar contínuo em convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE. Através da parceria com diversos órgãos públicos locais, a pesquisa foi estendida para as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte e, também, no Distrito Federal. Conforme informações do DIEESE, a pesquisa deverá recomeçar em breve. Fonte: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 09 jan 2010.

dos setores de infra-estrutura urbana e social, os problemas apresentados existentes como as “taxas crescentes de desemprego aberto responderiam muito mais por diretrizes de política (macro/micro) econômica que não procuram contra-arrestar os efeitos já nocivos sobre o emprego de uma crise generalizada de demanda efetiva agregada” (CARDOSO JR., 2000, p. 11).

Há ainda o terceiro elemento sintomático que se apresenta associado à informalização e aos diversos tipos de desemprego⁸, a precarização. Cardoso Jr. explica que na década de 1990 houve uma crescente precarização tanto nas condições quanto nas relações de trabalho, com a ascendência da assimetria entre capital e trabalho, de uma forma especial para as categorias ocupacionais caracterizadas como informais. Este elemento apresenta o fator rotatividade, o qual age como produtor de postos de trabalho sem qualidade, investimento tecnológico ou recursos humanos. Os trabalhadores precários, caracterizados por não terem uma especialização definida, mudam constantemente por distintas ocupações, sem horizonte profissional nem salarial.

O pesquisador destaca que a responsabilidade pela sobrevivência estava naquele período cada vez mais a cargo da família ou do indivíduo, em razão da precariedade dos processos de proteção social conferidos pelo Estado aos seus cidadãos. Um exemplo da precarização foi apresentado por Márcio Pochmann. O comportamento da categoria dos domésticos no período de forte desestruturação do mercado de trabalho pôde ser observado com um aumento que, em 2000, atingiu a mesma taxa de participação apresentada no ano de 1950 (CARDOSO JR., 2000; POCHMANN, 2008).

Embora reconhecendo a complexidade conceitual e empírica em definir e mensurar o fenômeno da precarização é possível constatar, particularmente junto aos assalariados sem carteira, que a ausência da mediação institucional pelo Estado torna mais frágeis e assimétricas as relações capital-trabalho, favorecendo uma flexibilidade quantitativa

⁸ Friccional: surge devido à incessante movimentação de pessoas entre as regiões e diversos empregos e através de diferentes estágios do ciclo da vida. Esta forma de desemprego surge porque tanto os trabalhadores como as firmas necessitam de tempo para realizar um *matching* (casamento das vagas com indivíduo) e processar as informações. Cíclico – o mesmo acontece durante as recessões, quando os empregos caem em razão do desequilíbrio entre a oferta e da demanda agregada no curto prazo. Na medida em que o gasto total e a produção caem, o desemprego aumenta virtualmente em todos os lugares (setores, regiões, estados, indústrias, por exemplo). Estrutural: implica que há uma combinação imperfeita entre oferta e demanda por trabalho. Voluntário: sugere que as pessoas que estão na força de trabalho não desejam trabalhar ao nível de salário vigente no mercado. Já o desemprego involuntário ocorre quando os indivíduos estão dispostos e são capazes de trabalhar, pelas taxas salariais vigentes, entretanto, não conseguem encontrar emprego (NETO, 2006).

(dispensa e contratação de mão-de-obra) muito elevada, que apenas serve para engendrar uma alta rotatividade de trabalhadores nestas ocupações (CARDOSO JR., 2000, p. 12).

O elemento sintomático da Piora Distributiva não se apresentou em termos irrelevantes, seja nos rendimentos pessoais ou na divisão da renda entre rendimentos do capital e do trabalho. No que se refere à distribuição funcional da renda ou participação dos salários na renda nacional, na década de 1990, o índice desta era estruturalmente reduzido, se colocado em paralelo com os países desenvolvidos. O baixo valor da renda salarial no Brasil também foi apontado pelo pesquisador Nelson do Valle Silva; entretanto, a comparação de Silva foi realizada com os países latino-americanos. De acordo com Cardoso Jr., dois mecanismos responsáveis agiam nesta direção: o grande percentual de indivíduos em um mercado de trabalho desestruturado, sem a participação em um sindicato bem articulado, e a ausência de políticas públicas responsáveis por transferências de renda e proteção social. Estes elementos restringiram os repasses dos ganhos provenientes da produtividade aos salários. O outro aspecto é produto da dinâmica capitalista brasileira, a qual favorece o retrato de um mercado de trabalho incapaz de absorver da força de trabalho ativa naqueles segmentos considerados mais organizados. Como consequência é uma infinidade de indivíduos com reduzida remuneração. Ressalta-se que a economia do país na década de 1990 apresentava um fluxo distributivo favorável ao rendimento do capital (CARDOSO JR., 2000; SILVA, 2003).

No que se refere à concentração pessoal dos rendimentos do trabalho, Cardoso Jr. explica que a hierarquia destes rendimentos está diretamente vinculada às configurações da estrutura produtiva. Esta base apresenta uma relação intrínseca com cada segmento estruturado na esfera laboral; por esta razão, a dificuldade do mercado de trabalho em absorver a mão de obra efetiva disponível levou a uma crescente concentração de rendimentos resultante do trabalho. A situação é reforçada pelo contexto de um nível irrisório de salário para a composição de indivíduos presentes nos segmentos não organizados do mercado de trabalho (CARDOSO JR., 2000).

O mercado de trabalho com uma base muito ampla explicaria em boa medida a existência e a reprodução de uma taxa salarial de nível muito reduzido como referência para o sistema econômico, tanto em termos de custo empresarial (peso reduzido das remunerações na composição do

custo total de bens e serviços), como se pensada em termos do poder de compra dos trabalhadores. Quanto menor o piso salarial do mercado de trabalho, maior tende a ser a diferenciação salarial possível de se verificar no sistema, já que ela se estabelece em função da hierarquização de cargos e remunerações derivadas do grau de complexidade da estrutura produtiva da economia como um todo (CARDOSO JR., 2000, p. 18-19).

A globalização e a fragmentação do mundo do trabalho também são responsáveis por delinear um novo perfil do mercado de trabalho, ou nas sociedades avançadas ou nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil. Entre os reflexos estão a informalidade na esfera laboral, seja nos estratos privilegiados ou precários; e a constante exigência da flexibilidade. Este elemento traz consigo um poder alicerçado na tríade: concentração de poder sem centralização do mesmo; especialização flexível da produção e reinvenção descontínua das instituições. A dinâmica exige do trabalhador constantemente, “que estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (SENNETT, 2005, p. 9).

Em relação à globalização, em virtude da expansão do projeto neoliberal e a queda do regime comunista nos anos de 1989 a 1991, o 'boom' da globalização "ganhou contornos de um autêntico maremoto" (FERNANDES, 2005). A globalização pode ser definida de múltiplas formas, entretanto, conforme Zigmund Bauman, o seu processo condiz com a progressiva separação espacial e exclusão social. Todos que não fazem parte do circuito internacional econômico estão condenados a viver sob o jugo das elites globais, perdendo suas características sócio-temporais, históricas, culturais e comunitárias (BAUMAN, 1999).

Já para Nestor Canclini, as diferenças culturais e as desigualdades socioeconômicas foram reordenadas a partir do processo de globalização, porém, não excluídas. Os vínculos tradicionais, históricos e temporais de outrora são substituídos por elementos como o consumo e os meios de comunicação de massa (CANCLINI, 2001; SOUZA, 2005). Embora haja divergências sobre o impacto da globalização na relação global-local, ela é caracterizada por dois fatores:

a compressão do espaço no qual os homens vivem e trocam valores e produtos, e as implicações desta intensificação de trocas sobre sua consciência de pertencerem a um mesmo mundo, que este (mesmo mundo) seja o mercado mundial para os empresários, o universal para os

filósofos, ou a 'ordem mundial' para os políticos (LAIDI, 1997 *apud* MOKDECI, 2001, p. 65).

Retornando à análise do mercado de trabalho brasileiro, na década de 1990, o mesmo apresentou uma mudança em sua configuração, a partir do abandono do regime cambial em 1999 e do importante crescimento do comércio externo, o que resultou na expansão do emprego formal. Entre os anos de 1999 e junho de 2005, o emprego formal obteve um aumento, com mais de 4,9 milhões de novas vagas. Entretanto, este aumento apresentou uma oscilação, com uma clara distinção temporal. O segundo momento, que se estende de janeiro de 2003 a junho de 2005, assistiu à ampliação de todos os grandes setores econômicos, no que se refere à formalização do emprego, o que não ocorreu no primeiro período temporal, entre janeiro de 1999 e junho de 2001, cuja queda dos empregos formais esteve presente nos setores da construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública (POCHMANN, 2008).

No subperíodo de 1999 a 2004, ocorreu uma melhora no assalariamento correspondente a 87% das novas vagas, além de mais de dois terços destes empregos serem com carteira assinada. A redução da taxa de desemprego aberto se somou à diminuição da precarização da entrada dos indivíduos no mercado de trabalho. Pochmann ressalta que neste período o mercado de trabalho organizado iniciou o processo de recomposição e abrangeu dois terços do total das vagas abertas no país. Houve um bom desempenho do setor industrial, com o setor secundário ampliando cerca de um terço do total das novas vagas de emprego no setor urbano nacional e influenciando na reversão do caminho de desestruturação do mercado de trabalho. A contribuição do setor terciário também representou uma importante parcela de contribuição para mover de forma positiva o mercado de trabalho (POCHMANN, 2008).

No panorama econômico, a desvalorização cambial causou dois impactos importantes sobre o emprego industrial e a organização do mercado de trabalho como um todo. De um lado, houve o incentivo aos novos empregos, em razão do aumento das exportações, além da redução da intensidade da substituição dos postos de trabalho pela aquisição de produtos importados. Em outra via, as medidas institucionais relacionadas ao cumprimento da legislação trabalhista foram essenciais para a reversão da desregulamentação dos postos de trabalho. Pode-se citar, por exemplo, a atuação do

Ministério Público do Trabalho, decisões da Justiça do Trabalho, a ação do sindicato, a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (POCHMANN, 2008).

Para encontrar respostas consistentes, com diagnósticos e propostas plausíveis a fim de compreender o dinamismo da esfera laboral brasileira, deve-se analisar as oscilações do mercado de trabalho brasileiro à luz dos movimentos de desenvolvimento da economia, cujas configurações são encontradas nas variáveis endógenas, mas ainda, são explicadas pelas transformações no padrão de desenvolvimento do país, da taxa de câmbio, dos processos de inserção nacional no âmbito internacional e pelas políticas macroeconômicas que impactam tanto o nível quanto a composição ocupacional, estabelecem os níveis de rendimentos, além de influenciarem nas novas formas de contratação e do uso da força de trabalho. Por esta razão, a tentativa da reversão da desestruturação do mercado de trabalho, o aumento do emprego formal e a acentuação dos postos de trabalho precários estão relacionados ao setor de exportação e ao comércio internacional, enfim, a uma política capaz de fomentar o crescimento das esferas secundária e terciária, e manter as ações voltadas para a manutenção da legalidade do mercado de trabalho (POCHMANN, 2008).

Como se pôde verificar nas décadas de 1990 e de 2000 o mercado de trabalho brasileiro não apresentou um comportamento contínuo, mas de intenso dinamismo, atravessando crises econômicas, regulamentações e desregulamentações, leis trabalhistas, além das determinações das políticas relacionadas às reestruturações produtivas e ao cenário limitado da globalização. Estes contornos da esfera laboral no país determinaram de maneira substancial a formação das categorias de classe e as mudanças nas taxas de participação dos indivíduos entre estas categorias e no interior das mesmas. Com um panorama do mercado de trabalho estabelecido, ainda que não tenham sido esgotados todos os fatores determinantes do mesmo, torna-se oportuno a apresentação do comportamento e do perfil da categoria de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

5.3 Mercado de trabalho brasileiro: um perfil da composição de gênero nos anos 1990 e 2000

Na história da evolução do trabalho humano, o papel da mulher tem sido consideravelmente diferenciado do masculino. Homens e mulheres passaram conjuntamente por formas de relacionamento de trabalho em que predominavam sucessivamente a escravatura, a servidão, o artesanato, a burguesia comerciante e a manufatura, até as formas mais recentes de modernização industrial. Homens e mulheres conheceram uma sucessão de utensílios de trabalho — desde a roda, o trator, os teares manual e mecânico, máquinas mecânicas e elétricas, até a informatização dos processos produtivos —, resultando na diversificação de tarefas, com conseqüências sobre o estado das técnicas, a natureza do trabalho e os paradigmas produtivos (KON, 1999, p. 41).

Em uma análise geral da desigualdade de gênero no mundo do trabalho, constata-se a configuração da alocação assimétrica nos postos de emprego, a desproporção de renda e a divisão sexual do trabalho doméstico, com notória vantagem em todos os itens para o universo masculino. Estudar a inserção feminina no mercado de trabalho é, portanto, compreender as lógicas delineadoras das relações entre homens e mulheres na esfera do emprego, possibilitando as análises das mudanças estruturais produtoras da transformação da mão-de-obra ativa, além de perceber as lógicas sociais que não estão expressas nas recomposições do mundo do trabalho (MARUANI, 2008).

Um fato social total”. As flutuações do emprego feminino e os movimentos da divisão sexual do trabalho nos informam sobre o estado de uma sociedade: o funcionamento do mercado do emprego, o lugar do trabalho no sistema de valores, o estatuto do segundo sexo e as relações entre homens e mulheres (p. 36).

A conquista do emprego pela mulher circunscreve a economia, a sociedade, a política e a ideologia. Ressalta-se que, muito além de apenas compreender as diferenças de renda e as desigualdades na alocação de categoria de classe, é necessário perceber que esta dinâmica é o produto dos aspectos simbólicos; das práticas sociais; das leis que racionalizam a igualdade, mesmo face à desigualdade real; da progressão no mercado de trabalho, assim como da divisão sexual do trabalho. A socióloga Margaret Maruani explica que a história do trabalho feminino é também a história de outras esferas da vida social, nas quais o trabalho recebe uma nova roupagem, de acordo com o contexto sócio-temporal, e demonstra uma representação simbólica e uma construção social além da realidade econômica. Estas observações podem ser constatadas pelas razões diversas que impactaram a entrada da mulher no mercado de trabalho brasileiro (MARUANI, 2008).

O período de estagnação econômica da década de 1980 apresentou como um dos resultados a deterioração das oportunidades de emprego e a desregulamentação do mercado de trabalho. Em consequência, a entrada mais significativa das mulheres na esfera laboral - formais, informais e precários - na década de 1990, constituiu-se como uma própria questão de sobrevivência e de manutenção do pagamento das contas domésticas, pois as mulheres passaram a contribuir decisivamente para o aumento da renda familiar.

Os pesquisadores Hoffman e Leone explicaram que a redução do mercado de trabalho para os jovens e a elevação da participação feminina adulta na atividade econômica caracterizou a força de trabalho, na década de 1990, com uma maior parcela adulta e feminina. O desemprego feminino neste período indicou, conforme os autores que a abertura de novos postos de trabalho não abrangeram a totalidade da População Economicamente Ativa (PEA) feminina. Deve-se analisar, também, a inserção feminina no mercado de trabalho está relacionado a um fator demográfico da população feminina (HOFFMANN *et al*, 2004; BRUSCHINI, 2006).

Soma-se a estes fatores, as circunstâncias históricas, culturais e políticas que propiciaram a representação feminina no mercado de trabalho. As facetas culturais e sócio-econômicas atribuídas às transformações e ao avanço da composição feminina nas categorias de classe podem ser analisadas pela forte influência do movimento feminista já presente no Brasil nos anos 70, com a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela tentativa da erradicação da opressão masculina. A disseminação dos métodos contraceptivos, o planejamento familiar e o maior acesso feminino às escolas e às universidades também impulsionaram as mulheres a ingressarem na força de trabalho. Elementos como a inovação tecnológica, o dinâmico processo de urbanização e industrialização, a divisão do trabalho, o aumento setorial na demanda por trabalho contribuíram decisivamente com este novo perfil do mercado (BRUSCHINI, 2008; LAVINAS, 2006; HILDETE, 2005).

Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização, a queda das taxas de fecundidade proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegou nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo

crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. Este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política (HILDETE, 2005, p. 4).

No Brasil, as características da inserção feminina na esfera laboral podem ser expressas pela aquisição intensa e constante de empregos desde a metade da década de 70, através das conquistas de bons postos, além do acesso a posições e carreiras de prestígio pelas mulheres escolarizadas. Mas há outra realidade mais obscura, a qual externaliza um número considerável de desemprego feminino, além da má qualidade do trabalho e o predomínio das mulheres em atividades precárias e informais. Um dos grandes problemas da inserção feminina no mercado de trabalho é o de que esta entrada soma-se à permanência das mulheres nas atividades do serviço doméstico, caracterizando as conhecidas jornadas duplas de trabalho (BRUSCHINI, 2008; LAVINAS, 2006; KON, 2003, 2004, 2005, 2005).

Há um consenso de base empírica e teórica nas pesquisas da década de 2000 que a inserção feminina no mercado de trabalho está configurada nos liames das continuidades e das mudanças. Constata-se a elevada presença feminina em setores desprivilegiados da indústria, nos trabalhos responsáveis pelo cuidado com a higiene e com a alimentação, nos serviços de faxineira, lavadeira, cozinheira, entre outros do mesmo perfil. Este aspecto da estrutura ocupacional apresenta um retrato que obteve poucas transformações nos últimos 30 anos. Além disso, em relação ao avanço das mulheres em profissões de prestígio, o caráter das trabalhadoras indica uma identidade dupla entre família e emprego, pois elas são responsáveis pelas atividades domésticas e pelos filhos, o que demonstra também a continuidade dos modelos familiares tradicionais (BRUSCHINI *et al*, 2008).

O caráter de discordância entre os progressos e as continuidades do universo feminino no mercado de trabalho é destacado por Margaret Maruani:

Tudo é complexo, paradoxal, contraditório: mais mulheres ativas, assalariadas, instruídas, mas também mais desempregadas, assalariadas

precárias e subempregadas. Os comportamentos de atividade masculinos e femininos são parecidos, mas as desigualdades profissionais e familiares se enraízam (2008, p. 37).

Os estudos acima relatados apresentaram um mercado de trabalho brasileiro fortemente marcado por avanços e por continuidades. Com o objetivo de avaliar como ocorreu esta variação da taxa percentual da mulher nas categorias de classe nos anos de 1992 e de 2008, o próximo subcapítulo apresentará uma análise dos microdados das Pnads, dos respectivos anos. Para esta análise se tornar mais enriquecedora, em um primeiro momento, será realizada a análise do total do percentual dos indivíduos nas categorias de classe, para compreender, posteriormente, de uma forma mais pontual o posicionamento socioeconômico feminino.

5.4 Distribuição das categorias de classe em 1992 e em 2008

A análise comparativa dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) nos anos de 1992 e 2008 indicou uma relativa estabilidade, em percentuais de indivíduos, nas categorias de classe, com um deslocamento modesto dos trabalhadores, excetuando as categorias autônomo agrícola, autônomo especialista, especialista e qualificado que apresentaram mudanças expressivas em sua constituição.

Tabela 1- Distribuição das categorias de classe entre 1992 e 2008

TIPOLOGIA	1992	2008	PORCENTAGEM DE VARIÇÃO
CAPITALISTA	0,52	0,61	17,30
PEQUENO EMPREGADOR	3,70	4,04	9,19

AUT. COM ATIVOS	6,81	6,42	- 5,73
AUT. AGRÍCOLA	7,45	4,84	- 35,04
AUT. ESPECIALISTA	0,57	1,11	94,74
GERENTE	2,26	2,89	27,88
ESPECIALISTA	2,52	4,24	68,26
QUALIFICADO	3,99	7,65	91,73
SUPERVISOR	1,70	1,45	-14,70
TRABALHADOR	37,03	37,02	-0,02
TRAB. ELEMENTAR	14,93	11,40	-23,65
AUT. PRECÁRIO	10,57	10,36	-1,99
DOMÉSTICO	7,96	7,95	-0,12
TOTAL	100	100	

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação da autora

A categoria dos capitalistas obteve um pequeno aumento no percentual de proprietários de ativos, o valor de 0,52% em 1992 subiu para 0,61% em 2008, uma variação de 17,30%. Outra categoria presente no topo da hierarquia das categorias e que apresentou, também, um crescimento modesto foi o pequeno empregador, cujo percentual em 1992 era de 3,70% e em 2008 indicava 4,04%. Como será analisado ainda neste subtópico, estas duas categorias se destacaram em razão do percentual da inserção feminina. A categoria autônomo agrícola apresentou nos dois momentos do tempo uma queda de -35,04.

Ressalta-se que a categoria autônomo especialista, apesar de não representar uma alta taxa no total de indivíduos na tipologia de classes, apresentou o maior aumento percentual referente ao percentual de trabalhadores, 94,74%. Esta categoria é ocupada por conta-própria ou pequeno empregador, especialista de acordo com o grupo profissional, que pode trabalhar sem empregados ou com até cinco empregados, também com a condicional de ser ou não proprietário de estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório). Esta característica dos autônomos especialistas pode também ser explicado pelos “modelos de estratificação pós-industriais”, além das caracterizadas ocupações ou ocupações pós-industriais que ocupam um espaço cada vez maior nas economias menos desenvolvidas. Conforme a observação da socióloga Patrícia Rivero,

os processos de informalização, nas economias latino-americanas e, especificamente, no Brasil, atingem não só as ocupações mais tradicionais (artesaniais e os mais antigos serviços pessoais), mas também aquelas ocupações modernas, relacionadas com a informatização e a terceirização dos serviços industriais e dos serviços pessoais modernos, que também se encontram nessa economia (2009, p. 27).

As profissões que necessitam de credenciais, como a especialista e a qualificado apresentaram o maior aumento no número de trabalhadores. Os especialistas em 1992 concentravam 2,54% dos indivíduos e em 2008 este número estava em 4,24%. Já a categoria dos trabalhadores qualificados indicava o percentual de 3,99% e, em 2008, este retrato passou para 7,65%. A taxa de aumento da categoria qualificado, comparando-se os anos de 1992 e 2008 foi de 91.73%. No artigo ‘Uma classificação socioeconômica para o Brasil’, o pesquisador José Alcides Figueiredo Santos, alertou que parte importante do crescimento de especialistas e de qualificados pode estar relacionado às mudanças nos códigos ocupacionais da Pnad. Como consequência, houve uma enorme expansão e diferenciação dos grupos ocupacionais destas categorias (FIGUEIREDO SANTOS, 2005, p. 43).

Os gerentes também fazem parte deste grupo de profissões privilegiadas que conquistou uma maior parcela de trabalhos em sua categoria. Em 1992, 2,26 e, em 2008, 2,89%. Entretanto, os supervisores apresentaram uma queda no percentual de trabalhadores, de 1,70% para 1,45%.

A categoria de classe trabalhador típico, a maior em número de indivíduos, apresentou um percentual constante em sua formação. Em 1992, 37,03% e 37,02%. As primeiras categorias presentes na base da tipologia de classe de Figueiredo Santos (2002?, 2005?, 2007 ou 2008?) também apresentaram um perfil mais estável em sua distribuição de trabalhadores, são elas, as categorias doméstico e autônomo precário. Em 1992, os autônomos precários indicavam 10,57% e, em 2008, 10,36%; já a categoria ‘Doméstico’ em 1992 apresentava 7,96% e em 2008 este número praticamente não alterou, 7,95%. As mesmas são destituídas de ativos de capital e representam as profissões mais desprivilegiadas da tipologia. Entretanto, a categoria trabalhador elementar, também destituída de capital, obteve uma importante queda na comparação dos dois anos, no valor de -23.65%. Grande parte destes trabalhadores são manuais agrícolas, por esta razão, um percentual desta queda apresenta uma relação com a tendência de diminuição do setor agrícola.

Os dados indicam que se no processo comparativo de 1992 e 2008 não houve um arrefecimento no número de indivíduos nas categorias marginalizadas laboralmente, mas os indivíduos que se inseriram no mercado de trabalho delinearum um novo perfil das

CAPITALISTA PEQUENO EMPREGADOR AUT. COM ATIVOS AUT. AGRÍCOLA AUT. ESPECIALISTA GERENTE ESPECIALISTA QUALIFICADO SUPERVISOR TRABALHADOR TRAB. ELEMENTAR AUT. PRECÁRIO DOMÉSTICO TOTAL	87,41 73,17 83,01 80,02 85,35 71,31 74,88 56,55 61,37 80,21 63,18 80,43 54,84 5,72 64,32	74,11 73,17 70,42 86,92 58,06 61,31 45,46 45,97 70,19 62,55 76,45 55,80 6,41 59,19	0,70 4,78 8,48 9,89 0,63 2,63 2,21 3,81 2,11 36,37 18,67 9,01 0,71 100,00	0,77 5,00 7,64 7,11 1,09 3,00 3,26 5,94 1,72 39,12 14,73 9,77 0,86 100,00	12,59 16,99 19,98 14,65 28,69 25,12 43,45 38,63 19,79 36,82 19,57 45,16 94,28 35,68	25,89 26,83 29,58 13,08 41,94 38,69 54,54 54,03 29,81 37,45 23,55 44,20 93,59 40,81	0,18 1,76 3,81 3,06 0,45 1,59 3,07 4,32 0,94 38,21 8,19 13,37 21,03 100,00	0,39 2,66 4,65 1,55 1,14 2,74 5,67 10,13 1,06 33,98 6,58 11,22 18,23 100,00
---	--	---	--	--	--	--	---	--

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação da autora.

Ainda que se constate, através da análise de dados da Pnad 2008, a disparidade de gênero presente na composição das categorias de classe, o ano de 1992, apresentou, de forma mais acentuada, um retrato fortemente marcado pelo predomínio masculino nas posições privilegiadas, enquanto o universo feminino ocupava nestas mesmas categorias, um percentual pequeno de participação.

Já em 2008, o total de homens nas categorias de classe recuou para 59,19% e o de mulheres avançou para 40,81%, um aumento na ordem de 14,38%. Outro aspecto importante verificado através da análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2008 indicou o caráter paradoxal do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por avanços e continuidades no perfil laboral de gênero.

A distribuição das mulheres dentro da categoria e entre as categorias nos dois momentos do tempo pode ser melhor visualizada nas taxas em percentuais que indicam a real proporção destes deslocamentos.

Tabela 3 - Distribuição da mulher dentro das categorias de classe e distribuição da mulher entre as categorias de classe/ Pnad 1992 e 2008

FEM	
DISTRIBUIÇÃO DENTRO DA CATEGORIA	DISTRIBUIÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS

TIPOLOGIA	ANOS		PORCENTAGEM DE VARIACÃO	ANOS		PORCENTAGEM DE VARIACÃO
	1992	2008		1992	2008	
CAPITALISTA	12,59	25,89	105,64	0,18	0,39	116,67
PEQUENO EMPREGADOR AUT. COM ATIVOS	16,99	26,83	57,92	1,76	2,66	51,14
AUT. AGRÍCOLA	19,98	29,58	48,05	3,81	4,65	22,05
AUT. ESPECIALISTA	14,65	13,08	-10,72	3,06	1,55	-49,35
GERENTE ESPECIALISTA QUALIFICADO SUPERVISOR TRABALHADOR TRAB. ELEMENTAR AUT. PRECÁRIO DOMÉSTICO	28,69	41,94	46,18	0,45	1,14	153,34
	25,12	38,69	54,02	1,59	2,74	72,32
	43,45	54,54	25,52	3,07	5,67	84,69
	38,63	54,03	39,87	4,32	10,13	134,49
	19,79	29,81	50,63	0,94	1,06	0,12
	36,82	37,45	1,71	38,21	33,98	-11,30
	19,57	23,55	20,34	8,19	6,58	-19,66
		44,20		13,37	11,22	
	45,16		-2,13			-16,08
	94,28	93,59	-0,73	21,03	18,23	-13,32
TOTAL	35,68	40,81	14,38	100,00	100,00	0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação da autora.

A categoria de classe capitalista apresentou um importante avanço das mulheres em razão da inserção das mesmas na categoria que concentra a maior renda e benefícios na estrutura social brasileira. Em 1992, a categoria contava com 12,59% e, em 2008, este valor era de 25,89%, ou seja, o aumento feminino entre os capitalistas foi de um percentual de 105,64%. Ainda com a ressalva que entre as categorias de classe, a capitalista concentre uma parte substancial da renda e uma parcela ínfima da população, o deslocamento no interior da categoria é importante na análise da flutuação da composição de classe por sexo. No total de mulheres nas categorias de classe, o aumento das capitalistas foi da ordem de 116,76%.

A categoria pequeno empregador também assistiu ao aumento da composição feminina, de 1992, com 16,99% mulheres, em 2008 apresentava 26,83%, uma variação positiva de 57,92%. Se analisada a distribuição das mulheres entre as categorias de classe, houve um aumento acentuado, cerca de 51,14%.

Outra categoria a obter queda no percentual feminino, analisando a tipologia, foram as autônomas agrícolas. Comparando 1992 e 2008, a redução dentro da categoria indicou -10,72% e, entre as mulheres dispostas na tipologia de classes a redução foi de -49,35%.

As categorias privilegiadas e que exigem credenciais se tornaram um importante espaço para a entrada de mulheres no mercado de trabalho. A análise da categoria gerente é um importante indicativo do avanço feminino em categorias privilegiadas, se em 1992, as mulheres ocupavam 25,12%, em 2008, o percentual era de 38,69%, um aumento de 54,02%. E na análise entre as categorias, o aumento foi de 72,32%.

O mesmo pode ser afirmado em relação às categorias especialista e autônomo especialista. A primeira categoria apresentava em 1992, 43,55% mulheres, em 2008 este percentual alcança 54,54%. Já a categoria de autônomo especialista, em 1992 apresentava 28,69% de mulheres e em 2008, este número alcançou 41,94%, uma taxa de variação de 25,52%. No total das mulheres nas categorias de classe, as mulheres especialistas obtiveram um aumento de 134,49% e as autônomas especialistas, de 153,34%.

A categoria qualificado apresentou uma importante inserção feminina. Em 1992, o percentual feminino era de 38,63% e em 2008, este valor aumentou para 54,03%, aumento de 39,87%. Comparando-se o comportamento da categoria em toda a tipologia de classes, apresentou um notável aumento feminino de 134,49%.

De uma forma geral, conclui-se que o trabalho da mulher no ano de 2008 se manteve o percentual relativamente estabilizado se comparado ao ano de 1992, nas categorias desprivilegiadas como doméstica, autônomo precário e trabalhador elementar, e aumentou naquelas caracterizadas por serem proprietárias de ativos de capital ou de englobarem profissionais especialistas e qualificados.

A economista Anita Kon explica que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho é constatado não apenas nas ocupações tradicionalmente femininas, mas também, naquelas caracterizadas pela presença masculina, como na produção direta de bens e serviços, além das administrativas e das gerenciais (KON, 2002).

Conforme Bruschini *et al*, a inserção das mulheres em profissões de prestígio, como medicina, advocacia ou em redutos tradicionalmente masculino, como a engenharia é um dos maiores progressos que o universo conquistou no mundo laboral.

Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas as novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da

atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo (2006, p. 3-4).

A solidificação desta presença feminina ocorreu ao longo dos anos de 1990, motivadas por vários fatores. Por um lado, transformações culturais, na década de 60 e, em 1970, a inserção das mulheres nas universidades, em razão dos movimentos políticos e sociais, além da expansão das escolas públicas e privadas. A autora destaca, ainda, que houve uma racionalização e transformações nas próprias profissões, o que permitiu ampliar este espaço de trabalho. Mas é importante destacar que o *status* destas profissões se modificou, pois passaram por processos de especialização e assalariamento, como medicina, arquitetura e direito, em relação ao detrimento da antiga autonomia profissional de outrora. “As representações sociais, construídas pela sociedade e pelas próprias categorias, também estão se modificando, particularmente no que diz respeito ao seu perfil liberal, o que repercute no nível de prestígio e *status* atribuído a esses profissionais” (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999, 2000 *apud* BRUSCHINI, 2008).

A permanência feminina em categorias destituídas, como doméstico, autônomo precário e trabalhador elementar também corrobora com o caráter altamente paradoxal de mudanças e continuidades no mercado de trabalho brasileiro.

Em 1992, 42.59% das mulheres estavam presentes nas três categorias mais destituídas, doméstico, trabalhadores elementares e autônomos precários e, em 2008, a porcentagem estava 36,03%. A redução do percentual feminino atuante na esfera laboral desprivilegiada foi de 15.40%. Apesar de continuar uma alta taxa de participação das mulheres nas profissões mais precárias da estrutura social, entretanto, foi uma importante configuração do mercado de trabalho, se for somado ao fato de um número expressivo das mulheres ingressarem em profissões qualificadas ou nas categorias com ativos de capital.

No retrato da composição de classe de sexo, a categoria doméstico permaneceu relativamente constante. A mesma indicava, em 1992, não apenas a categoria com a maior discrepância de gênero, como também, era sinalizadora da alta parcela da população que trabalhava em uma classe totalmente desprivilegiada, com uma renda pequena como será apresentado no próximo tópico. Na totalidade de mulheres presentes no mercado de trabalho brasileiro em 1992, 21.03% estavam inseridas na categoria doméstico e, em 2008, este valor era de 18,23%, uma queda de 13.32%. No interior da categoria, este percentual

em 1992 era de 94,28% e, em 2008, 93,59%. No total das mulheres na tipologia de classe, comparando-se o ano de 1992 e de 2008, as mulheres autônomas precárias obtiveram uma queda de -16,08% e as trabalhadoras elementares, reduziram sua participação em -19,66%. Um ponto importante a se destacar é que nestas duas últimas categorias que apresentaram uma queda significativa das mulheres se analisadas entre todas as categorias, é que no interior das mesmas, o universo feminino permaneceu alto.

Estes dados afirmam o que pesquisas como a de Bruschini *et al* indicaram, que um contingente substancial de mulheres estão inseridas em categorias de trabalho precárias. Pode-se destacar que as mulheres conquistaram progressos no mercado de trabalho, entretanto, estes devem ser conciliados com as atividades domésticas e com a responsabilidade com os filhos (BRUSCHINI *et al*, 2008).

Desta forma, destaca a pesquisadora Corina Rodríguez Enríquez,

o mercado de trabalho aparece como um espaço primordial onde se manifestam na atualidade as diferenças genéricas, tanto pelas assimétricas possibilidades e restrições em seu consentimento, como pelas diferenças na intensidade e características de participação no mesmo (2000, p.).

Estes movimentos complexos e paradoxais de gênero no mercado de trabalho abrem um espaço de debate importante para a reflexão de como as relações díspares envolvendo homens e mulheres se desenvolverão no futuro, face aos diversos fatores econômicos, políticos, sociais, culturais.

5.6 Tendências das recompensas salariais e categoria de gênero no mercado de trabalho

O problema é exposto em dois cenários: um otimista e outro pessimista. O primeiro estabelece a premissa que os avanços femininos e as forças de mudança presentes nas últimas décadas acarretarão em consideráveis reduções na desigualdade de gênero. Há, ainda, o alargamento dos ideais igualitários, com a transmissão e a renovação de valores de pais para filhos, e uma política baseada na intervenção legal sobre as ações discriminatórias, capazes de introduzir mediações cada vez mais ambiciosas e de longo alcance. Os fatores apresentados somam-se à propagação das reivindicações feministas como licença maternidade, o cuidado com as crianças e com as próprias mães, práticas

incentivadas e reforçadas pelas regras burocráticas. Esta linha afirma uma minimização da discrepância salarial entre os sexos, pois as mulheres estão desproporcionalmente representadas em setores econômicos em ascensão e os homens se encontram desproporcionalmente em atividades em franco declínio (BLAU *et al*, 2006).

Na contra-corrente, a abordagem pessimista explica que as revoluções de gênero são assimétricas e confusas. Os defensores desta corrente salientam que os ganhos com as transformações nas relações de gênero já foram conquistados e, para se ter novas perspectivas, deve-se ter uma revolução em moldes mais simétricos nos resultados tanto para os homens quanto para as mulheres. Não há notoriedade em relação ao avanço masculino na divisão sexual do trabalho doméstico, o que proporcionaria à mulher o investimento em capital humano com o objetivo de progredir profissionalmente e de reduzir as desigualdades com os homens. Uma crítica é feita em relação às posturas igualitárias defensoras de uma burocracia que assegure os mesmos direitos a ambos os sexos, pois na realidade social não há semelhante oportunidade para os dois universos. Encontra-se um espaço fértil para o crescimento de ideologias essencialistas, as quais consideram homens e mulheres com distintas capacidades e habilidades e, portanto, torna-se “improvável que eles mesmos se ajudem formalmente em oportunidades iguais e trilhem os mesmos caminhos” (BLAU *et al*, 2006).

A discordância e os embates sobre a problemática da redução drástica ou da permanência da desigualdade de gênero se dão por três razões principais:

- 1- Algumas formas de desigualdade de gênero, como por exemplo, as diferenças salariais e o nível de participação da força de mão-de-obra feminina, têm mudado mais rapidamente do que outras, como a representação das mulheres em decisões gerenciais e na divisão do trabalho doméstico;
- 2- A prova que os pesquisadores visualizaram e as projeções que eles desenvolveram são, indiscutivelmente, afetadas pelas diferenças em suas orientações políticas, em suas experiências profissionais sobre a desigualdade de gênero e discriminações, e em suas opiniões acadêmicas;
- 3- As forças fundamentais como a mudança e a estabilidade permanecem, até a presente data, incertas, dando possibilidade para que diversos pesquisadores elaborem opiniões que destaquem diferentes forças e, como resultado, conseqüências diferentes (BLAU *et al*, 2006, p. 5).

A necessidade de se refletir sobre os diferentes processos que afetam a desigualdade de gênero na vida econômica e sobre as interfaces freqüentes e complexas

destes processos, recebe o destaque das autoras. Os processos salientam os mecanismos de distanciamento e aproximação configuradores dos elementos de permanência e de mudança das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. As autoras se dedicam ao estudo das tendências para as diferenças salariais e para a segregação sexual ocupacional e, para tanto, apresentam cinco forças de aproximação e quatro forças de distanciamento (forças de nível macro). A análise de cada força de nível macro – econômico, organizacional, político e cultural – organizou-se com os mecanismos de aproximação, através dos quais, estas forças atuam afetando a disparidade de gênero. Alguns mecanismos de aproximação estão ligados, aproximadamente, com quase todas as forças de nível macro. Considerando-se, que outras forças estão estreitamente ligadas por um número pequeno de “forças de nível micro” (BLAU *et al*, 2006).

Mecanismos de Aproximação	Forças de Nível Macro			
	Econômico	Organizacional	Político	Cultural
A. Discriminação				
1. Gosto	X	X	X	X
2. Estatística	X	X	X	X
3. Institucional	X	X	X	X
B. Internalização				
1. Preferências				X
2. Auto-avaliação				X
C. Responsabilidade da mão-de-obra				
1. Divisão do trabalho doméstico	X	X	X	X
2. Adaptações no local de trabalho	X		X	X
D. Desvalorização Cultural				
1. Poluição		X	X	X
2. Desvalorização Cultural		X	X	X
E. Reações (efeitos de feedback)				
1. Expectativas de discriminação	X	X	X	X
2. Sanções esperadas				X

Quadro 7 - Forças de nível macro e mecanismos de aproximação gerando desigualdade de gênero
Fonte: BLAU *et al* (2006)

Parte-se do princípio, na Narrativa Econômica, que em um mercado competitivo a contratação de mão-de-obra acontecerá por práticas não-discriminatórias de gênero. Podem-se apresentar três tipos de mecanismos de aproximação pelas quais as forças de mercado poderão reduzir a desigualdade de gênero: discriminação, compromisso/responsabilidade da mão-de-obra e as reações (efeitos de *feedback*). Esta

possibilidade de equalização entre homens e mulheres na dinâmica do mercado é, entretanto, relativizada pelos pesquisadores.

Na formulação genuína do modelo de “*gosto de discriminação*”, S. Becker explica que o próprio mercado competitivo findará a discriminação do empregador em razão de sua necessidade de contratação de empregados com mão-de-obra preferencial e outras características essenciais que acarretem a todo o momento o aumento de produtividade. Caso haja a contratação baseada em gostos discriminatórios, através de preferências exógenas e não da competência do indivíduo, os empresários deverão “pagar algo extra para garantir aos trabalhadores de classe preferencial, sem nenhuma compensação que aumente a produtividade” (BLAU *et al*, 2006, p. 9).

As forças competitivas atuarão, ainda, no sentido de minimizar as práticas da ‘*discriminação institucionalizada*’, possíveis de serem encontradas nas rotinas das organizações e capazes de serem perpetuadas, independente das ações discriminatórias dos atores individuais. Neste contexto, o mercado agirá a fim de dificultar a otimização dos custos e a lucratividade das empresas. Nota-se, no entanto, que as empresas são uma compilação de dinâmicas (não) discriminatórias, por esta razão o efeito das práticas do mercado se apresenta indiretamente e potencialmente lento para registro. Este entrelaçamento de atitudes in (discriminatória) pode ser um dos motivos do avanço gradual da discriminação, mesmo diante das forças competitivas.

A ‘*discriminação estatística*’ acontece quando o empregador, por falta de informações e incertezas sobre a capacidade produtiva do trabalhador, realiza a contratação baseada em atributos como sexo ou outra característica. O benefício para a empresa é notório, pois implica em uma informação de baixo-custo sobre a produtividade industrial do trabalhador. As forças competitivas eliminarão esta esfera discriminatória apenas quando o julgamento sobre as diferenças grupais estiver errado ou, ainda, no momento em que os dispositivos rastreados para a contratação forem mais eficazes na relação custo-eficiência. Entretanto, enquanto os julgamentos baseados em custo-eficiência forem corretos, a discriminação estatística permanecerá.

A narrativa em questão atua, portanto, no sentido de separar as forças do mercado de firmas ineficientes, de gerentes e de práticas e, também, em direção a uma

seleção de forças para novas práticas que propiciem empresas mais eficientes em período de mudanças.

No contexto contemporâneo, uma das principais mudanças as quais as empresas respondem é o dramático crescimento do tamanho da força de mão-de-obra feminina, e inúmeras reduções das desigualdades de adaptação no ambiente de trabalho que prova ser eficiente e, por isso, estar selecionado positivamente pelas forças do mercado. Por exemplo, políticas que facilitam a integração do trabalho e as responsabilidades familiares, como licença maternidade, permissão do empregador para cuidados com as crianças, ou incentivos aos cuidados infantis tem crescentemente prevalecido nos últimos anos (BLAU *et al*, 2006, p. 10).

Os efeitos positivos da análise da Narrativa Econômica podem ser compreendidos, entre outros, em termos do investimento do capital humano⁹ das mulheres, pois se as práticas discriminatórias do empregador e as desigualdades salariais entre homens e mulheres foram algumas das razões históricas a inibirem o investimento feminino em capacitação profissional com vistas ao futuro, através da redução das ações discriminatórias, há a viabilização da emancipação feminina no mercado de trabalho, na divisão do trabalho intrafamiliar. Ressaltam-se ainda outros elementos de feedback resultantes da Narrativa Econômica, “as forças econômicas podem também desenraizar

⁹ O princípio da teoria do capital humano é o de que as diferenças de qualidade em mão de obra são analisadas especialmente como diferenças em habilidades cognitivas. Essas habilidades são resultado do investimento em educação (principalmente em educação formal), cujo investimento é resultado das decisões racionais que abrangem a comparação da taxa de retorno e taxa de juros do mercado, como acontece em qualquer outro processo de investimento. Em termos, é estabelecida uma relação direta relacionando a habilidade cognitiva (conforme Ricardo Lima, capital humano, que seria o mesmo no contexto desta teoria) e produtividade da mão-de-obra. Neste contexto, é possível indicar que a uma distribuição específica de habilidade cognitiva há um retorno de distribuição semelhante de salários. Para que tal processo ocorra é necessário que o mercado de trabalho atue nos padrões neoclássicos, ao remunerar segundo a produtividade marginal dos fatores.

A idéia de um mercado de trabalho contínuo, associada à convicção de que existe uma relação direta entre habilidade cognitiva e produtividade, leva os adeptos da teoria do capital humano a acreditarem que os acréscimos na educação de indivíduos correspondem, em média, a aumentos nos seus salários. Educação constitui, assim, o grande instrumento que dá oportunidade de mobilidade ocupacional (e talvez social), quer intergeracional, quer intrageracional (LIMA, 1980, p. 219-220).

De uma forma especial, nas décadas de 1960 e 1970, cresceram as críticas contra os aspectos mais frágeis ou da teoria do capital humano ou, ainda, reparações em certas premissas da mesma. Teorias alternativas ao capital humano foram criadas, como, por exemplo, Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho. Em virtude das limitações deste trabalho não será possível aprofundar nestes debates teóricos e empíricos. Mas teorias pares da teoria do capital humano e os trabalhos críticos podem ser encontrados nas obras: LIMA, 1980; GOLDTHORPE, 2007; PAIVA, 2001; BOURDIEU, 2007.

outras formas de discriminação institucionalizadas, diminuir algumas formas de discriminação estatística, trazer mudanças benéficas para o ambiente de trabalho feminino” (BLAU *et al*, 2006, p. 11).

Mas estas afirmações podem ser limitadas por dois aspectos, de um lado as forças competitivas do mercado pleiteadoras entre si nas economias reais não são plenamente desenvolvidas e não podem ser sempre consideradas na eliminação completa das desigualdades de gênero que reduzem a eficiência da empresa e, deve-se salientar, ainda, que o mercado competitivo não eliminará as esferas das desigualdades de gênero consistentes com o aumento da eficácia produtiva da empresa (BLAU *et al*, 2006).

Por sua vez, a força de nível macro Organizacional influencia na desigualdade de gênero no mercado de trabalho, pois destaca a difusão de modernas políticas pessoais expressas na universalização de práticas de contratação e de burocratizadas tabelas salariais e dos processos de promoção profissional, nos quais são consideradas as credenciais dos trabalhadores. Caso as empresas presentes em um ambiente cujas práticas discriminatórias tenham sido deslegitimadas persistam com seleções e com nomeações de cargos de prestígio baseadas em atributos de gênero, elas poderão sofrer as sanções e os custos sociais reais, pois as empresas com ações distintivas em relação às mulheres serão hostilizadas pelo universo feminino.

A desconstrução da discriminação estatística está vinculada à sua inconsistência com uma lógica burocrática formal que trata todos os indivíduos igualmente com atribuições de membros de grupos raciais, étnicos e sexuais. Neste contexto, pode-se questionar se as práticas burocráticas minimizam a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Para a Narrativa Organizacional, o aumento das contratações baseadas no mérito e na formação profissional qualificada permite as mulheres alcançarem uma posição privilegiada no mercado de trabalho, conquista que não poderá ser colocada em xeque por homens e/ou mulheres sem qualificação. Nota-se neste aspecto uma tendência à teoria da poluição da discriminação, nos termos de Claudia Goldin, na qual o homem segregado em altas posições teme que seus trabalhos sejam poluídos pela inserção feminina nestes cargos. Mas, partindo-se do pressuposto que a contratação é realizada nos padrões formais burocráticos, a poluição causada pela entrada das mulheres será dissipada.

Tal qual a Narrativa Econômica, a Organizacional apresenta efeitos de *feedback*, além de constituir uma significativa narrativa coerente com processos associados à Narrativa Econômica. De uma forma especial, surgem dois efeitos desta dinâmica organizacional:

A redução na discriminação que a burocratização engendra deverá desencadear um crescimento de investimentos no capital humano por mulheres e um declínio associado na segregação sexual ocupacional e nas disparidades salariais; e a equalização da burocracia induzida nos pagamentos salariais do capital humano para mulheres e homens diminui a lógica para uma divisão de trabalho doméstico (BLAU *et al*, 2006, p. 15).

Críticos da força macro-social Organizacional questionam se de fato a burocracia organizacional se encontra em ascendência. Ao (re) avaliarem estas análises, constatou-se que há impedimentos para esta equalização que surgem dentro dos próprios locais de trabalho burocratizados e, também, aquelas barreiras provenientes das mais novas ou menores áreas organizacionais que ainda não foram burocratizadas. No caso do retrato da burocracia na convencional narrativa organizacional, não se pode considerar esta visão como única, pois há uma tensão entre as abordagens que consideram a desigualdade de gênero notável, na possibilidade desta ser eficiente no mundo laboral e aquelas visões que classificam a desigualdade de gênero de forma ilegítima. Considera-se a existência de formas discriminatórias, ainda que acionadas de formas inconscientes e subentendidas, em quaisquer tipos de organização, apesar da complexidade circunscrita neste jogo.

As formas sutis e inconscientes de discriminação são difíceis de detectar e provar, além disso, o progresso no combate a estas formas de discriminação pode ocorrer mais devagar do que no passado, quando os esforços poderiam ter sido focados em formas mais óbvias e abertas (...) a segregação ocupacional de gênero, que continua, pode ser ativamente gerada por processos essencialistas, ou outros, e que não pode ser tratada como um resíduo simples de velhas práticas institucionais que vagarosamente irão desvanecer (BLAU *et al*, 2006, p. 18).

Já na proposta da Narrativa Política, o foco da ação coletiva é explicitamente orientado para transformar as leis, as instituições e as regras condutoras das práticas do mercado de trabalho. Deste modo, há a possibilidade da desigualdade de gênero ser

reduzida através da ação política? A ação instrumental das narrativas políticas é explicitamente orientada, proporcionando a redução da desigualdade de gênero. Historicamente, o processo esteve baseado na constituição de uma legislação capaz de reduzir os três tipos de discriminação: Gosto, Estatística e Institucional.

Os Estados Unidos foi o primeiro dos países desenvolvidos a circunscreverem uma legislação da antidiscriminação e, de acordo com a observação dos adeptos desta narrativa, o governo federal atuou decisivamente no sentido de minimizar a desigualdade no mercado de trabalho. Podem-se citar as ações afirmativas, definidas como passos pró-ativos destinados a acabar com as diferenças entre as minorias e não minorias, entre grupos segregados e não segregados. Estas ações se encontram em contraste com as legislações do Estado, as quais muitas vezes exigem apenas a não discriminação por parte do contratante.

No final do século XX, as leis antidiscriminação obtiveram certo sucesso, entretanto as iniciativas destinadas a uma equalização dos salários no trabalho, entre homens e mulheres com similares qualificações, não alcançaram o mesmo êxito. As iniciativas de valor comparável emergiram de determinadas situações de desigualdade de gênero na dinâmica das empresas e a meta é conquistar o nivelamento salarial sem que seja essencial uma segregação ocupacional.

- 1- Empregadores podem excluir as mulheres de trabalhos masculinos de grandes salários e relegá-las a trabalhos femininos em que relativamente pagam menos devido ao resultado de um “super inchaço” e de uma concorrência salarial (BERGMANN, 1974);
- 2- Uma preferência entre as mulheres por trabalhos “femininos” e uma preferência entre homens por ocupações “masculinas” tem levado a um inchamento feminino em relativamente poucos trabalhos e, assim, baixando os salários das mulheres;
- 3- Empregadores podem desvalorizar e pagar baixos salários a trabalhos dominados por mulheres, porque eles partem de um pressuposto de que qualquer tarefa atribuída à mulher na sociedade, não pode ser muito importante ou útil (tabela 1.1, linha D2; veja ENGLAND, 1992);
- 4- Altos salários, predominantemente em trabalhos masculinos, podem também refletir em compensações para habilidades mais elevadas, para competências maiores ou para treinamentos mais complexos, ou para competências maiores ou para condições de trabalho menos favorável (BLAU *et al*, 2006, p. 19).

As ações da orientação política também estão destinadas à “adaptação do local de trabalho”, através de programas como ‘amigo da família’. Estas políticas ganham forma

em razão do retorno econômico, mas, sobretudo, pela força da opinião pública, pela obrigatoriedade das leis, pela pressão política em nome dessas leis.

Da mesma forma que as Narrativas Econômica e Organizacional abrangem efeitos involuntários, a Narrativa Política também apresenta este perfil; contudo, seus impactos podem aumentar as formas de desigualdade. Três classes de efeitos involuntários são destacadas: políticas como ‘amigos da família’ minimizam os conflitos entre família e trabalho e motivam trabalhadores infanto-juvenis a ingressarem no mercado de trabalho; a segregação trabalhista poderia aumentar caso haja a implementação do valor comparável às grades salariais, pois as mulheres continuariam em trabalhos de caráter feminino e, se as políticas governamentais elevarem os custos com a mão-de-obra feminina, esta poderia ser tolhida no momento da contratação. O sucesso de uma reforma política no sentido de reduzir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho não depende exclusivamente dos seus custos e dos seus benefícios e está atrelado também às ações de atores como capitalistas e políticos, os quais visam, além dos interesses da coletividade, a determinados interesses particulares (BLAU *et al*, 2006).

A Narrativa Política encontra suas limitações à medida que a reforma política nos Estados Unidos é delimitada pelos ideais igualitários; sabe-se que as ações políticas têm focalizado na equalização de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e na redução de discriminação no emprego. Entretanto, a iniciativa de valor comparável, cuja meta é erradicar por meio das ações legais as desigualdades de remuneração nas ocupações femininas e masculinas, não obteve o apoio jurídico necessário.

A contribuição da Narrativa Cultural ao debate sobre as discrepâncias salariais e de acesso ao mercado de trabalho alicerça-se na crença igualitária firmada nos ideais ocidentais de justiça e de igualdade presente no nível adjacente à lógica cultural, que age de forma independente da eficácia econômica dos referidos ideais. As dimensões de igualdade e de justiça presentes na sociedade impulsionam a difusão do ‘gosto’ por práticas igualitárias capazes de atuar no mercado de trabalho, ainda que haja redução nos lucros e na eficiência. Como sugere Solomon W. Polachek, a ‘discriminação social’ pode ser significativamente reduzida através de uma mudança igualitária cultural capaz de minimizar a divisão doméstica convencional do trabalho. Ressalta-se que as narrativas política e cultural estão intrinsecamente relacionadas, pois “os comprometimentos políticos

para igualdade de oportunidades, ações afirmativas e valor comparável podem ser parcialmente motivados por gostos por igualdade. A narrativa política pode, enfim, ser conduzida por essas forças culturais mais fundamentais” (BLAU *et al*, 2006, p. 22).

Enfim, a Narrativa Cultural pode ser vista na difusão de crenças igualitárias por meio de uma ampla variedade de trabalho e de atitudes familiares; podem-se destacar quatro tipos de classes de atitudes suscetíveis à proposta igualitária: 1) Gosto crescente por igualdade; 2) Crenças reduzidas na poluição; 3) Crenças reduzidas na domesticação feminina e 4) Declínio no essencialismo ocupacional.

O igualitarismo cultural, ao enfraquecer as crenças na ‘domesticação feminina’, incentiva o universo feminino ao mercado externo e motiva-o ao acréscimo dos investimentos nos mesmos tipos de capital humano dos homens. Historicamente, uma ampla literatura e as ações cotidianas difundiram os estereótipos sobre as características naturais de homens e mulheres na mídia, na cultura popular e na interação social com parentes, amigos e professores. Desta forma, qualquer evidência de uma relativização ou negação dos referidos estereótipos presentes nos processos cognitivos dos indivíduos são enfraquecidos. Presume-se que as preferências de gênero são internalizadas desde a infância e afetam decisões e aspirações posteriores de investimento e abrangem, ainda, uma vida adulta com uma personalidade solidificada no que se refere aos papéis dos homens e das mulheres na sociedade.

Em termos de uma Narrativa Cultural direcionada para as mulheres, para o lado do suprimento, pode se esperar uma mudança nestes mecanismos de subjugação feminina?

Como o igualitarismo cultural anuncia, mulheres e homens estão cada vez mais assumindo que tem os mesmos direitos, responsabilidades e habilidades. Essa nova visão mundial afeta a cognição individual e, enfim, é personificado nas ações individuais. Os efeitos comuns de reação devem, também, ser relevantes aqui. Mesmo se a mudança for gerada por custos econômicos de discriminação (a narrativa econômica), a difusão burocrática (narrativa organizacional), ou a difusão de crenças igualitárias (a narrativa cultural), as mulheres virão a antecipar menos discriminação no local de trabalho. Enquanto as mulheres acreditam que o local de trabalho vai recompensar melhor o seu capital humano, elas são motivadas a investir mais nele (E1) assim, diminuirão a lógica da divisão tradicional da família (C3) (BLAU *et al*, 2006, p. 24-25).

Na dimensão da Narrativa Cultural difundida, a visão igualitária apresenta tendências competidoras e, entre elas, a “igualdade liberal” permanece dominante e indica

que o comprometimento coletivo com a igualdade de gênero se externaliza através de processos que desenvolvam igualdade de oportunidades. O problema desta abordagem é sua aproximação com a presunção essencialista da existência das diferenças de gostos e de habilidades entre homens e mulheres, na qual não há o questionamento sobre o porquê destas disparidades de comportamento serem estabelecidas. A proposta é representar os indivíduos como agentes autônomos e necessariamente portadores dos mesmos direitos e oportunidades. Entretanto, não há a prerrogativa que ambos são agentes construídos social e culturalmente.

Daí emerge o problema dos grupos competidores presentes na visão igualitarista, que coloca em xeque os processos de formação de pensamento, hábitos e gostos diferenciados de acordo com o sexo. Ainda que o questionamento de uma lógica anti-essencialista esteja progressivamente no banco das escolas, nos programas federais que encorajam mulheres a optarem por cursos ‘tradicionalmente’ masculinos e, ainda, em determinados programas cujas mulheres assumem profissões do universo masculino, o discurso da ideologia essencialista parece apelar continuamente para muitas pessoas e assim dificultar mudanças posteriores na segregação ocupacional e na diferença de pagamentos por gêneros.

As pesquisadoras ressaltam que as análises da desigualdade de gênero enfatizam seus esforços nos mecanismos de aproximação e de mudança e não direcionam seus estudos nas forças de nível macro geradoras de mudanças nos próprios mecanismos de aproximação. Se se opta em invocar o nível macro, deve-se trabalhar dentro do contexto da narrativa e circunscrever um conjunto de mecanismos de aproximação. Estas distintas narrativas de mudanças se baseiam em diferentes mecanismos de aproximação.

O debate acima apresentado impulsiona, ainda mais, os estudos sobre a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, bem como as recompensas salariais disparem em função de ser homem ou de ser mulher. Outro ponto merece, pois, a atenção da pesquisa. Porque compreender a dinâmica da relação entre renda, mercado de trabalho e gênero é significativo na compreensão da desigualdade estabelecida entre as variáveis trabalho e gênero?

O presente capítulo se ateve às reflexões e à pesquisa empírica em relação à formação de gênero nas categorias de classe. Constatou-se um importante avanço feminino

em categorias com ativos de capital e em categorias que exigem qualificação e credenciais, apesar da permanência de um alto percentual feminino nas posições mais precárias. Neste contexto, outra importante reflexão pede espaço. Este avanço feminino apresentou algum impacto substantivo sobre a distância de renda entre as categorias de classe, e no interior destas categorias, a partir da análise de gênero?

6 O IMPACTO DE GÊNERO SOBRE A DESIGUALDADE DE RENDA NO MERCADO DE TRABALHO - UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ANOS DE 1992 e 2008

Louvável é o fato de os autores do relatório¹⁰ terem provocado a discussão sobre a desigualdade de renda como “melhor indicador de distribuição”, pois não se trata de um debate facilmente encontrado entre os economistas de hoje, muito embora não tenha escapado aos clássicos. Indiretamente, Ricardo já havia tocado na questão ao atentar para o caso de ocorrerem aumentos na parcela do produto líquido (piora na distribuição funcional da renda) num contexto de estagnação ou de insuficiência de investimentos produtivos. Nesse caso, a tendência poderia ser um gasto maior, por parte dos capitalistas, em consumo de luxo, especialmente com criadagem, o que provocaria, assim, se não o desemprego, uma degradação ocupacional ao transformar trabalhadores detentores de habilidades manufatureiras em empregados domésticos. “Que belo futuro para a classe trabalhadora”, diria Marx mais tarde. Em outras palavras: independentemente da renda, a natureza das várias ocupações pode representar também uma forma importante de desigualdade. Algo assim vem ocorrendo entre nós, principalmente entre as mulheres, cujos rendimentos passaram a depender cada vez mais dos serviços domésticos. A desigualdade entre níveis de renda pode ser tão lastimável quanto as desigualdades sociais, culturais e políticas que cristalizam a distância entre a “senzala” e a “casa grande” (SALM, 2006, p. 291).

A renda derivada do trabalho é formada por uma complexa rede de variáveis ligadas ao acesso ao trabalho e à remuneração do trabalho. A remuneração está relacionada à produtividade do trabalho (experiência no mercado de trabalho e escolaridade); a outros fatores, como, por exemplo, as políticas econômicas e salariais; e às imperfeições no mercado de trabalho (discriminação e segmentação). A segmentação amplia o leque da influência sobre os rendimentos do trabalho, em razão da segmentação geográfica (segmentação urbano-rural e segmentação capital-interior) e da segmentação formal-informal (HERRÁN, 2005; BARROS *et al*, 2004 *apud* MEDEIROS *et al*, 2006).

Neste cenário complexo de determinantes da renda proveniente do trabalho no Brasil, este capítulo apresenta um recorte da renda hora do trabalho principal, com o objetivo de compreender qual o real impacto de gênero nas flutuações de renda em dois períodos do tempo, 1992 e 2008. Realizou-se a análise comparativa a partir dos microdados

¹⁰ O autor se refere ao relatório ‘Sobre a desigualdade de renda recente no Brasil’ lançado pelo Ipea em 2006. O mesmo será utilizado no decorrer do capítulo.

da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), a fim de demonstrar como ocorreu a variação da renda entre as categorias de classe e no interior das categorias de classe. O trabalho se valeu das análises dos controles das variáveis relacionadas às categorias de classe, à raça, à região, a horas trabalhadas, à experiência e à educação com o objetivo de verificar, na complexidade dos mecanismos causais determinantes da renda, qual foi o impacto de gênero e das referidas variáveis, nas distâncias de renda de classe.

Visando ao cumprimento do objetivo proposto, o primeiro subcapítulo, “A importância da renda no estudo da desigualdade”, apresenta a justificativa do uso da renda para mensurar a desigualdade. O embasamento teórico e empírico utilizados foram os estudos de Corseuil *et al* (2002), Nelson do Valle e Silva (2003) e Ricardo Paes de Barros *et al* (2006).

Posteriormente, o trabalho abre espaço para a reflexão sobre o “Panorama da distribuição da renda no Brasil e o perfil da distribuição nas décadas de 1990 e 2000”. São relatados também os condicionamentos econômicos e políticos das décadas de 1990 e de 2000, mesmo sabendo da impossibilidade de esgotar o tema em um único subcapítulo, em razão da complexidade e da variedade de determinantes. Neste ponto, lançou-se base no estudo de Cláudio Salvadori Dedecca (2001). É realizada, ainda, uma breve análise da comparação da desigualdade de renda do Brasil com os países latino-americanos e com o mundo. Neste âmbito do estudo, referenciou-se às considerações de Nelson do Valle e Silva (2003) e de Marcelo Medeiros *et al* (2006).

No subcapítulo seguinte, “Análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) dos anos de 1992 e 2008 – mediana e mediana relativa e média e média relativa da renda hora do trabalho principal: análise por classe e gênero dos anos de 1992 e 2008”, inicia-se a verificação empírica da dissertação, através de uma explanação dos usos da mediana e da média para o desenvolvimento de parte da análise dos dados. O embasamento teórico contou com o estudo de William J. Stevenson (1981).

Segue-se, então, o estudo da mediana e da mediana relativa no subcapítulo, ‘Mediana e mediana relativa da renda hora do trabalho principal das categorias de classe nos anos de 1992 e 2008’, onde são comparados os valores da mediana da renda hora do trabalho principal e da mediana relativa da renda hora do trabalho principal entre as categorias de classe e no interior das categorias de classes. No interior das categorias, a

análise será realizada de acordo com a categoria de gênero. Os valores da renda hora do trabalho principal foram retirados das Pnads, dos anos de 1992 e de 2008. No decorrer deste subcapítulo, faz-se uma distinção na análise das categorias privilegiadas, com ativos de capital e credenciais e das categorias de classe precárias e desprivilegiadas, segundo a categoria de gênero.

No próximo ponto do trabalho, focaliza-se no subcapítulo, ‘Média e média relativa e mediana e mediana relativa da renda hora do trabalho principal e a assimetria na distribuição’, com o objetivo de demonstrar como os dados se distribuem em torno do centro da amostra e se apresentam de forma assimétrica na distribuição.

Como o capítulo preza pela análise da desigualdade de renda entre as categorias de classe e no interior das categorias de classe, de acordo com a categoria de gênero, é apresentado o próximo ponto do capítulo, ‘Coeficiente de variação-medida de desigualdade: análise por classe e gênero dos anos de 1992 e 2008’, com o objetivo de verificar o aumento ou a redução da desigualdade da renda hora do trabalho principal.

Finalmente, é apresentada a análise de regressão que demonstra quais as variáveis explicativas utilizadas neste trabalho são responsáveis por um maior ou menor impacto sobre a variável resposta, renda mensal. O subcapítulo, Análise da regressão linear simples e múltipla, com ajuste das médias, dos modelos sem controle, com controle de gênero, controles diversos e controle + educação, avalia se houve ou não a relevância da influência de gênero. Há também uma breve análise dos coeficientes de determinação dos modelos e seu poder explicativo sobre a variável resposta.

Apresentadas as diretrizes-chaves do capítulo, o trabalho segue seu propósito e analisa, no próximo ponto, a renda e o porquê do seu uso na análise da desigualdade.

6.1 A importância da renda no estudo da desigualdade

A renda¹¹ é comumente utilizada para a medição do nível de bem-estar de um determinado país. Mas antes de se focalizar a análise na importância do estudo da desigualdade de renda, torna-se necessário fazer as devidas ponderações sobre a mensuração desta desigualdade no Brasil.

O sociólogo Nelson do Valle Silva explica que é imprescindível ter claro e explícito o que está por trás da desigualdade medida nas pesquisas, pois os dados referentes aos rendimentos no Brasil são provenientes de pesquisas domiciliares e as mais substanciais destes estudos são o Censo de população (periodicidade decenal) e as Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Conforme Silva, deve-se assinalar que estas pesquisas apresentam características singulares em relação às informações referentes aos rendimentos individuais e familiares. O primeiro ponto se refere à natureza dos rendimentos, que podem ser: rendimentos do trabalho, rendimentos do capital, rendimento de propriedade e rendimentos não-monetários. A omissão das rendas não-monetárias ou imputáveis nos dados relativos aos rendimentos individuais pode afetar os valores dos índices de desigualdade na distribuição de renda e pobreza, pois Censos e Pnads brasileiras medem apenas as rendas monetárias, do trabalho e de outra fonte. Outro aspecto correlato está ligado à composição dos rendimentos individuais segundo a fonte; se, por acaso, realizar a distinção da renda do trabalho e de outras fontes, como aposentadorias e pensões, o rendimento proveniente do trabalho expressa uma parcela substancialmente maior nos rendimentos totais (SILVA, 2003).

Entretanto, os rendimentos provenientes de outras fontes, mesmo que modestos, com as exceções indicadas, apresentam seu valor nos estratos ocupacionais, como no caso dos profissionais liberais, profissionais universitários, ocupações técnicas e artísticas e proprietários rurais. Outro aspecto é destacado por Nelson do Valle Silva: nas informações sobre os rendimentos constam os rendimentos obtidos; esta coleta, pode, portanto, apresentar impacto na medição dos rendimentos naqueles casos em que a atividade

¹¹ Como explicam Corseuil *et al* os preços dos bens e dos serviços modificam no percurso do tempo, por isso a variação do poder de compra da renda. Por essa razão, torna-se necessário implementar um ajuste na variável renda para permitir a comparação entre diferentes momentos do tempo. O deflacionamento é o ajuste mais utilizado para esta comparação e ‘consiste no uso de índices de preços cuja função principal é medir as variações temporais sofridas pelos preços dos bens e serviços disponíveis na economia’. O deflacionamento da renda proposto pelos autores para os diversos momentos do tempo é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Restrito (INPC) (CORSEUIL *et al*, 2002, p. 57).

econômica segue um padrão cíclico. Este fator pode significar um ponto de perturbação tanto em relação às comparações entre regiões como entre os setores sociais da população. Outro problema também se refere à subdeclaração dos rendimentos, de forma especial se sua ocorrência for diferente entre os diversos grupos e estratos ocupacionais. A subdeclaração pode ser em função da dificuldade de se medir alguns tipos de rendimentos e de que alguns indivíduos resolvem subdeclarar seus rendimentos. O tratamento a que esses dados são submetidos estatisticamente exclui os casos de falta de informação e os de rendimentos nulos. Tem-se a hipótese de que estas observações sobre os rendimentos são poucos confiáveis, por isso as mesmas ofereceriam mais riscos à pesquisa do que informações válidas. Entretanto, Silva faz a ressalva de que a falta de informação refere-se a um caso mais particular do padrão mais geral da “subdeclaração proposital”, apresentando-se correlacionados com “rendimentos de capital e devido à resistência das pessoas ricas de revelarem suas riquezas. E, como tal, introduziriam o mesmo viés de subestimação nas medidas de desigualdade” (SILVA, 2003, p. 438).

Como o pesquisador demonstra a hipótese de que pessoas com rendimentos nulos são analisadas como casos implausíveis e com a suposição de que a ocorrência não está relacionada nem a níveis de rendimento, a fontes de renda ou a grupos sociais específicos, esquivar este valor no cálculo dos índices da desigualdade tem um produto possivelmente inócuo. Nelson do Valle Silva explica que estas hipóteses são amplamente injustificadas. Estes fatores indicam que as constantes mudanças sociais ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas, em razão dos problemas próprios de mensuração dos rendimentos reais dos indivíduos, apresentam alguma incerteza em relação ao nível medido da desigualdade e nas comparações intertemporais e internacionais. Entretanto, ressalta o pesquisador, “mas isto, obviamente, não impede que examinemos a evidência disponível. Apenas exige cautela e um grão de ceticismo na interpretação dos resultados” (SILVA, 2003, p. 438).

O uso da renda na mensuração da desigualdade é justificado em razão desta variável se associar com a capacidade do indivíduo ou da família em consumir bens e serviços capazes de proporcionar satisfação ou bem-estar (CORSEUIL, 2006). O relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado (Ipea), sobre a desigualdade de renda recente no Brasil (2006), apresenta a relevância da pesquisa referente à desigualdade de resultados.

Apesar do trecho disposto abaixo ser relativamente longo, acredita-se que o mesmo sintetiza e clarifica a importância do estudo da desigualdade de renda.

Qual a importância da desigualdade de resultados? Não seria mais importante tratarmos de desigualdades mais básicas, como a de tratamento ou a de oportunidades? Sim e não. Sim porque quanto mais básica a fonte de desigualdade maior sua importância. Desigualdades de resultados que decorrem da desigualdade de tratamento, de oportunidade ou de condições são muito mais indesejáveis que aquelas que surgem quando há perfeita igualdade de tratamento, de oportunidades e de condições. E não, porque boa parte da desigualdade de resultados é consequência de diferenças mais básicas. Um elevado grau de desigualdade de resultados é, necessariamente, o reflexo de disparidades de tratamento, de oportunidades ou de condições. Assim, ao analisarmos a desigualdade de resultados estamos abordando todas as formas de desigualdade por meio de suas consequências. A queda sistemática da desigualdade de resultados em um país tão desigual quanto o Brasil indica que disparidades mais básicas (de tratamento, de oportunidades e de condições) devem ter declinado. Dos diversos resultados, por que concentrar a atenção na desigualdade de renda? Seguramente há resultados muito mais abrangentes e importantes, tais como bem-estar, desenvolvimento humano ou mesmo felicidade. A atenção especial dada à desigualdade de renda em todas as sociedades modernas resulta de a renda ser o resultado mais facilmente mensurável, bem como um dos principais determinantes dos demais. Não é à toa que a meta número um do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio trata precisamente da distribuição de renda: reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda *per capita* diária inferior a um dólar em paridade do poder de compra (PPC) (BARROS *et al*, 2006, p. 26).

O estudo considera a importância das indicações de Amartya Sen relacionadas à reprodução da desigualdade, como a multiplicidade das variáveis focais, do caráter subjetivo da escolha e da desconstrução da noção de renda como determinante único da desigualdade. Entretanto, a desigualdade de acesso a recursos e à renda é determinante em diversas esferas da vida social. Os mecanismos causais de exploração e de reserva de oportunidades demonstram como as barreiras de acesso aos recursos privam e caracterizam em não-liberdade a ação de diversos atores sociais. E, caso seja analisada a reserva de mercado, há a constatação de que muitos impedimentos de acesso estão ligados à carência de credenciais e de qualificações, recursos importantes para alcançar um espaço no mundo do trabalho, e que, no Brasil de hoje, esta barreira relacionada à formação se confronta com a renda para alcançar um perfil educacional mais promissor. Enfim, escolhas determinantes

para o desenvolvimento e o bem-estar da pessoa são realizadas quando os indivíduos estão de posse de ativos de capital ou outros recursos (TILLY, 2006; SEN, 2001).

Em uma realidade de um país pobre e desigual como o país, em suas diversas variáveis, compreender como o dinamismo de renda reflete este fosso social, é de suma importância para a elaboração de estratégias governamentais e de políticas públicas mais equitativas de distribuição.

No debate sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho relativo ao avanço e à permanência de homens e de mulheres nos postos de emprego, há o questionamento sobre qual tendência deverá se estabelecer no futuro das disparidades salariais condicionados pela divisão sexual do trabalho. Antes da análise empírica sobre a distribuição de renda entre as categorias, e dentro das categorias, segundo gênero, será apresentado um breve histórico da distribuição de renda no Brasil.

6.2 Panorama da distribuição da renda no Brasil e o perfil da distribuição nas décadas de 1990 e 2000

Historicamente, a distribuição de renda no Brasil apresenta um perfil concentrador, cujas raízes remontam à colonização, e seu caráter assimétrico de distribuição indica uma relação direta com as diretrizes econômicas adotadas em cada período histórico.

A naturalização da desigualdade é fincada em raízes históricas e culturais profundas, ligadas à escravidão e à sua abolição tardia, passiva e paternalista; e também ao caráter essencialmente elitista (República Velha), e depois corporativista (era Vargas), de parte considerável do período Republicano (URANI, 2009, p. 156-157; FERNANDES, 2009, p. 2).

As estratégias de desenvolvimento escolhidas pelas forças políticas determinaram as características desta distribuição, por essa razão, a mesma não foi proveniente unicamente de um governo específico, “mas resulta da forma como se consolidou a industrialização no Brasil, redundando na crise da década de 1980”. Em razão das restrições históricas do período inicial da industrialização, a estratégia de desenvolvimento adotou uma economia restrita ao exterior e apresentava como mola propulsora a ação do estado, essencialmente de acordo com o uso dos gastos públicos. Um

dos meios para atingir esta estratégia era a inflação, pois permitiria a geração de poupança necessária para se acumular o capital (FERNANDES, 2009, p. 2).

Mas, justamente este modelo sobredeterminou a estrutura e a lógica de formação econômica no país, o que fez consolidar uma característica concentradora da renda nacional. A década de 80, conhecida como a ‘década perdida’, amargou do final dos anos 70 uma forte crise do petróleo que influenciou decisivamente a ocorrência do primeiro surto industrial da economia brasileira. Salienta-se que esta crise que adentrou os anos 80 sinalizou a ‘crise do modelo’ de uma economia relativamente robusta dos últimos 50 anos. O progressivo crescimento econômico das décadas anteriores não incidiu sobre a dissipação da concentração de renda, e sua má distribuição contribuiu para dificultar o dinamismo econômico de superar os graves problemas financeiros enfrentados pelo país. Apenas uma pequena parcela da população, dentro de uma estrutura de poder político e econômico, possuía recursos para adquirirem bens ‘tecnologicamente avançados’ e altamente lucrativos. Soma-se a este fator a vertiginosa alta de juros internacional a qual potencializou a dívida externa brasileira acumulada. No percurso da década de 1980, com o cenário econômico estagnado, a crescente mazela conseqüente da concentração de renda nacional acabou com as tentativas de ajuste no contexto do modelo autárquico-estatizante.

A década de 1990 significou, em um primeiro momento, uma década de esperança para a superação da crise econômica da década antecedente. Com o Plano Real, viabilizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, tentou-se a redefinição de uma estratégia de desenvolvimento nacional com o processo de distribuição de renda. A promulgação da Constituição Brasileira, ainda no ano de 1989, e suas diretrizes voltadas para o crescimento e a estabilidade econômica e social e, as políticas macroeconômicas trouxeram a expectativa de reduzir as contas sociais e o cenário de estagnação.

O que se pensava, destaca Cláudio Salvadori Dedecca, era a constituição de um estado de bem-estar social. Entretanto, o papel do estado de bem-estar social apresentou seus efeitos não esperados. O fato do mesmo ter ampliado e cumprido os direitos trabalhistas não impediu a polarização no mercado laboral entre os trabalhadores qualificados e os trabalhadores com credenciais e especialidades, além destes possuírem alta renda. Pode-se somar a estes fatores, o maior número de indivíduos desocupados ou atuantes em economias paralelas (RIVERO, 2009).

Entre outros fatores, o pesquisador destaca que as eleições majoritárias que ocorreram desde o ano de 1989 clarearam duas diretrizes básicas para a configuração das políticas públicas voltadas para a retomada do crescimento e para a construção de um Brasil novo para o século XXI: flexibilidade e focalização. As decisões no campo econômico atingiram à esfera laboral, pois a abertura externa veio acompanhada de mecanismos políticos favorecedores da flexibilidade das condições institucionais reguladoras das atividades econômicas. Por sua vez, a política social requeria a flexibilização da regulamentação e o cuidado com as relações de trabalho. Novos instrumentos políticos eram necessários para a delimitação de ações focalizadas que amparasse aqueles desprivilegiados econômica e socialmente. Portanto, se por um lado, a constituição apresentava um cunho universalista, a nova política de cunho neoliberal, propunha uma diretriz de caráter focalizado. “Essa perspectiva era reforçada pelas novas condições de financiamento das agências internacionais, que condicionavam o aporte financeiro à definição de políticas sociais focalizadas” (DEDECCA, 2003, p. 110).

Entretanto, em um segundo momento, os fatores supracitados e o comportamento econômico e político nacional descritos no capítulo III determinaram substancialmente os diferenciais de rendimento entre as categorias socioeconômicas, que na década de 1990 obtiveram uma “deterioração ponderável na distribuição de lucros e renda do trabalho e uma ampliação dos diferenciais de renda entre os rendimentos oriundos do trabalho” (DEDECCA, 2003, p. 111).

Caso este perfil da desigualdade de renda no Brasil na década de 1990 seja comparado com os demais países da América Latina, o caráter da renda brasileira é de acentuada desvantagem. O pesquisador Nelson do Valle Silva explica no trabalho ‘Os Rendimentos Pessoais’ sobre a desigualdade acentuada no Brasil - artigo em que um dos objetivos do autor é analisar as distâncias de renda dos indivíduos entre os estratos socioeconômicos em três momentos do tempo, 1981, 1990, 1999 – e, ainda, na década de 1990, entre os anos de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, verificando-se esta disposição por gênero e por raça.

O Brasil ocupava na década de 1990 uma posição de substancial desigualdade de renda, mesmo quando a análise do país se restringe ao universo latino-americano, com o

coeficiente de Gini¹² significativamente acima dos demais. Por exemplo, em 1999, o coeficiente brasileiro atingia 0.640. O país com o maior valor justo abaixo do Brasil era a Bolívia, com um índice de 0.586. “Ou seja, os indicadores internacionais disponíveis indicam que o Brasil é o país mais desigual dentro da região mais desigual do mundo. Um título, obviamente, que não pode causar orgulho” (SILVA, 2003, p. 432).

Se a comparação for realizada com outros países do mundo, a situação brasileira não se altera em seu aspecto notoriamente desigual. No país, “a parcela 1% mais rica da população é da mesma magnitude que a apropriada pelos 50% mais pobres. Além disso, os 10% mais ricos se apropriam de mais de 40% da renda, enquanto os 40% mais pobres se apropriam menos de 10%” (BARROS *et al*, 2006, p. 35).

Para se ter uma idéia, seriam necessários pelo menos 20 anos para que o Brasil alcançasse os níveis de renda compatíveis à média dos países com um mesmo grau de desenvolvimento.

A pesquisa indicou, também, que a proporção de renda, entre 2001 e 2005, adquirida pelos 20% mais pobres aumentou 0,5 ponto percentual. Se este ritmo se mantiver serão necessário quase 25 anos a fim de que a posição internacional brasileira referente à renda média dos 20% mais pobres se alinhe com sua posição pertinente à renda *per capita* (MEDEIROS *et al*, 2006).

Mas, a desigualdade de renda no Brasil apresentou uma robustez em seu declínio nos últimos anos, de forma especial, a partir de 2000. Com um decréscimo contínuo e acentuado desde 2001, em 2005 a desigualdade de renda apresentou seu menor pico nos últimos 30 anos. No ano de 2001, o coeficiente apresentava um valor aproximado da média dos últimos 30 anos, de 0,593 e, em 2005, o valor era de 0,566, o menor do período. A velocidade desta atenuação foi de quase 1,2% ao ano, com uma aceleração mais pungente em 2004 e uma correspondente moderação do ritmo em 2005. O coeficiente de Gini, entre os anos de 2001 e 2005 declinou a uma taxa de 4,6%. Os dados do estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado (Ipea) demonstraram que no quadriênio 2001-2005, o Brasil foi um dos países que assistiu, em um dos ritmos mais acelerados, a queda da desigualdade de renda. Em um universo de 74 países, os quais se têm informações sobre os

¹² O Índice de Gini mede a desigualdade de renda e, quanto maior o mesmo, mais pungente é a desigualdade.

dados deste indicador na década de 1990, menos de $\frac{1}{4}$ foi capaz de reduzi-lo tal como o Brasil.

Com o objetivo de avaliar se as informações obtidas pela análise dos microdados da Pnad, sobre o comportamento da desigualdade de renda, mantiveram-se ao longo de 2006 foram utilizadas as informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A renda analisada pela PME é a proveniente do trabalho e a cobertura da pesquisa é nas seis principais regiões metropolitanas do país - Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e a de Porto Alegre. A pesquisa indicou, através do índice de Gini, que a tendência da renda dos últimos doze meses anteriores à pesquisa (período 2005-2006) se apresentou com relativa estagnação. Há evidências de que se a queda da desigualdade de renda permaneceu para além do quadriênio 2001-2004, a velocidade desta redução deve ter atenuado consideravelmente.

Diante deste cenário das mudanças na renda no Brasil, o decorrer do capítulo apresenta uma análise empírica das transformações da renda do trabalho principal. Como as diferenças da renda proveniente do trabalho se comportaram comparativamente nos anos de 1992 e 2008 entre as categorias de classe e no interior da mesma? Houve o aumento da renda para as categorias desprivilegiadas e desqualificadas, ou as vantagens na distribuição da renda se mantiveram para os posicionamentos socioeconômicos que possuem ativos de capital?

Conforme as indicações da pesquisadora Hildete Melo sobre gênero e os rendimentos “A partir da noção da divisão sexual do trabalho e de que o trabalho tem sexo e fica grávido, houve um avanço nas pesquisas para explicar as diferenças entre mulheres e homens. Porque é neste campo, onde se verifica com maior nitidez a desigualdade entre os sexos” (MELO, 2005, p. 36-37). Na análise de categoria de gênero, as mulheres conseguiram superar, ainda que parcialmente, décadas de discriminação refletida no salário? A estas questões levantadas, segue-se o próximo ponto do capítulo.

6.3 Análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) dos anos de 1992 e 2008 – mediana e mediana relativa e média e média relativa da renda hora do trabalho principal: análise por classe e gênero dos anos de 1992 e 2008

A média e a mediana, ambas medidas de tendência central, são utilizadas no processamento de dados, na interpretação e na leitura dos mesmos.

A média aritmética μ é calculada através da determinação da soma dos valores do conjunto e da posterior divisão desta soma pelo número de valores no conjunto. Entre as propriedades da média, tem-se que ela sempre pode ser calculada, além de ser sensível a (ou afetada por) todos os valores do conjunto. Assim, se um valor se modifica, a média também se modifica. Ao se somar, subtrair, multiplicar e dividir de cada valor do conjunto uma constante, a média se alterará em face a esta constante. Como a média, a mediana também é utilizada para auxiliar na análise dos dados. Entretanto, ao contrário da média, a mediana é relativamente insensível aos valores extremos. A característica da mediana é dividir um conjunto ordenado de dados em dois grupos iguais: a metade terá valores inferiores à mediana, a outra metade terá valores superiores à mediana (STEVENSON, 1981).

A escolha da média, ou da mediana, como medida de tendência central de um conjunto, depende de uma série de fatores. De uma forma especial, deve-se destacar que a média é sensível a ou influenciada por cada elemento do conjunto, inclusive pelos extremos, ao contrário da mediana (STEVENSON, 1981). Com o objetivo de oferecer uma base mais robusta de análise da renda hora trabalhada dos homens e das mulheres nas categorias de classe, a presente análise dos dados lança mão do uso das duas medidas. Apesar das inúmeras e importantes propriedades matemáticas da média, neste trabalho, ao se analisar sobre o deslocamento de renda hora trabalhada será adotada a medida de tendência central, mediana. Esta é uma forma de distribuição propícia para distribuições assimétricas, o que a torna uma medida de mensuração mais confiável. A indicação de William J. Stevenson do Instituto Rochester de Tecnologia é a de que “os dados sobre renda pessoal têm na mediana uma medida descritiva mais adequada: isto porque bastam alguns valores muito grandes para inflacionar a média aritmética” (STEVENSON, 1981, p. 23).

Mas a média é um importante indicador da distribuição de dados na amostra, quando colocado em análise ao lado da mediana, pois, caso a distribuição se apresente aproximadamente simétrica, a média se aproximará da mediana. Soma-se a esta importância, o fato de que o coeficiente de variação, medida de desigualdade, é calculado

através da razão da média e do desvio padrão. O cálculo da Mediana Relativa (MR) por categoria de classe se realizou através da divisão da Mediana da Renda por Categoria pela Mediana Total (26,49 – 1992 e 31,64 - 2008). Já o cálculo da Média Relativa por categoria de classe se realizou através da divisão da Média da Renda por Categoria pela Média Total (40,77 - 1992 e 49,40 - 2008).

6.4 Mediana e Mediana Relativa da renda hora do trabalho principal das categorias de classe nos anos de 1992 e 2008

O valor total da mediana, comparando os anos de 1992 e 2008, apresenta uma importante variação no aumento dos valores da renda hora do trabalho principal, respectivamente, 26,49 e 31,64. No decorrer deste subcapítulo será analisado como este aumento da renda desenhou a distribuição entre as categorias.

Tabela 4 - Valor total da mediana e da mediana relativa da renda/hora – trabalho principal - 1992 e 2008

TIPOLOGIA	MEDIANA		MEDIANA RELATIVA	
	1992	2008	1992	2008
CAPITALISTA PEQUENO	66,67	87,5	2,52	2,77
EMPREGADOR AUT. COM ATIVOS	26,67	33,33	1,01	1,05
AUT. AGRÍCOLA AUT.	14,67	17,86	0,55	0,56
ESPECIALISTA	5,87	7,93	0,22	0,25
GERENTE	58,67	71,43	2,21	2,26
ESPECIALISTA QUALIFICADO	30,8	37,5	1,16	1,19
SUPERVISOR	53,33	55	2,01	1,74
TRABALHADOR TRAB.	26,4	26,67	1,00	0,84
ELEMENTAR	29,33	27,08	1,11	0,86
AUT. PRECÁRIO DOMÉSTICO	11,73	14,5	0,44	0,46
	6,29	10	0,24	0,32
	8,8	12,5	0,33	0,40
	5,11	10	0,19	0,32
TOTAL	344,33	411,3	1,00	1,00
	26,49	31,64		

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora. A renda do trabalho foi deflacionada para efeito de comparação, com base no INPC, e expressa em valores de 2008.

O maior aumento da mediana da renda hora do trabalho principal ocorreu na categoria dos capitalistas, em 1992, o valor era 66,67 e, em 2008, 87,5, em termos renda

mediana relativa, tem-se, em 1992, 2,52 e, em 2008, 2,77. A grande questão que envolve este crescimento virtuoso se comparado a outras categorias é a de que em 2008, apenas 0,61 da população presente na população economicamente ativa empregada compunha esta categoria. As demais categorias caracterizadas pela propriedade de ativos, como os pequenos empregadores e os autônomos com ativos, também obtiveram aumento da mediana e da mediana relativa, ainda que de forma mais amíúde que os capitalistas. Entre as categorias caracterizadas por conta-própria ou empregador, a do autônomo especialista, delineada por ter até cinco empregados ou por não ter empregados, além de apresentar a queda da renda média relativa, obteve o segundo maior aumento da renda mediana relativa, a mesma que em 1992 era 2,21 em 2008 apresentou o valor de 2,26, valor bem abaixo da adquirida pelos capitalistas.

A segunda categoria, analisada sem considerar os ativos e qualificações, a obter aumento da renda mediana relativa foi a dos empregados domésticos. Já a mediana relativa apresentou em 1992 o valor de 0,19 e em 2008, este número chegou a 0,32. O crescimento do rendimento da categoria foi destacado na pesquisa, ‘Os rendimentos pessoais’, do pesquisador Nelson do Valle Silva. O estudo demonstrou que na década de 90 a razão dos rendimentos dos empregadores em relação aos empregados domésticos reduziu de 15 vezes em 1990 para menos de 11 vezes em 1999, o que implica em uma queda de 28% (SILVA, 2003).

A categoria dos trabalhadores elementares, constituída por lixeiros, garimpeiros, ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas e carregadores de carga, trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros obteve aumento do valor da mediana relativa de 0,24 em 1992 para 0,32 em 2008. Outra categoria destituída de qualificação ampliou a renda mediana relativa, a dos autônomos precários. Em 1992, o valor da mediana relativa era 0,33 e, em 2008, 0,40. No que se refere à média relativa, em 1992 o valor era de 0,33 e, em 2008, este valor estava em 0,36. No ano de 1992, média e mediana eram idênticas, com simetria de distribuição. A assimetria na distribuição da renda nesta categoria se aprofundou no ano de 2008.

No contexto da desigualdade de renda no Brasil é importante destacar que as três primeiras categorias da base da tipologia brasileira, doméstico, autônomo precário e trabalhador elementar apresentaram um aumento da renda mediana relativa da hora

trabalhada que ficou abaixo da renda dos capitalistas e dos autônomos com ativos. Este resultado significa um importante elemento para o aumento da renda dos indivíduos com menores ganhos salariais da renda hora trabalhada, pois 29,71% da população presente na esfera laboral em 2008 estavam pertenciam a estas categorias. Em 1992, este percentual era de 33,46%. Ou seja, além da redução do número de trabalhadores mais desprotegidos e desprivilegiados houve, ainda, o aumento da renda mediana destas categorias. Estas três categorias apresentaram, também, as maiores taxas das medianas, ficando atrás apenas dos capitalistas. Os autônomos precários obtiveram uma variação ascendente de 0,07, os trabalhadores elementares, de 0,08 e, como citado acima, os domésticos, 0,13. O aumento da renda mediana destas categorias está relacionado com a regulamentação crescente do mercado de trabalho na década de 2000 e com o cumprimento mais incisivo das relações trabalhistas e do mercado de trabalho.

Se as categorias mais precárias e aquelas caracterizadas pela posse de ativos obtiveram o aumento da renda mediana relativa, as categorias que exigem qualificação, especialidade e perícia apresentaram a queda do valor da mediana relativa.

A categoria especialista apresentava em 1992 a renda mediana relativa, 2,01 e, em 2008, 1,74. Outra categoria também apresentou a queda no valor da renda mediana relativa, supervisor. O valor da renda mediana relativa em 1992 era 1,11, obteve queda para 0,86, em 2008. A mediana do trabalhador qualificado oscilou de 1,00 em 1992 e foi para 0,84 em 2008.

A categoria gerente apresentou um modesto aumento da mediana, em 1992, 1,16 e em 2008 este valor era de 1,19. Por sua vez, o crescimento da renda mediana relativa do trabalhador foi modesto, como a dos gerentes, em 1992, o valor era 0,44 e, em 2008, 0,46. A categoria dos trabalhadores abrange o maior percentual de indivíduos inseridos no mercado no ano de 2008, conforme os microdados da Pnad, em 1992, 37,03% e em 2008, 37,02%.

Analisados os contextos empíricos da flutuação renda mediana, e da renda mediana relativa entre as categorias de classe, serão apresentados no próximo ponto do trabalho como ocorreram as variações de renda hora do trabalho principal no interior da categoria, analisando-a de acordo com gênero.

6.5 Mediana e mediana relativa da renda hora do trabalho principal do grupo de classe de gênero nos anos de 1992 e 2008

A desigualdade de renda pode ser determinada por diversos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, demográficos, além de ser constatada na renda hora trabalhada, na renda familiar *per capita* e em outras formas de rendimento. Neste contexto, a desigualdade de renda no mercado de trabalho, condicionado pelos atributos de gênero, estão fundamentalmente no centro da análise de diversos estudos que buscam compreender como o fato de ser homem ou ser mulher pode influenciar na renda do trabalho principal ou em outras formas de aquisição de rendimento (SANTOS, 2005; WRIGHT, 1994, 2001).

Os pesquisadores Arlete Alves e Henrique Neder explicaram no artigo ‘Desenvolvimento e gênero no Brasil na década de 1990’ que o desenvolvimento do capitalismo não favoreceu o trabalho feminino de forma satisfatória.

É um fenômeno mundial e o indicador mais significativo da falta de progresso para a mulher é o fato de que ela ainda recebe salários menores do que o homem na mesma ocupação na maioria dos países -até mesmo nos países já desenvolvidos- e assume ocupações de mais baixo *status* no mercado de trabalho (ALVES *et al*, 2003, p. 3).

As disparidades nas relações de gênero no que se refere à relação entre *gap* de renda são notórias em diversos países e, por isso, recebem o tratamento investigativo nas agendas sociológica e econômica. É recorrente nas pesquisas acerca da desigualdade de gênero a preponderância masculina nas categorias ocupacional e salarial, sendo os homens beneficiados com o peso da construção social das suas vantagens de consagração cultural (CHARLES, 2003 *apud* FIGUEIREDO SANTOS, 2008; ALVES *et al*, 2003).

Apesar de todo o avanço das teorias feministas e conseqüentes reivindicações nestas esferas de discriminação da mulher, o diferencial no pagamento por sexo é um fator resiliente à mudanças em várias áreas do mundo, incluindo tanto países subdesenvolvidos e em desenvolvimento assim como os já desenvolvidos (ALVES *et al*, 2003, p. 5).

Por esta razão, no Brasil o avanço feminino no mercado de trabalho ocupa um espaço proeminente nas pesquisas, ao retratar o dinamismo e a complexidade no interior da estrutura social. Caracterizada em uma esfera de desigualdade de gênero - na qual homens e

mulheres são compreendidos enquanto categorias distintas e possuem sistematicamente diferentes poderes no que se refere ao acesso ao bem-estar material e social (FIGUEIREDO SANTOS, 2008) - a inserção da mulher nas diversas categorias ocupacionais abre espaço para a possibilidade de uma nova configuração de uma nova realidade sócio-econômica.

Segue-se a análise da mediana da renda hora do trabalho principal por sexo.

Tabela 5- Valor da mediana - masculino, feminina e valor da mediana relativa masculino e feminino renda/hora trabalho principal – 1992 e 2008

TIPOLOGIA	MEDIANA				MEDIANA RELATIVA			
	MASC		FEM		MASC		FEM	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008	1992	2008
CAPITALISTA PEQUENO EMPREGADOR AUT. COM ATIVO AUT. AGRÍCOLA AUT. ESPECIALISTA GERENTE ESPECIALISTA QUALIFICADO SUPERVISOR TRABALHADOR TRAB. ELEMENTAR AUT. PRECÁRIO DOMÉSTICO TOTAL	66,67	90,91	58,67	75,00	2,52	2,87	2,21	2,37
	26,67	33,33	25,14	31,25	1,01	1,05	0,95	0,99
	15,37	20,00	12,22	15,00	0,58	0,63	0,46	0,47
	5,87	8,30	3,99	6,25	0,22	0,26	0,15	0,20
	67,05	75,00	58,67	66,67	2,53	2,37	2,21	2,11
	32,27	40,91	29,33	33,33	1,22	1,29	1,11	1,05
	63,07	70,00	41,07	50,00	2,38	2,21	1,55	1,58
	26,40	27,50	26,40	25,00	1,00	0,87	1,00	0,79
	31,29	27,27	26,67	25,7,	1,18	0,86	1,01	0,81
	12,22	15,57	11,22	12,86	0,46	0,49	0,42	0,41
	6,11	9,77	6,96	10,38	0,23	0,31	0,26	0,33
	10,21	13,33	7,33	11,11	0,39	0,42	0,28	0,35
	6,38	10,00	5,11	10,00	0,24	0,32	0,19	0,32
TOTAL	28,43	33,99	24,06	28,66	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora. A renda do trabalho foi deflacionada para efeito de comparação, com base no INPC, e expressa em valores de 2008.

A renda mediana masculina, no ano de 1992 indicava 28,43 e, em 2008, 33,99. Já a renda mediana feminina no ano de 1992 apresentava o valor de 24,43 e, no ano de 2008, 28,66. Este valor da mediana significa que se em 1992 até 50% das mulheres presentes nas categorias de classe naquele período, ganhavam 24,4283 em 2008, o valor aumentou para 28,66. Pode-se concluir que um número mais significativo de mulheres estava ganhando uma recompensa maior em 2008, pois em 1992, o total de mulheres nas categorias de classe era de 35,68% e em 2008, este valor passou para 40,81%.

É importante notar que além do aumento do percentual feminino no mercado de trabalho nos dois momentos do tempo, o aumento da mediana feminina não foi tão discrepante em relação à renda mediana masculina. Outro ponto a se destacar é de que o valor da renda hora do trabalho principal das mulheres em 1992 era de 84,63% o valor da renda hora do trabalho principal dos homens e, em 2008, este valor era de 84,30%.

A distribuição da renda hora do trabalho principal nas categorias de classe apresentou comportamentos específicos, conforme a categoria de gênero. A aquisição desta renda pelas mulheres que fazem parte dos posicionamentos socioeconômicos privilegiados, com ativos de capital, ou pelo universo feminino com posse de credenciais e de qualificações, ainda, por aquelas presentes nas categorias precárias são delineadas por diferentes avanços no ganho salarial.

6.6 Categorias privilegiadas, com ativos de capital e credenciais

Na análise das categorias autônomas privilegiadas e com ativos, capitalista, pequeno empregador, autônomo ativo e autônomo agrícola tanto a renda mediana, quanto a renda mediana relativa obtiveram aumento dentro dos universos masculino e feminino. Na categoria capitalista, os homens e as mulheres apresentaram o maior valor da renda mediana e da renda mediana relativa de todas as categorias. E, no interior da categoria, o aumento da renda masculina foi mais substancial. Em 1992, este valor era de 2,52 para a masculina e 2,21 para a feminina e, em 2008, o valor da renda mediana relativa do universo masculino foi para 2,87 e o feminino, 2,37. A categoria apresentou, entretanto, as menores participações nos grupos de classe por gênero. Em 1992 e 2008, a participação feminina da PEA representou apenas 0,18 e 0,39, e a masculina 0,70 e 0,77. O aumento da renda mediana relativa do pequeno empregador se apresentou a mesma para a participação feminina e masculina. A categoria de autônomo agrícola apresentou um modesto, mas maior aumento da renda mediana relativa no grupo feminino.

A exceção se encontra na categoria dos autônomos especialistas. A participação feminina na categoria em 1992 era de 28,69% e em 2008 o universo feminino significava 41,94%. O aumento da participação feminina ocorreu ao lado da queda da renda mediana relativa. Em 1992, as mulheres apresentaram a renda mediana relativa de 2,21 e, em 2008,

este valor era de 2,11. Mas a renda mediana masculina também apresentou decréscimo. No ano de 1992, os mesmos apresentavam a renda mediana relativa de 2,53 e, em 2008, 2,37. Por sua vez, a ascendência da renda mediana foi próximo para ambos os sexos, no caso dos homens, o percentual de aumento da renda mediana foi de 1,12% e o de mulheres, 1,14%.

As categorias que apresentaram na comparação dos anos de 1992 e de 2008 uma queda da renda mediana relativa, especialista, supervisor e qualificado apresentaram a seguinte variação de renda, segundo a categoria de gênero.

A categoria supervisor apresentou a inserção feminina em 50,63% obteve a redução do *gap* de renda. Com os dados da renda mediana relativa, tem-se que a renda feminina em 1992 era de 1,01 e, em 2008, 0,81 e a mediana relativa da renda masculina, em 1992 era 1,18 e em 2008, 0,86. Ou seja, além de ter reduzido o número de homens na categoria, os que permaneceram obtiveram queda na mediana relativa, ainda que o valor final tenha sido vantajoso aos homens.

No interior das categorias cuja inserção feminina foi expressiva, como a dos qualificados, com um aumento 39,87%, ocorreu a queda de renda mediana relativa feminina e masculina. Se em 1992, a renda mediana relativa masculina e feminina era 1,00 e 1,00, estes valores passaram respectivamente para 0,87 e 0,79. Em 1992, a renda mediana masculina era 26,40 e, a feminina, apresentava o mesmo valor. Já no ano de 2008, a renda mediana masculina era 27,50 e a feminina, para o mesmo ano, 25,00. Se estes dados forem analisados relacionados à média será possível verificar uma simetria na distribuição em 1992 e o acentuamento da vantagem masculina em 2008.

Na categoria especialista, na qual a inserção feminina avançou 25,52%, a mulher apresentou avanço na renda mediana relativa. Entretanto, a mediana relativa da renda/hora do trabalho principal masculina apresentou o valor de 2,38 em 1992 e em 2008, 2,21. E a mediana relativa feminina em 1992 foi de 1,55 e em 2008, 1,58.

Nas três categorias que obtiveram queda na análise da renda mediana relativa geral, na análise sem a decomposição de classe segundo gênero, houve a queda da renda mediana relativa masculina e a única na qual a renda mediana relativa feminina não diminuiu foi na categoria de especialistas. Entretanto, a vantagem masculina continua como no caso dos especialistas, bem maior para o universo masculino.

Por sua vez, a categoria gerente que apresentou um percentual de entrada de 54.02% de mulheres na categoria, comparando os dois momentos no tempo indicou uma queda da mediana relativa da renda/hora do trabalho principal feminina. Em 1992, era 1,11 e, em 2008, chegou a 1,05. Ao contrário dos homens, que obtiveram aumento. Do valor de 1,22 em 1992, alcançou em 2008, o total de 1,29. Apesar da renda mediana relativa feminina ter apresentado queda, a mediana da renda feminina aumentou, em 1992 era 29,34 e, em 2008, 33,34 e a masculina, para os anos de 1992 e 2008, respectivamente, 32,27 e 40,90.

É importante salientar que as categorias destituídas de capital, mas com uma parcela de mulheres qualificadas e com credenciais obtiveram um aumento modesto da mediana ou nem alcançaram este aumento. Uma das lógicas para este comportamento é explicada pelo trabalho de Arlete Alves e Henrique Neder, ao relacionarem à crise econômica com os ajustes salariais (ALVES *et al*, ANO).

Historicamente, as mulheres domésticas, as autônomas precárias e as trabalhadoras elementares pertencem à base da tipologia de classe e recebem o menor valor salarial. Ainda, assim, será possível constatar algum avanço em direção ao crescimento da renda hora do trabalho principal?

6.7 Categorias de classe precárias e desprivilegiadas segundo a categoria de gênero

As categorias precárias e desprivilegiadas de doméstico e de trabalhador elementar apresentaram importantes indicações do dinamismo da renda na estrutura social brasileira comparando as duas décadas, e o aumento da renda hora do trabalho principal destas categorias, com as demais. Na categoria dos domésticos, em 1992 a renda mediana relativa referente à renda hora do trabalho principal das mulheres era de 0,19 e dos homens, 0,24 e, em 2008, o universo feminino apresentava a renda mediana relativa de 0,32, o mesmo valor do masculino. Houve a redução do número de mulheres na categoria e o aumento expressivo da mediana. O valor da renda mediana relativa da renda hora do trabalho principal feminina é a segunda a obter um maior aumento entre as mulheres. Em 2008, cerca de 18,23% das mulheres presentes no mercado de trabalho eram empregadas domésticas, enquanto o índice masculino chegava a 0,86%. O índice de mulheres domésticas é indiscutivelmente alto, entretanto, o avanço da renda mediana relativa foi

importante para a categoria. A renda hora do trabalho principal da mulher presente na categoria autônomo precário apresentou um dos maiores aumentos da renda mediana relativa feminina. Em 1992 e 2008, a renda mediana relativa era 0,28 e 0,35, já a dos homens, respectivamente, 0,39 e 0,42.

Mas apesar da aquisição do aumento da renda, as mulheres domésticas assistiram ao aumento do distanciamento da renda mediana das mulheres capitalistas. Mostrando que o conflito não é apenas entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres. Em 1992, a porcentagem da renda mediana das mulheres domésticas era 11,50% da renda mediana das mulheres capitalistas, em 2008, esta porcentagem caiu para 7,5%. Mas a porcentagem da renda mediana masculina dos domésticos era em 1992 10,45% da renda mediana capitalista e em 2008, a porcentagem recuou para 9,09%.

O *gap* da renda mediana entre as mulheres também aumentou na porcentagem da renda das mulheres autônomas precárias da renda mediana das mulheres capitalistas, enquanto o *gap* da renda mediana entre os homens autônomos precários reduziu na porcentagem da renda mediana dos homens capitalistas.

Em relação à porcentagem da renda mediana das mulheres domésticas da renda das mulheres presentes em categorias que exigem credenciais e qualificações, tem-se que em 1992 a renda mediana das domésticas era 5,74% a renda das gerentes e, em 2008, este percentual reduziu para 3,33%. No caso dos qualificados, em 1992, o percentual da renda mediana das domésticas era 5,17% e em 2008, o valor era 2,5%.

É interessante notar que, em face à discrepante desigualdade de renda entre as mulheres proprietárias de ativos, com credenciais e qualificações e, as mulheres empregadas domésticas, há entre estes universos um misto de afetividade e de poder que conduz as ligações – patrões, patroas e empregadas, empregados - que permanecem além deste pagamento mínimo e alcançam uma grande dependência das primeiras em relação às atividades das domésticas, que supera o serviço de lavar, passar, cozinhar e arrumar casa. Entretanto, uma relação de hierarquia e estratificação entre estas categorias é reproduzida. Em termos, na consideração da antropóloga Jurema Brites:

Na realização das tarefas de cuidado e manutenção das famílias de camadas médias no Brasil – desempenhada, na esmagadora maioria das vezes, por mulheres pobres, fora da parentela dos empregadores – assim

como nas formas de remuneração e de relacionamento que se desenvolvem entre patrões e empregadas domésticas, reproduz-se um sistema altamente estratificado de gênero, classe e cor. A manutenção desse sistema hierárquico que o serviço doméstico desvela tem sido reforçada, em particular, por uma ambigüidade afetiva entre os empregadores – sobretudo as mulheres e as crianças – e as trabalhadoras domésticas (BRITES, 2007, p. 1).

No que se refere à categoria trabalhador, constatou-se uma estabilidade no período de comparação. Concentra-se nesta categoria uma porcentagem elevada de indivíduos que pouco se alterou nos dois momentos do tempo, 1992, com 37.03% e em 2008, com 37.02%. A renda da renda-hora mediana relativa da renda hora do trabalho principal feminino obteve uma pequena queda, de 0,42 em 1992 para 0,41 em 2008 e, a masculina, um ligeiro aumento, 0,46 para 0,49. O valor da renda mediana permaneceu quase inalterável para as mulheres, 11,22 em 1992 e, em 2008, 12,86. No caso dos homens, o aumento foi um pouco maior, 12,23 em 1992 e, em 2008, 15,57.

A categoria é composta por profissionais que compõe o trabalho de rotina, reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina e serviços administrativos, comércio e vendas. Em 1992, o percentual feminino era de 36,82% e, em 2008, esta taxa foi para 37,45%. Os dados da renda mediana relativa e da renda mediana mostram que a principal categoria em números de participantes não apresentou uma alteração significativa positiva no sentido de promover um dinamismo robusto na estrutura social brasileira e nem nas condições das mulheres no mercado de trabalho em termos de rendimento hora do trabalho principal.

Em todas as categorias, a renda mediana relativa dos homens no ano de 2008 foi maior do que a renda mediana relativa feminina, exceto na categoria dos especialistas. A análise da renda mediana relativa e da renda mediana indicou que não há uma relação de positividade obrigatória entre a inserção feminina e o aumento da renda. As categorias que apresentaram a entrada significativa de mulheres, como gerentes, autônomos especialistas e qualificados apresentaram uma redução ou um aumento modesto da mediana, com a renda média alta, provocado possivelmente pelos *outliers*, como no caso da categoria gerentes, que apresentou um cruzamento da renda mediana e da renda média em seus dados,

mostrando uma distribuição totalmente assimétrica na categoria e na constituição dos grupos feminino e masculino. Nota-se que os valores da renda mediana e da renda mediana relativa das categorias que partem do autônomo especialista até o supervisor sofreram alterações mais cruzadas e, assim, com distribuição altamente assimétrica, possivelmente porque são categorias profundamente afetadas pela escolaridade, mas também pelas modificações no *status* da profissão, pelo inchaço das categorias, pelos reflexos da reestruturação produtiva e econômica da década de 2000 (ALVES *et al*, 2003, p. 11).

É importante notar que as categorias pertencentes aos estratos mais desprivilegiados e destituídos de ativos, obtiveram o avanço da renda feminina, além de uma diminuição da presença feminina nas categorias. O que demonstra uma melhora, mesmo modesta, nas condições de trabalho no Brasil. As categorias de proprietários de ativos também apresentaram uma importante participação feminina contabilizada com o aumento da renda das mesmas.

Uma das questões que devem ser refletidas é se este aumento da renda mediana e da renda mediana relativa se reflete de uma forma simétrica ou assimétrica na aquisição da renda, entre as categorias de classes e no interior destas categorias.

6.8 Média e Média Relativa e Mediana e Mediana Relativa da renda hora do trabalho principal e a assimetria na distribuição das categorias de classe

É oportuno comparar a renda média e a renda média relativa com a mediana e a mediana relativa, pois esta análise permite visualizar as assimetrias na distribuição da renda hora do trabalho principal, entre as categorias e no interior das mesmas. O objetivo desta análise não é realizar uma avaliação exaustiva sobre a renda média e a renda média relativa, mas apontar como há uma dificuldade em se obter uma distribuição mais simétrica da renda e, ainda, em indicar que estas discrepâncias no pagamento da renda hora do trabalho principal independe do perfil da profissão, uma vez que há variáveis que tornam este processo mais complexo.

Tabela 6 - Valor total da média - geral e relativa renda/hora trabalhada – trabalho principal - 1992 e 2008

TIPOLOGIA	MÉDIA		MÉDIA RELATIVA	
	1992	2008	1992	2008
CAPITALISTA PEQUENO EMPREGADOR	109,01	163,61	2,67	3,31
AUT. COM ATIVO	44,61	56,33	1,09	1,14
AUT. AGRÍCOLA AUT.	24,07	30,64	0,59	0,62
ESPECIALISTA	9,49	13,63	0,23	0,28
GERENTE	92,8	102,83	2,28	2,08
ESPECIALISTA QUALIFICADO	55,7	60,89	1,37	1,23
SUPERVISOR	72,11	82,99	1,77	1,68
TRABALHADOR TRAB. ELEMENTAR	35,96	35,24	0,88	0,71
AUT. PRECÁRIO DOMÉSTICO	42,54	37,57	1,04	0,76
TOTAL	17,11	18,43	0,42	0,37
	6,99	11	0,17	0,22
	13,59	17,77	0,33	0,36
	6,01	11,37	0,15	0,23
	40,77	49,41	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora. A renda do trabalho foi deflacionada para efeito de comparação, com base no INPC, e expressa em valores de 2008

A renda média total em 1992 indicava o valor de 40,77 e, em 2008, a renda média era 49,40. A análise do valor da mediana apresenta um valor abaixo da renda média. Em 1992, o valor era de 26,49 e, no ano de 2008, este valor alcançou 31,64. Este fato pode ser provavelmente explicado em razão da mediana não ser sensível aos valores muito altos e aos valores muito baixos da distribuição, os quais podem ser verificados na medida de tendência central da média.

O maior aumento da variação da renda média relativa da renda/hora do trabalho principal ocorreu na categoria dos capitalistas, de 2,76 em 1992, alcançou em 2008, 3,31. O valor apresentado pela mediana para a variação da mesma categoria foi de 2,52 em 1992 e em 2008, 2,77. A relevante diferença entre a média e a mediana indica uma assimetria na distribuição de renda no interior das categorias.

Entre as categorias caracterizadas por ser conta-própria (com ativos de capital) ou empregador, a categoria de classe de autônomo especialista (com cinco empregados ou sem empregados) obteve queda da renda média relativa. Em 1992, este valor era 2,28 e, no ano de 2008, 2,08. Já a renda mediana relativa da mesma categoria oscilou de 2,21 em 1992 e em 2008, este valor chegou a 2,26. Os autônomos especialistas também apresentaram uma assimetria na distribuição, entretanto, a partir da análise da mediana relativa, constatou-se um ganho de renda se comparado à renda média geral.

Os trabalhadores elementares, constituídos por lixeiros, garimpeiros, ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas e carregadores de carga, trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros obtiveram ganho de renda média relativa hora do trabalho principal. O valor da média relativa estava em 0,17 em 1992 e, em 2008, este valor subiu para 0,22. Houve também o aumento do valor da mediana relativa de 0,24, em 1992, para 0,32, em 2008. Estes dados indicam uma assimetria na distribuição da renda dos trabalhadores elementares.

Salienta-se que entre os autônomos precários, constituídos por indivíduos destituídos de ativos de capital e de acesso a recursos de qualificação houve a assimetria de distribuição, entretanto, esta não se apresentou acentuada como nas categorias supracitadas. Em 1992 a média relativa foi de 0,33 e em 2008, este valor estava em 0,36. Já em 1992, o valor da mediana relativa era 0,33 e, em 2008, 0,40. No ano de 1992, média e mediana eram praticamente idênticas, com simetria de distribuição, a assimetria na categoria aprofundou no ano de 2008.

As categorias caracterizadas como privilegiadas e qualificadas assistiram à queda tanto do valor da mediana relativa, quanto da renda média relativa. A categoria de classe do especialista apresentou o seguinte comportamento: a mediana relativa variou nos dois momentos do tempo de 2,01 para 1,74 e, a renda média relativa, variou de 1,77 para 1,68. No ano de 2008 houve uma maior tendência para a assimetria na distribuição.

A categoria de gerente também apresentou queda da renda média relativa. De 1,37 em 1992, este valor em 2008 indicou, 1,23. Mas se forem analisados os dados da mediana, tem-se o aumento da renda nos dois momentos do tempo de 1,16 para 1,19. Ou seja, o comportamento inverso da renda média relativa.

Diversos fatores são responsáveis por esta oscilação de renda: maior possibilidade de achatamento dos salários e de uma relativa desvalorização da mão de obra qualificada que até então era valorizada e possuía um *status* próprio, até mesmo pela menor disponibilidade do mercado; valorização salarial das categorias caracterizadas como precárias, diminuição do preconceito de classe, gênero, raça, emprego, entre outras formas de seletividade, políticas públicas salariais e ações sindicais. E na análise da distribuição da renda nas categorias de classe, segundo a categoria de gênero, como ocorreu esta assimetria?

6.9 Média e Média Relativa e Mediana e Mediana Relativa da renda hora do trabalho principal e a assimetria na distribuição das categorias de classe, segundo a categoria de gênero

Inúmeros fatores estão envolvidos em uma distribuição de renda no interior das categorias de classe, como as transformações econômicas sociais, a experiência, o número de horas trabalhadas, a escolaridade, a segmentação e a própria discriminação nos universos feminino e masculino. Enfim, complexas são as redes que determinam a remuneração no emprego e, ainda, difícil de esgotá-las. As conseqüências destas dinâmicas no mundo laboral sobre a distribuição da renda de gênero, em categorias de classe específicas, podem ser analisadas abaixo.

Tabela 7 - Valor da média - masculino, feminina e valor da média relativa masculino e feminino renda/hora – trabalho principal - 1992 e 2008

TIPOLOGIA	MÉDIA				MÉDIA RELATIVA			
	MASC		FEM		MASC		FEM	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008	1992	2008
CAPITALISTA PEQUENO EMPREGADOR AUT. COM ATIVO	112,45	167,09	85,12	153,59	2,76	3,38	2,09	3,11
AUT. AGRÍCOLA AUT.	44,79	57,21	43,75	53,91	1,10	1,16	1,07	1,09
ESPECIALISTA GERENTE	24,82	63,12	21,09	27,32	0,61	1,28	0,52	0,55
ESPECIALISTA QUALIFICADO	9,96	13,85	6,71	12,11	0,24	0,28	0,16	0,25
SUPERVISOR	97,74	112,62	80,51	89,53	2,40	2,28	1,97	1,81
TRABALHADOR TRAB.	60,10	65,84	42,57	52,95	1,47	1,33	1,04	1,07
ELEMENTAR AUT. PRECÁRIO	84,49	102,87	55,99	66,60	2,07	2,08	1,37	1,35
	36,14	56,64	35,67	32,36	0,89	1,15	0,88	0,65
	44,50	39,04	34,60	34,09	1,09	0,79	0,85	0,69
	17,43	19,55	16,55	16,56	0,43	0,40	0,41	0,34
	6,85	10,72	7,56	11,93	0,17	0,22	0,19	0,24
	14,54	18,42	12,45	16,95	0,36	0,37	0,31	0,34

DOMÉSTICO	7,51	12,65	5,92	11,28	0,18	0,26	0,15	0,23
TOTAL	43,18	56,89	34,50	44,55	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora. A renda do trabalho foi deflacionada para efeito de comparação, com base no INPC, e expressa em valores de 2008

No caso da categoria de classe dos capitalistas a diferença de renda média por hora do trabalho principal de homens e de mulheres reduziu significativamente. Em 1992, a renda média masculina era de 112,46 e a feminina, 85,12. Já em 2008, estes valores indicavam, respectivamente, 67,09 e 153,59. Já a mediana relativa referente às mulheres indicou o valor de 2,21 e 2,37 nos anos de 1992 e 2008 e, o valor para os homens foi, respectivamente, 2,52 e 2,57.

As categorias que apresentaram uma queda da renda média relativa ou da renda mediana relativa, na comparação dos anos de 1992 e de 2008, autônomo especialista, especialista, supervisor, gerente, qualificado e trabalhadores apresentaram a seguinte variação de renda média relativa dentro das categorias, na avaliação segundo, gênero.

A categoria gerente apresentou um aumento de renda média relativa por horas trabalhadas das mulheres nos dois momentos do tempo, de 1,04 para 1,07; já os homens assistiram a queda na renda, de 1,47 para 1,33. A análise da mediana relativa da renda/hora do trabalho principal indicou no universo feminino, em 1992, o valor de 1,11 e, em 2008, 1,05. Ao contrário da renda mediana relativa dos homens, que obteve aumento. Em 1992, o valor era de 1,22 e, em 2008, 1,29. Em se tratando de renda média, tem-se os seguintes valores: para as mulheres, em 1992, 42,57 e, em 2008, 52,95. Já para os homens, em 1992, 60,10 e, em 2008, 65,85. A mediana da renda masculina nos anos de 1992 e 2008, respectivamente, 32,27 e 40,90, e da renda feminina, em 1992, 29,34 e, em 2008, 33,34. Mostrando uma assimetria maior na distribuição em 2008.

Através da análise da categoria dos gerentes, constata-se um pequeno aumento da renda média relativa das mulheres e uma variação negativa da mediana do universo feminino. Nota-se que o valor da renda mediana relativa masculina também cresceu consideravelmente, oposto da realidade das mulheres.

No interior da categoria de classe dos qualificados, a diferença das rendas médias relativas feminina e masculina não diminuiu, neste caso específico, aumentou. Se em 1992, a renda média relativa masculina era de 0,89 e a feminina, 0,88, em 2008, estes

valores passaram respectivamente para 1,15 e 0,65. A mediana para os dois sexos era 1,0 em 1992 e, em 2008, estes números recuaram para 0,87, no caso masculino e 0,79 para o universo feminino. Se a simetria da distribuição era real em 1992, em 2008 há a indicação da assimetria na distribuição.

Nas categorias de trabalhador elementar e de doméstico, a diferença da renda média relativa entre os homens e as mulheres não obteve alteração. Na primeira categoria, em 1992 a renda referente às mulheres era de 0,19 e aos homens, 0,17 e, em 2008, o universo feminino apresentava a renda relativa de 0,24 e o masculino, de 0,22. Com a renda relativa favorável, nesta categoria, às mulheres. A diferença entre a renda relativa dos homens e das mulheres domésticas também permaneceu a mesma. Mesmo com a diminuição das mulheres na categoria. Em 1992 e 2008, a renda relativa das mulheres era de 0,15 e de 1,23 e dos homens, para os dois momentos no tempo, 0,18 e 0,23. A categoria autônomo precário apresentou modesta redução no *gap* de renda nos dois momentos do tempo. Em 1992 e 2008, a renda média relativa das mulheres era de 0,31 e 0,34, já a dos homens, respectivamente, 0,36 e 0,37. Ou seja, as menores discrepâncias de renda média relativa ocorreram entre as três categorias mais precárias. O fluxo de homens e de mulheres na formação destas classes foi pequeno, sendo que a categoria de autônomo precário obteve o maior aumento feminino, se comparados os anos de 1992 e 2008, de 3,98%.

A categoria trabalhador concentra uma porcentagem elevada de indivíduos que pouco se alterou nos dois momentos do tempo, 1992, com 63,18% e em 2008, com 62,55%. A categoria é composta por profissionais que compõem o trabalho de rotina, reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina e serviços administrativos, comércio e vendas. Tanto a renda da mediana relativa quanto a média relativa femininas obtiveram queda, já a renda média e a renda média masculinas mantiveram uma relativa estabilidade. No caso do universo dos homens, mediana e média se aproximaram mais acentuadamente, se comparado ao grupo masculino.

Constatou-se na análise as assimetrias na distribuição da renda hora do trabalho principal, entre as categorias de classe e no interior destas categorias, conforme gênero.

Mediana e mediana relativa e, média e média relativa apresentam disposições bem distintas, em parte considerável das categorias analisadas. Mas a real extensão nesta desigual distribuição será fornecida pela análise do coeficiente de variação-medida de desigualdade.

6.10 Coeficiente de variação-medida de desigualdade: análise por categoria de classe

O coeficiente de variação utilizado como um importante instrumento de análise da desigualdade é uma medida relativa de dispersão relevante para a comparação em termos relativos do grau de concentração em torno da média salarial. Por ser o valor deste indicador independente das unidades utilizadas na distribuição de freqüências ele é útil para comparar diferentes distribuições e qualificar os valores de uma dada variável. A facilidade de calculá-lo e de interpretar seus resultados contribui para que os resultados sejam amplamente difundidos. O cálculo do coeficiente ocorre a partir da relação entre o desvio-padrão e a média μ da distribuição, no caso da dissertação, a renda/hora do trabalho principal.

O índice é compreendido como quantas vezes o desvio padrão é maior do que a média. Por esta razão, quanto maior a renda média, menor deverá ser a medida de desigualdade e, contrariamente, quanto maior for o desvio padrão, maior será a desigualdade (SOARES, 2007).

No caso específico da dissertação, a renda hora proveniente do trabalho principal, dificilmente será a mesma nos dois períodos do tempo, 1992 e 2008, pois este rendimento possui várias fontes de variabilidade ou mecanismos causais.

Tabela 8 - Coeficiente de variação renda/hora trabalho principal -categoria de classe/ Pnad 1992 e 2008

TIPOLOGIA	MÉDIA/DESVIO-PADRÃO/COEFICIENTE DE VARIACÃO					
	Média		Desvio-Padrão		Coef. variação	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008
CAPITALISTA	109,01	163,61	152,15	309,51	1,39	1,89
PEQUENO EMPREGADOR	44,61	56,33	69,87	98,29	1,56	1,74
AUT. COM ATIVOS	24,07	30,64	35,61	72,13	1,47	2,35
AUT. AGRÍCOLA	9,49	13,63	16,69	26,67	1,75	1,95
AUT. ESPECIALISTA	92,80	102,83	119,39	117,20	1,28	1,13
GERENTE	55,70	60,89	73,99	89,60	1,32	1,47
ESPECIALISTA	72,11	82,99	67,53	115,45	0,93	1,39
QUALIFICADO	35,96	35,24	35,98	43,03	1,00	1,22
SUPERVISOR	42,54	37,57	43,94	40,77	1,03	1,08
TRABALHADOR TRAB. ELEMENTAR	17,11	18,43	19,73	19,37	1,15	1,05
TRAB. AUT. PRECÁRIO	6,99	11,00	5,85	7,08	0,83	0,64
DOMÉSTICO	13,59	17,77	19,83	25,22	1,45	1,41
	6,01	11,37	5,54	11,88	0,92	1,04

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora. A renda do trabalho foi deflacionada para efeito de comparação, com base no INPC, e expressa em valores de 2008

Na análise comparativa realizada através dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (Pnad), analisou-se os coeficientes de variação a fim de verificar através desta medida de desigualdade como variou a dispersão salarial nas categorias. As que apresentaram uma maior oscilação do coeficiente de variação na renda/hora trabalhada implicando em uma desigualdade mais elevada entre os indivíduos de uma categoria específica foram: autônomo com ativo; capitalista; especialista; qualificado; autônomo agrícola; pequeno empregador; gerente e supervisor.

Os trabalhadores que possuem uma qualificação mais restrita ou nenhuma especialidade, com exceção dos domésticos, englobando profissões precárias, como nas categorias dos trabalhadores, trabalhadores elementares e dos autônomos precários, se

comparados às demais categorias apresentaram uma redução no coeficiente de variação, com a queda da desigualdade. Entre os anos de 1992 e 2008, o coeficiente de variação alterou, para os trabalhadores em -0.10; trabalhadores elementares, -0.19 e autônomos precários, -0.04. Entretanto, o empregado doméstico, categoria tradicionalmente destituída de ativos e com uma das rendas mais baixa do mercado, apresentou uma alteração no coeficiente de variação de 0,12.

Analisando-se a desigualdade entre as categorias de classe, constatou-se que a maior heterogeneidade ocorreu nos posicionamentos socioeconômicos privilegiados, com posse de ativos de capital. As categorias caracterizadas pela qualificação e especialidade também apresentaram um aumento da desigualdade. Já as categorias mais precárias, com exceção dos domésticos, apresentaram uma queda na desigualdade. Às análises das aquisições desiguais da renda proveniente do trabalho principal entre as categorias de classe, acrescenta-se à verificação do coeficiente de variação, por categoria de classe e gênero.

6.11 Coeficiente de variação-medida de desigualdade: análise por categoria de classe e gênero dos anos de 1992 e 2008.

A temática da “mulher” surgiu balizada no reconhecimento de que as relações assimétricas entre homens e mulheres são de caráter social e cultural e que há a existência de uma atribuição do exercício de poder desigual a ambos os sexos. Entretanto, um ponto a ser considerado é o caráter, por ora, díspar, na condução das interações no interior do próprio universo feminino. Continuamente, o estudo da desigualdade entre as próprias mulheres encontra um espaço de pesquisa. Seja entre patroa e empregada, brancas e negras, no acesso ao mercado de trabalho ou nas determinações de renda do emprego. O estudo do coeficiente de variação permitirá analisar como a homogeneidade ou a heterogeneidade da distribuição de renda no interior das categorias, seja no universo feminino, seja no universo masculino (BRITES, 2007; FIGUEIREDO SANTOS, 2008; MELO, 2005).

Tabela 9 - Coeficiente de variação renda/hora trabalho principal -categoria de classe e categoria de gênero/ Pnad 1992 e 2008

SEXO	MÉDIA RENDA/HORA DO TRABALHO PRINCIPAL (COEFICIENTE DE VARIÇÃO)			
	MASC		FEM	
TIPOLOGIA	1992	2008	1992	2008
CAPITALISTA				
PEQUENO	112,46 (1,40)	167,09 (1,70)	85,12 (1,15)	153,59 (2,41)
EMPREGADOR	44,79 (1,49)	57,20 (1,57)	43,75 (1,88)	53,90 (2,19)
AUT. COM ATIVOS	24,82 (1,50)	63,13 (1,97)	21,09 (1,28)	27,33 (3,29)
AUT. AGRÍCOLA	9,97 (1,72)	13,85 (1,96)	6,70 (1,99)	12,12 (1,83)
AUT. ESPECIALISTA	97,74 (1,32)	112,63 (1,20)	80,52 (1,09)	89,53 (0,94)
GERENTE	60,10 (1,34)	65,85 (1,17)	42,57 (1,06)	52,90 (1,99)
ESPECIALISTA	84,49 (0,90)	102,87 (1,48)	55,99 (0,89)	66,59 (1,01)
QUALIFICADO	36,14 (0,99)	56,64 (1,46)	35,68 (1,00)	32,36 (0,80)
SUPERVISOR	44,49 (0,98)	39,05 (1,07)	34,59 (1,28)	34,09 (1,09)
TRABALHADOR	17,43 (1,16)	19,55 (0,98)	16,55 (1,13)	16,56 (1,16)
TRAB. ELEMENTAR	6,86 (0,85)	10,72 (0,65)	7,57 (0,76)	11,93 (0,60)
AUT. PRECÁRIO	14,54 (1,42)	18,42 (1,38)	12,45 (1,50)	16,96 (1,46)
DOMÉSTICO	7,52 (0,90)	12,66 (0,87)	5,92 (0,91)	11,28 (1,05)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora. A renda do trabalho foi deflacionada para efeito de comparação, com base no INPC, e expressa em valores de 2008

Iniciando-se da análise da categoria capitalista, em 1992, quando havia 12,59% de mulheres na categoria, o coeficiente era 1,15 e o masculino, 1,40. Já no ano de 2008, ao lado do aumento da inserção feminina na categoria e do aumento da renda, o coeficiente chegou a 2,41 e o masculino, 1,70. Estes valores demonstram que o aumento da desigualdade ocorreu de forma mais incisiva entre as mulheres, com um maior coeficiente de variação. A maior desigualdade entre o universo feminino ocorreu também na categoria pequeno empregador, a dispersão em 2008 foi de 2,19 e, em 1992, esta mesma dispersão era de 1,88.

A categoria autônomo com ativo apresentou uma grande variação de dispersão em relação à média, principalmente entre as mulheres. Comparando os anos de 1992, 1,28 com 2008, 3,29 da renda/hora e, o coeficiente de variação masculina em 1992 e 2008 foi de 1,50 para 1,97. Na categoria especialista houve o aumento mais acentuado no coeficiente de variação na renda/hora masculina. O coeficiente de variação, especialmente o masculino,

era em 1992, 0,90 e em 2008, 1,48. Já o percentual feminino em 1992, era 0,89 e, em 2008, chegava a 1,01.

Por sua vez, a categoria dos autônomos especialistas apresentou no ano de 2008 um aumento substantivo de mulheres na categoria. Em 1992, o percentual masculino era de 71,31 e o feminino, 28,69, mas em 2008 o percentual feminino subiu para 41,94. A categoria, seja em sua formação feminina ou em sua formação masculina, apresentou uma menor dispersão salarial em relação à média, acarretando uma maior homogeneidade e redução da desigualdade. O coeficiente de variação da renda masculina em 1992 foi de 1,32, e em 2008, 1,20; já a do coeficiente da renda feminina, em 1992 era 1,09 e, em 2008, 0,94.

Na categoria de qualificado é interessante notar que os coeficientes de variação da renda hora, feminina e masculino, eram próximos em 1992, respectivamente, 1,00 e 0,99, mas no ano de 2008 a dispersão aumentou consideravelmente na renda hora masculina, cujo coeficiente chegou a 1,46, já na renda hora feminina houve uma maior homogeneidade interna, pois o coeficiente alcançou o índice de 0,80. Na categoria de supervisor também é notória a redução do coeficiente de variação da renda feminina de - 0,19 em relação à média, já na renda hora masculina houve o aumento do índice em 0,09, acentuando a desigualdade entre os homens.

As categorias, trabalhador elementar e autônomo precário, obtiveram uma queda no coeficiente de variação da renda hora trabalhada tanto no grupo feminino, quanto no grupo masculino, acentuando a redução da desigualdade da renda hora entre os homens. Na categoria dos domésticos, a homogeneidade se acentuou entre os homens e a dispersão ocorreu no universo feminino. Em 1992, o coeficiente de variação da renda hora masculino era de 0,90 e em 2008, 0,87, por sua vez, o índice referente ao coeficiente de variação do universo feminino era 0,91 e, em 2008, 1,05.

O coeficiente de variação resultou em maior desigualdade entre as mulheres de uma mesma categoria, no que se refere à renda hora, nas seguintes categorias de classe: capitalista, pequeno empregador, autônomo com ativo e doméstico. Obtiveram queda no coeficiente de variação, tanto em sua constituição feminina, quanto em sua configuração masculina, as categorias, autônomo especialista, trabalhador elementar, autônomo precário, mas com a acentuação nesta redução do coeficiente entre os homens. Já as categorias que

obtiveram uma maior dispersão do coeficiente da renda hora dos homens foram a especialista, a qualificada e o supervisor.

Este resultado nos mostra uma realidade importante, na qual, onde houve os maiores crescimentos na renda mediana, ocorreu o aumento da desigualdade (mensurada através do coeficiente de variação da média) entre as mulheres, demonstrando que esta distribuição da renda hora do trabalho principal não ocorreu de forma linear no interior da categoria, no que se refere à categoria de gênero. As categorias nas quais a renda hora feminina foi mais constante ou sofreu uma oscilação mais modesta em dois períodos do tempo, 1992 e 2008, na renda mediana, foram aquelas que obtiveram a queda do coeficiente de variação menos brusca. Ou seja, a variação do coeficiente é inversa à renda computada em determinada categoria, neste caso específico, em cada categoria de classe, seja masculina ou feminina.

Se dentro das categorias, na comparação do coeficiente de variação da renda hora trabalhada de homens e de mulheres nos anos de 1992 e 2008, o maior índice de dispersão ocorreu entre as mulheres; entre as categorias, o coeficiente de variação da renda hora feminina aumentou no ano de 2008, se comparado a 1992. A dispersão salarial se tornou mais acentuada no segundo momento do tempo. Tradicionalmente, o *gap* de renda entre os homens é maior do que o *gap* de renda entre as mulheres.

Na análise do coeficiente de variação da renda hora trabalhada das mulheres nas categorias capitalista e doméstica, em 1992, os coeficientes de variação da dispersão entre as duas categorias se apresentaram notadamente menores se analisados à luz dos índices de 2008. O mesmo pode ser encontrado na comparação, por exemplo, entre as mulheres gerentes e as mulheres autônomas precárias. A alta dispersão do coeficiente de variação feminino no interior de diversas categorias, se comparados os anos de 1992 e 2008, ajudam a explicar o porquê deste paradoxo. A contradição na aquisição de renda das mulheres é que este aumento vem acompanhado da desigualdade do coeficiente de variação da renda hora das próprias mulheres entre as categorias.

A determinação de renda sempre se configura de uma maneira complexa. As possíveis variáveis envolvidas nesta dinâmica de distribuição assimétrica serão analisadas através da regressão linear. Espera-se compreender, ainda, em que medida as mudanças de gênero nas categorias de classe causaram efeito sobre estes deslocamentos de renda.

6.12 Análise da regressão linear simples e múltipla, com ajuste das médias, dos modelos sem controle, com controle de gênero, controle diversos e controle + educação

Utilizou-se a análise de regressão linear múltipla para o ajuste das médias com o objetivo de tornar possível a comparação de cada categoria de classe com a categoria de referência, trabalhador típico. Esta opção metodológica também permite verificar se houve a influência de gênero nas mudanças da renda mensal do trabalho principal e, também, quais as outras variáveis passíveis de causar impacto nesta renda.

Verificou-se, ainda, o poder explicativo em relação à variável resposta, renda mensal, das variáveis relacionadas às regiões brasileiras, às raças, à experiência, a horas trabalhadas e a educação. Para tanto, verificaram-se os coeficientes ($\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$) e sua significância estatística na análise dos modelos sem controle, com controle de gênero, com controles diversos e com controle + educação.

Além destas análises, será verificado o valor explicativo dos modelos da regressão ou coeficiente de determinação, R^2 . Pode-se frisar, de antemão, que os efeitos das variáveis explicativas e a variável resposta não são obrigatoriamente lineares, entretanto, o objetivo de compreender sua análise funcional específica ultrapassa o objetivo deste estudo (NEDER; WOOLDRIDGE, 2006).

Tem-se, portanto, os seguintes modelos:

(I)- Sem controle: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + u = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + u$

(II)- Com controle gênero: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + u = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + \beta_2 \text{masc} + u$

(III)- Com controles diversos: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_{22} X_{22} = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + \beta_2 \text{masc} + \dots + \beta_{22} \text{hstrabp} + u$

(IV) – Controles + Educação: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_{23} X_{23} = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + \beta_2 \text{masc} + \dots + \beta_{23} \text{educação} + u$

Interpreta-se:

β_0 : ponto de interseção que indica o valor de y , quando com $x=0$.

$\beta_1, \beta_2 \dots \beta_{23}$: coeficiente de inclinação. Apresenta a mudança na variável dependente y relacionada a cada alteração de uma unidade x na variável independente.

u: termo de erro fator no termo de erro pode estar correlacionado com qualquer variável explicativa.

Categorias de classe: cat. capitalista, cat. pequempre, cat. aut_com ativos, cat. aut_agríco, cat. auto_espec, cat. gerente, cat. especialista, cat. qualificado, cat. supervisor, cat. aut_precário, cat. doméstico, cat. elementar. Variável de referência omissa na regressão: trabalhador típico.

Gênero: feminino (0) e masculino (1). Variável de referência omissa na regressão: feminino.

Região: norte, centroeste, sudeste, sul. Variável de referência omissa na regressão: nordeste.

Raça: branco5, amarelo5, preto5, indígena5. Variável de referência omissa na regressão: pardo5.

Experiência. Hstrabp. Educação

No que se refere a dados específicos do modelo da regressão necessários para a realização desta análise, apresenta-se, segundo o professor Henrique Neder:

N. de Obs: Número de observações utilizadas na estimativa.

β_1 ($\beta_2 \dots \beta_{23}$): Os valores destes coeficientes servem para verificar quais são as variáveis que tem maior “força” explicativa em y, independentemente de suas distintas escalas ou unidades de medida utilizadas. Estes coeficientes são algumas vezes caracterizados como betas parciais ou coeficientes parciais de regressão.

Nível de Significância: O valor do coeficiente b numa regressão é estatisticamente significativo quando existe uma probabilidade (P) muito pequena de que este resultado seja aleatório, ou que caia dentro das possibilidades normais da distribuição de valores. Se o p-value é pequeno (<0,50) a correlação é significativa e as duas variáveis são linearmente dependentes ou relacionadas e vice-versa.

R² ajustado: “O coeficiente de determinação, ou R², é uma medida de uso comum da excelência do ajuste, aos dados, de determinado modelo linear. O coeficiente de determinação corresponde à proporção da variação da variável dependente “explicada” pelo

modelo de determinação de renda. Utiliza-se aqui o chamado R^2 ajustado” (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 243-244).

Tabela 10 - Síntese dos coeficientes significativos e sem significância estatística para os modelos com renda mensal do trabalho principal como variável dependente e nas seguintes condições de análise: sem controle, controle de gênero, controles diversos e controle + educação

TIPOLOGIA	SEM CONTROLE		CONTROLE GÊNERO		CONTROLES DIVERSOS		CONTROLES + EDUCAÇÃO	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008	1992	2008
Capitalista	4152,93	5420,11	4091,05	5381,21	3954,09	5142,54	3588,62	4841,36
Pequemp	1311,396	1567,54	1260,72	1579,208	1163,33	1368,58	1043,89	1270,94
Aut_com	360,20	413,76	317,15	387,18	280,19	290,08	260,90	278,80
ativos								
Aut_agríco	-286,58	-267,24	-343,23	-350,22	-283,94	-361,53	-38,93	-100,04
Auto_espec	2484,97	2736,86	2464,19	2753,50	2383,64	2653,89	1762,18	2183,95
Gerente	1651,46	1694,60	1621,56	1697,95	1578,09	1609,90	1258,57	1343,10
Especialista	1975,05	2106,71	1992,00	2165,00	1936,29	2132,69	1381,68	1709,35
Qualificado	613,12	513,63	617,75	569,85	603,19	584,75	316,86	336,78
Supervisor	1115,23	753,46	1071,70	727,90	1009,93	657,34	815,43	511,85
Aut_precári	-224,20	-195,23	-202,89	-172,29	-167,23	-154,93	-5,09	-30,33*
Doméstico	-473,82	-396,64	-326,92	-207,90	-304,27	-195,49	-1,28	46,88*
Elementar	-389,66	-306,05	-433,73	-352,61	-376,92	-300,62	-96,56	-63,32
Masculino			255,65	336,09	219,51	282,94	329,98	374,79
Norte				210,53	86,40	144,29	20,13	84,03*
Centroeste					151,08	372,18	79,83	314,27
Sudeste					272,49	240,44	197,23	171,58
Sul					163,59	175,37	99,59	118,45
Branco5					190,40	214,94	101,47	150,19
Amarelo5					933,66	436,90	725,60	300,63
Preto5					-16,99*	19,04*	-3,47*	6,03*
Índigena5					52,97*	-17,54*	32,90*	-8,99*
Experiência					3,15	8,45	7,52	15,10
Hstrabp					3,82	8,43	5,03	8,65
Educação							82,79	80,90
Const	698,99	756,8575	281,82	210,54	-177,44	-515,20	-929,66	-1422,91
N. de Obs.	115103	167318	115103	167318	114883	167318	114476	166.578

Fonte: tabulação da autora. Dados: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. O símbolo (*) se refere aos coeficientes que não apresentaram o nível de significância de 5%. Aquelas variáveis com a ausência do símbolo obtiveram uma relação estatisticamente significativa, com a variável dependente, renda mensal

6.13 Análise da regressão dos modelos sem controle e com controle de gênero em 1992 e 2008

A análise do modelo sem controle, nos anos de 1992 e de 2008 apresentou todas as variáveis cujos coeficientes apresentavam significância estatística ao nível de 5%.

O modelo possui a seguinte equação:

(I)- Sem controle: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + u = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + u$

Já o modelo controle gênero, tanto para o ano de 1992, quanto para o ano de 2008 indica que todas as variáveis apresentaram uma relação estatisticamente significativa, ao nível de 5%, com a variável dependente renda mensal do trabalho principal. O modelo é representado da forma subsequente:

(II)- Com controle gênero: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + u = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + \beta_2 \text{masc} + u$

No modelo sem controle, analisando-se o ano de 1992, as variáveis que apresentaram um maior impacto sobre a variável dependente da renda mensal do trabalho principal foram capitalistas, 4152.99; autônomo especialista, 2484.97; especialista, 1975.05. No estudo com o modelo do controle de gênero, no ano de 1992, o impacto destes coeficientes se alterou muito pouco. Tem-se, portanto: capitalistas, 4091.06; autônomo especialista, 2464.19 e, especialista, 1992.00. Estes dados também implicam que os capitalistas ganham 4152.99 reais a mais que os trabalhadores típicos, no modelo sem controle. Já no modelo com controle, este valor apresentou uma pequena redução e foi para 4091.06 reais a mais que a variável de referência.

No ano de 2008, na comparação dos modelos sem controle e com controle de gênero, o comportamento do efeito provocado pelas variáveis explicativas sobre a variável resposta não se alterou muito, permaneceu constante. Nos respectivos modelos, as variáveis indicaram: capitalistas, 5420.11 e 5381.21; autônomo especialista, 2736.86 e 2753.50 e, especialista, 2106.71 e 2165.00. Ou seja, excluindo o efeito de gênero o poder explicativo das variáveis não se alterou.

Já as variáveis relacionadas às categorias com credenciais e especialidades, como as variáveis, qualificado e supervisor, no ano de 1992, obtiveram uma estabilidade nos coeficientes, da mesma forma que a especialista e a gerente, na comparação dos modelos com e sem controle de gênero: supervisor, 1115.23 e 1071.69 e qualificado, 613.12 e 617.75. No ano de 2008, a estabilidade permanece na aquisição da renda mensal do trabalho principal quando se controla a variável gênero. Para os modelos com controle e sem controle: gerente, 1694.60 e 1697.95; qualificado, 513.63 e 569.85 e supervisor, 753.46 e 727.90. Isto significa, por exemplo, que se no modelo sem controle, os gerentes recebiam 1697.95 reais a mais que os trabalhadores típicos, quando se controla o impacto

de gênero, este valor praticamente não se modifica, R\$1.694.60 (hum mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos).

Nas variáveis presentes na base da tipologia de classe, como trabalhador elementar e autônomo precário, a diferença de renda em relação à variável de referência apresentou um aumento bem modesto. A variável, trabalhador elementar, em 1992, no modelo sem controle e com controle, indicou os respectivos valores de aquisição da renda mensal se comparados aos trabalhadores típicos, menos 389.66 reais e menos 433.73 reais. Por sua vez, a variável, autônomo precário, apresentou os respectivos valores para os modelos sem controle e com controle de gênero, sempre em comparação com a variável de referência, menos 224.20 reais e menos 202.89 reais.

Os modelos sem controle e com controle de gênero aplicados no ano de 2008 indicaram que as variáveis trabalhador elementar e autônomo precário não foram afetadas fortemente pelo controle do efeito de gênero, por isso não houve uma diferença de renda substantiva em relação aos trabalhadores típicos. A variável autônomo precário obteve a seguinte variação no ganho de renda mensal, 195,23 reais e 172,29 reais, a menos, se comparados com o trabalhador típico.

Já a variável trabalhador elementar recebeu, respectivamente, para os dois modelos, 306.05 reais e 352.61 reais a menos da categoria trabalhador típico. Quando se controla gênero, as variáveis apresentaram um pequeno aumento na diferença de renda em relação à variável de referência. Ou seja, com controle de gênero, as variáveis autônomo precário e trabalhador elementar receberam a menos que os trabalhadores típicos, respectivamente, 172.29 reais e 352.61 reais.

Conclui-se, portanto, na comparação entre os dois modelos, e nos dois anos de comparação, 1992 e 2008, que a renda mensal do trabalho principal das categorias de classe apresentou alterações ponderáveis. A variável que obteve uma variação mais saliente se refere à dos domésticos. Por exemplo, no modelo sem controle, os domésticos recebiam 473.82 reais a menos que os trabalhadores típicos e, no modelo com controle, este valor passou a ser menos 326.92 reais.

Mesmo que a variável doméstico não apresente tanto impacto sobre a renda mensal, ela reduziu sua diferença de renda com a variável de referência. No ano de 2008, na comparação dos modelos com controle de gênero e sem controle, quando se exclui a

influência de gênero, os coeficientes indicam -396.54 e - 207.90. Se no primeiro modelo, os domésticos ganhavam menos 396.54 reais mensais em relação aos trabalhadores típicos, em 2008, este valor indicou 207.90 reais a menos que a variável de referência.

A análise do modelo controle de gênero demonstra que gênero apresenta pouco efeito sobre a variável dependente no ano de 1992. O efeito da variável masculino sobre a renda mensal do trabalho principal é de apenas 255.65. Este valor também implica que os homens ganham 255.65 reais a mais do que as mulheres. No ano de 2008, este valor era de 336.09, o que significa que os homens ganhavam 336.09 reais a mais que os trabalhadores típicos.

6.14 Análise da regressão do modelo com controles diversos em 1992 e 2008

No modelo de regressão com controles diversos, tem-se o seguinte modelo:

(III) - Com controles diversos: $y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_{22} X_{22} = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + \beta_2 \text{masc} + \dots + \beta_{22} \text{hstrabp} + u$

São relacionadas seguintes variáveis: cat. capitalista, cat. pequempre, cat. aut_com ativos, cat. aut_agríco, cat. auto_espec, cat. gerente, cat. especialista, cat. qualificado, cat. supervisor, cat. aut_precário, cat. doméstico, cat. elementar, ao gênero, à região, à raça, à experiência e a horas trabalhadas, masculino, norte, centroeste, sudeste, sul, branco5, amarelo5, preto5, indígena5, experiência e hstrabp.

Analisando-se o impacto da variável gênero sobre a renda mensal do trabalho principal, verifica-se que este efeito não sofreu uma modificação substancial na comparação dos modelos sem controle, com controle gênero e com controle diversos.

No ano de 1992, no modelo controles diversos, controlada as demais variáveis, a variável gênero apresentou um impacto de 219.52 sobre a variável resposta, renda mensal. Valor aproximado para o ano de 1992, no modelo com controle gênero foi 255.65. Já no ano de 2008, no modelo controles diversos, este valor indicou 282.94 e, no modelo controlado por gênero, também para o ano de 2008, o valor também foi aproximado, 336.09. Estes dados dos coeficientes são importantes porque além de indicarem o impacto de gênero sobre a variável resposta, sinalizam a variação da renda mensal do trabalho principal masculino, com a variável de referência, feminino. Controladas as variáveis, no

modelo controlado por gênero em 2008, os homens ganhavam, 336.09 a mais que a categoria de referência, feminino, e no modelo controles diversos, este valor era, em 2008, 255.65 reais a mais do que as mulheres.

Mas, controladas todas as variáveis, inclusive a de gênero, como se comportou a diferença da renda mensal do trabalho principal das variáveis relacionadas às categorias de classe? A análise do modelo controles diversos demonstra, comparando estas variáveis com a variável de referência – trabalhador típico - que elas com poucas exceções as mesmas não obtiveram um aumento substancial da renda mensal do trabalho principal.

No modelo controles diversos os domésticos apresentaram um pequeno aumento na renda mensal, se comparado à categoria de referência. Por exemplo, em 1992, no modelo sem controle, os domésticos recebiam 473,82 reais a menos que os trabalhadores típicos e, no ano de 1992, no modelo controles diversos, este valor passou para menos 304, 27 reais. Se a análise for feita neste modelo, mas no ano de 2008, os domésticos recebem a menos que a categoria de referência, 195, 49 reais. Além do efeito de gênero, a renda mensal do trabalho principal dos domésticos apresenta uma melhora quando se controlam as demais variáveis: região, horas trabalhadas, experiência e raça.

No controle das variáveis do modelo controles diversos, a variável pequeno empregador apresenta um importante aumento na renda mensal do trabalho principal no ano de 2008, se comparado ao modelo controle de gênero, do mesmo ano. Quando se verifica o efeito de gênero, o pequeno empregador recebe 531.03 reais a mais do que a categoria de referência. Por sua vez, no modelo com controles diversos, o aumento da renda mensal do trabalho principal foi notório, o valor passou para 1368.58 reais. Ou seja, os pequenos empregadores estavam ganhando 1368.58 reais a mais que os trabalhadores típicos.

Na comparação dos modelos sem controle e com controles diversos, tanto em 1992, quanto em 2008, inserindo outras variáveis explicativas, além de gênero, e as controlando, as variáveis capitalistas, autônomo precário e trabalhador elementar apresentam o mesmo comportamento na diferença de renda, à luz da categoria de referência do trabalhador típico. Os capitalistas permanecem no topo da tipologia, com uma vantagem notória em relação ao trabalhador típico; por sua vez, o trabalhador elementar apresentou o

pior impacto sobre a variável resposta, renda mensal, recebendo menos que o trabalhador típico. Esta última análise também se aplica à variável autônomo precário.

É possível fazer uma análise para os dois momentos do tempo, com conclusões similares nos dois modelos, sem controle e controle diversos, no que se refere às variáveis relacionadas às categorias de classe que necessitam de credenciais e especialidades como, gerente, especialista e qualificado. Elas também mantiveram uma rentabilidade da renda mensal do trabalho principal relativamente estável, se comparada à categoria de referência. As variáveis, autônomo agrícola, autônomo especialista e supervisor apresentaram uma pequena diferença na renda, sem alterações significativas.

Já os autônomos com ativos, no modelo sem controle e no modelo controles diversos, apresentaram um menor distanciamento da renda mensal, em relação à categoria de referência. Em 1992, no modelo sem controle, os autônomos com ativos ganhavam 360.20 a mais que os trabalhadores típicos e no modelo controles diversos, os autônomos com ativos recebiam no ano de 1992, 413.76 a mais que a variável de referência. Já no modelo sem controle, em 2008, a diferença na renda mensal diminuiu para 280.19 e no modelo controles diversos, no ano de 2008, este valor diminuiu para 290.00, comparando-se à categoria de referência. Ou seja, no segundo momento do tempo, a distância no valor da renda mensal diminuiu.

Os efeitos das variáveis experiência e raça podem ser citados como importantes na determinação da renda mensal do trabalho principal nos dois momentos do tempo, 1992 e 2008. Ainda que estas variáveis, quando controladas, não alterem profundamente o distanciamento de renda entre as categorias, em relação à categoria de referência, elas são importantes em sua relação com a variável resposta, renda mensal. A variável raça apresenta um comportamento favorável a uma análise, ainda que breve. O impacto da variável explicativa amarela no ano de 1992 era de 933.66, mas no ano de 2008, este valor foi de 436.90, uma queda de 53.20% em relação à variável de referência, pardo. Pode-se destacar, ainda, que os pretos e os brancos apresentaram uma vantagem de aquisição em relação aos pardos, comportamento contrário, entretanto, da variável indígena.

Por exemplo, a variável explicativa experiência apresentou um impacto maior sobre a variável resposta no ano de 2008. Se em 1992, a renda mensal do trabalho principal aumentava 3.16 reais, a cada variação de uma unidade de x ; em 2008 esta aquisição de

renda mensal foi notória, 8.45 reais, um aumento de 167.40%. A importância da experiência no mercado de trabalho em uma dinâmica de recompensas está cada vez mais presente nos estudos sobre os rendimentos provenientes no mundo laboral. “A produtividade intrínseca dos trabalhadores não é determinada apenas pela escolaridade que possuem. Sua experiência geral no mercado de trabalho e, em particular, no posto que atualmente ocupa, também importa” (BARROS *et al*, 2006, p. 1).

6.15 Análise da regressão do modelo controle + educação em 1992 e 2008

O modelo controle + educação apresenta a seguinte equação:

$$(IV) - \text{Controles + Educação: } y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_{23} X_{23} = \text{Rendatp} = \beta_0 + \beta_1 \text{Catclasse} + \beta_2 \text{masc} + \dots + \beta_{23} \text{educação} + u$$

Quando se compara o modelo controles diversos e o modelo controle + educação, nota-se que a variável capitalista obteve uma queda modesta na variação da renda mensal do trabalho principal, se comparada com a categoria de referência. O mesmo comportamento apresenta a variável autônomo com ativos. Em relação aos dois modelos, a variável capitalista indicou para o ano de 1992, 3954.09 e 3588.62 e, no ano de 2008, 5142.54 e 484136. Já a variável autônomo com ativos apresentou a seguinte alteração nos modelos controles diversos e controle + educação. Em 1992, tem-se: 280.19 e 260.90 e, no ano de 2008, 290.08 e 278.80.

A variável que apresentou a maior influência sobre as demais variáveis foi a educação.

Analisando, ainda, variáveis relacionadas às profissões de prestígio ou às categorias que possuem ativos de capital, pequeno empregador e autônomo especialista, tanto no ano de 1992, quanto no ano de 2008, as variáveis apresentaram um distanciamento da renda mensal do trabalho principal, se comparadas com os trabalhadores típicos. Por exemplo, no ano de 2008, no modelo com controles diversos e no modelo com controles + educação, as variáveis apresentaram, respectivamente: pequeno empregador, 1368, 58 e 1270, 94; autônomo especialista, 2653.89 e 2183.95. Já a variável autônomo agrícola obteve aumento na renda mensal. No modelo sem controle de educação, o autônomo agrícola ganhava mais de 361.53 reais em relação à variável de referência, trabalhador

típico e, quando se controla também a educação, o autônomo agrícola passou a ganhar menos 100,04 reais em relação à variável de referência.

As variáveis relacionadas às categorias com credenciais e especialidades obtiveram uma diferença substancial na renda mensal do trabalho principal, se comparadas às categorias de referência. Comparando-se, respectivamente, os modelos controles diversos e controle + educação no ano de 2008, a variação se apresentou para os gerentes, 1578.09 e 1258.58; os especialistas, 2132.69 e 1709.35; qualificados, 584.76 e 336.78 e, os supervisores, 657.35 e 511.85. Estes dados devem ser interpretados da seguinte forma. Sem o controle da educação os gerentes ganhavam 1578.09 reais a mais que os trabalhadores típicos, e, com o controle da educação, excluindo este efeito, o valor passou para 1258.58 reais.

Entretanto, as categorias destituídas de ativos e de credenciais obtiveram um aumento na renda mensal do trabalho principal. Ainda que nem todas tenham estabelecido uma relação estatisticamente significativa no impacto sobre a renda dependente. No modelo controles diversos, no ano de 2008, a distância da renda mensal dos domésticos em relação à categoria de referência era de menos 330,62 reais. Ou seja, a cada variação de x , os domésticos ganhavam 195,49 reais a menos em relação aos trabalhadores típicos, já no modelo controle + educação, excluindo o efeito da educação, os domésticos passaram a ganhar 46,88 reais a mais que a variável de referência, a cada variação de x . O que demonstra como o efeito da educação impacta a renda dos domésticos.

Os trabalhadores elementares, por exemplo, no ano de 2008, no modelo controle diversos recebiam menos 300,62 reais em relação aos trabalhadores típicos. Já no modelo controle + educação, este valor passou para menos 63,32 reais. Quando não se controla o efeito da variável educação, a renda mensal do trabalho principal aumenta. Os autônomos precários apresentaram uma renda menor que a categoria de referência, 154,93 reais, no modelo controles diversos, mas, no modelo controle + educação, este valor foi de -30,33 reais. Isto significa que neste modelo, os autônomos precários recebiam menos 30,33 reais que os trabalhadores típicos.

Nas análises das regressões é possível obter algumas conclusões gerais:

O impacto da variável experiência sobre a variável dependente dobrou nos dois momentos do tempo. Em 1992, no modelo com controle diversos e no modelo controle +

educação os coeficientes foram, respectivamente, 3.16 e 7.52. Já no ano de 2008, os coeficientes indicaram os respectivos valores: 8.45 e 15.10. A cada aumento de uma unidade na experiência profissional, controlada a educação, o valor da renda mensal do trabalho principal é de 15.10 e, sem o controle da educação o valor da renda mensal do trabalho principal aumentava 8.45 reais. Quando não controla o efeito da educação, a experiência se torna mais importante na determinação de renda.

Quando se avalia o modelo controle + educação, verifica-se que controlando a influência da educação, os coeficientes variaram acentuadamente. Em 1992, comparando-se os modelos controles diversos e controle + educação foram verificados os seguintes coeficientes: 219.51 e 329.98 e, no ano de 2008, houve a seguinte variação, 282.94 e 374.79.

Em 1992, no modelo controles diversos, os homens ganhavam a mais do que as mulheres 219.51 reais. No ano de 2008, os homens recebiam 282.94 reais a mais do que as mulheres.

No modelo controle + educação, em 1992, quando se retira o impacto da educação, os homens ganham 329.98 a mais que as mulheres e, em 2008, esse valor era de 374.79, a mais que as mulheres. Através do controle da educação, a vantagem de renda masculina aumenta 50% em 1992 e, a vantagem de renda no ano de 2008, também controlando a educação, é de 32% a mais que a renda das mulheres. No ano de 2008 é perceptível a redução da vantagem da renda masculina e do impacto da variável educação sobre a variável gênero.

Esse fato significa que, em relação a gênero, a educação apresentou uma substancial importância, principalmente na aquisição de renda feminina. Pois há o aumento da desvantagem da renda feminina em relação à renda masculina quando não se considera o fator de impacto da educação.

O efeito da educação sobre a raça apresentou um efeito mais determinante sobre a variável amarelo. Em 1992, na análise dos modelos controles diversos e controle + educação, há a seguinte variação de renda mensal do trabalho principal, 933.66 e 725.60. Já no ano de 2008, a influência da educação reduziu 436.90 e 300.63. As variáveis preto e indígena apresentaram estabilidade e o branco obteve uma queda na renda mensal. Todas as variáveis são comparadas com as categorias de referência, pardo.

As variáveis que necessitam de credenciais como qualificado e supervisor apresentaram um efeito sobre a variável dependente mais modesto do que os gerentes e os especialistas. Entretanto, estas quatro variáveis mantiveram seus coeficientes praticamente estáveis nos três primeiros modelos. Mas ao se controlar o efeito da educação, constatou-se uma diminuição do poder explicativo destas variáveis, o que demonstra uma relação entre estas variáveis com a educação.

A variável capitalista não se alterou substancialmente na verificação dos quatro modelos, além disso, esta variável causou o maior impacto sobre a variável resposta em todas as comparações. Ainda na esfera da influência de classe, a maior parte das variáveis relacionadas às categorias de classe teve um considerável impacto sobre a renda mensal do trabalho principal, se comparada com as variáveis ligadas às regiões brasileiras, por exemplo.

Destaca-se a importância da classe e da educação sobre as diferenças de renda mensal do trabalho principal das categorias de classe. A hipótese central do trabalho que procurou verificar o efeito de gênero sobre as mudanças nas distâncias de renda entre as categorias de classe demonstrou que gênero não apresentou uma influência relevante nestas diferenças de renda proveniente do trabalho, comparados os dois momentos do tempo, 1992 e 2008.

6.16 Poder explicativo dos modelos de regressão: breve consideração sobre o R^2 ajustado

A análise do R^2 , coeficiente de determinação (variação dos Y_i 's ou a soma dos quadrados total SST), explicada pela variável independente(s) é um importante instrumento metodológico para verificar a eficácia do modelo. Segundo o pesquisador Henrique Heder, o modelo de regressão pode ser bem utilizado para uma compreensão mais pungente do interrelacionamento das variáveis, e não com o objetivo do efeito preciso e detalhado de cada uma das variáveis sobre a renda. Uma das formas do modelo se comportar, destaca Jeffrey Wooldridge, é o de “se adicionarmos ao nosso modelo mais fatores que são úteis para explicar y , então mais da variação de y poderá ser explicada. Assim, a análise de regressão múltipla pode ser usada para construir modelos melhores para prever a variável dependente” (WOOLDRIDGE, 2006, p. 64). E como os quatro modelos utilizados nesta

pesquisa explicam a relação entre as variáveis dependentes e independentes?

Tabela 11 - Referências dos modelos sem controle, controle gênero, controles diversos e controle + educação

MODELO	SEM CONTROLE		CONTROLE GÊNERO		CONTROLES DIVERSOS		CONTROLES + EDUCAÇÃO	
	1992	2008	1992	2008	1992	2008	1992	2008
N. de Obs.	115103	167318	115103	167318	114883	167318	114476	166.578
F	2995.72	4456.02	2869.71	4317.09	1797.69	2730.53	2073.87	2951.22
Prob > F	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
R-squared	0.2380	0,2422	0,2448	0.2512	0,2647	0.2729	0,3031	0.2984
R²	0.2379	0,2421	0.2447	0.2511	0.2645	0.2728	0.3029	0.2983

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad) 1992 e 2008. Tabulação e elaboração da autora

Os modelos apresentaram, de uma forma geral, ajustes muito próximos. A flutuação no valor do R² nos modelos sem controle e com controle de gênero permaneceu relativamente estável. Ao se acrescentar as variáveis relacionadas à região, à raça, à experiência e a horas trabalhadas e criar o modelo controles diversos, o R² não sofreu uma alteração brusca. Se o modelo sem controle no ano de 2008 explicava 24,21% da renda mensal do trabalho principal, o modelo controle gênero indicava 24,21% e o modelo controles diversos explicava, 27,28%. Ao inserir a variável educação e delinear o modelo controle + educação, alcança-se o maior poder explicativo no ano de 2008, a 29,83%. A partir da análise das regressões pode se concluir que o melhor ajuste deste último modelo ocorreu não apenas em razão de ter inserido mais uma variável, mas por esta variável ser educação.

CONCLUSÃO

Há um debate substantivo nas ciências sociais humanas e econômicas que abrange as desiguais remunerações de homens e de mulheres no mercado de trabalho. Soma-se a este fenômeno as complexas redes de contratação de trabalho caracterizadas pelas seleções com base nas credenciais, qualificações e experiência laboral, mas, também, condicionadas por um sistema real, embora silencioso, de escolha fundamentada por critérios de raça, de idade, de região, de condicionamento físico, além, especialmente, da desigualdade durável de gênero.

O país, durante os cinco primeiros anos da década de 2000, apresentou um cenário com um processo de estabilidade econômica mais acentuado, se comparado às duas décadas anteriores àquele período, acompanhado por uma queda da desigualdade de renda. Sabe-se da existência de um robusto condicionamento de variáveis e de conjunturas capazes de determinar a renda, entretanto, considera-se a importância de se compreender até que ponto gênero, categoria tradicionalmente presente em diversos dinamismos de exclusão de oportunidades e de capacidades, influenciou neste retrato de uma nova distribuição de renda.

Visando à delimitação de novas indicações para este campo propício e necessário de pesquisa, esta dissertação apresentou como objetivo central verificar se as transformações de gênero na tipologia de classe no Brasil se constituíram como um dos elementos preponderantes nas diferenças de renda entre homens e mulheres e nas próprias categorias de classe. Para tanto, utilizaram-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), nos dois momentos do tempo, 1992 e 2008.

Em relação à categoria de gênero no mercado de trabalho brasileiro, encontrou-se o seguinte perfil. O mercado de trabalho brasileiro apresentou um viés mais ‘escolarizado’ em 2008. Entre as categorias que obtiveram a maior inserção de indivíduos estão aquelas que necessitam de credenciais e formações, como os autônomos especialistas, qualificados, os especialistas, e os gerentes, com uma taxa percentual de aumento, respectivamente, 94,74%, 91,73%, 68, 26% e 27,88%. Estes dados demonstram a importância da esfera educacional na aquisição de empregos, mesmo que a categoria de supervisores tenha apresentado uma queda de 14,70%.

Já as categorias relacionadas à posse de ativos de capital e às benesses apresentaram inconsistências nas participações no mercado de trabalho, o que impediu de se fazer uma análise mais alinhada para este grupo. O total de indivíduos nas categorias capitalista e pequeno empregador cresceu na estrutura social brasileira, 17,30% e 9,19%. Mas, as outras duas categorias relacionadas à informalidade presentes no topo da hierarquia de classes apresentaram queda em seus grupos, autônomo com ativo, 5,73% e autônomo agrícola, 35,04%.

Salienta-se que as categorias presentes na base da tipologia como domésticos e autônomos precários apresentaram a redução em número de trabalhadores, os primeiros, em 13,32% e, os segundos, 16,08%; destaca-se a redução do percentual na categoria trabalhador elementar, na ordem de 19,66%. Por sua vez, a categoria dos trabalhadores, que contém a maior participação de indivíduos na tipologia de classes, manteve-se estável nos dois períodos.

Estes dados sinalizam para um menor percentual de trabalhadores em categorias de classe precárias, e o aumento da população com credenciais e especialidades no mercado de trabalho, além do incremento de pessoas ricas no topo da tipologia.

Analisando o universo feminino na comparação entre as categorias de classe, o total de mulheres presentes na tipologia de classe, no ano de 1992, 35,68% e no ano de 2008, 40,81%, o aumento representou uma variação de 14,38%. Um aumento importante, mas ainda pequeno se comparado com o universo masculino presente na tipologia de classe.

Entre as categorias, aquelas que apresentaram uma taxa percentual mais significativa de aumento da inserção das mulheres se referem às categorias autônomo especialista, 153,34%; qualificado, 134,49%; capitalista, 116,67; especialistas, 84,69% e gerentes, 72,32%. Já as categorias que obtiveram queda do percentual feminino, têm-se, autônomo agrícola, 49,35%; trabalhador elementar, 19,66; doméstico, 13,32% e trabalhador típico, 11,30%.

É relevante destacar a importância da entrada das mulheres nas categorias com ativos de qualificação, como no caso das qualificadas, que representava em 2008, 10,13% das mulheres presentes no total das categorias de classe. Entretanto, essa categoria não é

propriamente privilegiada, pois também é constituída por técnicos e professoras abaixo do segundo grau.

Houve ainda o aumento das mulheres especialistas e com ativos de capital, mas a grande ressalva é que em determinadas categorias, como a capitalista e a autônomo especialista, por exemplo, o universo feminino no total das categorias de classe é muito pequeno e, desta forma, este aumento não representa um impacto determinante na alteração da desigualdade relacionada ao trabalho.

De uma forma geral obteve uma melhora acentuada na entrada no mercado de trabalho, as mulheres presentes nos estratos que exigem credencial e perícia. Em 1992, as mulheres presentes nas categorias gerente, especialista, gerente, qualificado e supervisor, apresentavam um universo de 10,47% e no ano de 2008, este percentual era 19,06%.

A categoria trabalhadora típico, que continha o maior percentual feminino na participação nos dois momentos do tempo, não apresentou alteração. Já o percentual das mulheres presentes nas categorias com ativos de capital, capitalista, pequeno empregador, autônomo com ativo, autônomo agrícola e autônomo especialista, diminuiu consideravelmente, em 1992 era 18,71% e em 2008, passou para 10,39%. E, o percentual feminino presente nas categorias de classe desprivilegiadas apresentou um ligeiro aumento. De 33,46% em 1992 passou para 36,03%.

Mas, um ponto importante leva a refletir a manutenção da desigualdade no mercado de trabalho entre homens e mulheres. As mulheres permanecem em desvantagem, não apenas no que se refere à renda, mas em número de indivíduos nas categorias de classe. O grupo feminino concentrou em mais de 40% a taxa de número de indivíduos em cada categoria, apenas nos posicionamentos socioeconômicos: autônomo precário, 44,20%; doméstico, 93,59% (dados para mulheres); autônomo especialista, 41,94%; especialista, 54,54% , e qualificado, 54,03%.

Pode-se verificar que houve, de fato, o já conhecido quadro de tendências de permanências e mudanças. Em uma análise geral das categorias de classes, as mulheres melhoraram sua entrada no mercado de trabalho, em categorias mais qualificadas ou com a posse de ativos de capital, além da redução das mulheres domésticas e autônomas precárias. Entretanto, no interior das categorias se mantém um quadro fortemente centrado do universo masculino exercendo profissões gerenciais e em posse dos ativos de capital. As

mulheres cresceram em profissões de prestígio e permanecem em condições laborais que não exigem uma formação educacional técnica ou superior, e com menores salários.

Às mudanças de categoria de gênero no mundo do trabalho, podem-se somar as variações da renda hora do trabalho principal entre as categorias de classe e no interior destas, a partir da análise dos grupos masculino e feminino. Verificando-se, comparativamente, os anos de 1992 e de 2008, a renda mediana geral aumentou de 26,49 para 31,64.

No que se refere à renda mediana total das categorias, apresentaram um aumento da renda mediana, no período de comparação de 1992 e 2008, capitalista, pequeno empregador, autônomo agrícola, autônomo especialista, gerente, trabalhador, trabalhador elementar, autônomo precário e doméstico. Obtiveram estabilidade no valor da renda mediana, as categorias, autônomo ativo, especialista, qualificado, supervisor. Consta-se que as categorias do topo da tipologia de classes e as pertencentes à base obtiveram uma melhora no rendimento, enquanto as categorias qualificadas e de perícia mantiveram a renda mediana estável.

Fatores relacionados à reestruturação produtiva, à nova configuração do *status* das profissões outrora relacionadas ao prestígio e reconhecimento social, a inserção de mais profissionais qualificados no mercado são motivos que ajudam a explicar, ainda que esta dinâmica de renda não se reduza a estes fatores, a estabilidade salarial em categorias que exigem um aprimoramento laboral e formação superior. A melhoria da renda nas categorias da base da tipologia pode ser explicada, mesmo que não unicamente, pela atuação das leis trabalhistas, da ação dos sindicatos, da própria valorização da profissão na cultura brasileira e pela dinâmica do emprego do país que se mostrou mais positiva na década de 2000, se comparada à década anterior.

Na análise dentro do grupo, conforme o gênero, a renda mediana masculina geral variou de 28,43 em 1992 para 33,99 em 2008 e, a renda mediana feminina variou de 24,06 para 28,66. Apesar do valor aproximado no aumento da mediana geral, para homens e para mulheres, em todas as categorias no ano de 2008 cujas mulheres obtiveram aumento na renda mediana, a renda masculina ainda permaneceu maior do que a renda mediana masculina.

A variação da renda mediana dentro das categorias, segundo a análise de gênero, apresentou aumento nas seguintes variáveis: renda mediana feminina, com exceção das variáveis qualificado, supervisor e trabalhador, as duas primeiras obtiveram queda e a segunda, estabilidade, as demais variáveis alcançaram aumento da renda mediana. Pode-se destacar o crescimento mais significativo da mediana ocorreu entre as mulheres capitalistas, pequeno empregador, autônomo agrícola, especialista, trabalhador elementar, autônomo precário, doméstico. Estes dados apresentam uma melhora da renda mediana das mulheres das categorias destituídas de ativo de capital e das categorias presentes no topo da tipologia. Em relação à renda mediana masculina, apenas a categoria do supervisor assistiu à queda do valor e, os qualificados, à estabilidade. Destaca-se que o aumento da renda mediana no grupo masculino se apresentou mais expressiva àquela alcançada pelo universo feminino.

Entretanto, realizando a análise com a renda mediana relativa, no que se refere à relação entre a renda geral da categoria com a renda mediana geral, verifica-se que a renda mediana relativa do universo feminino não apresentou o mesmo comportamento da renda mediana, pois obteve queda nas categorias autônomo especialista, gerente, especialista, qualificado, supervisor, e manteve a estabilidade nas categorias de autônomo com ativo e autônomo precário. Conseguiram aumento na renda mediana relativa de forma mais proeminente as mulheres capitalistas, as pequenas empregadoras e as domésticas. Já os homens apresentam redução na mediana relativa nas categorias autônomo especialista, gerente, qualificado e supervisor, na categoria trabalhador houve estabilidade, nas demais, aumento. A variação da renda mediana relativa masculina foi maior do que a feminina.

Uma forma de se compreender melhor como estes dados se distribuem em torno do centro da amostra é os analisar alinhavados com a renda média. O valor da renda média total em 1992 era 40,77 e, em 2008, 49,40. Na análise das categorias de classe, qualificado, gerente, autônomo especialista e capitalista apresentaram uma distribuição acentuadamente assimétrica, com valores bem discrepantes entre as rendas média e mediana. Entretanto, pode-se destacar o autônomo precário que apresentou uma distribuição bem próxima da simétrica em 1992, mas aprofundou a diferença dos valores no ano de 2008. Dentro das categorias, na análise de gênero, os qualificados, especialistas, capitalistas, por exemplo, apresentaram uma assimetria na distribuição da renda hora trabalhada de homens e de mulheres.

É interessante, ainda, notar que o aumento da renda mediana no universo feminino veio acompanhado de um crescimento da desigualdade entre as mulheres, dentro e entre as categorias. A análise do coeficiente de variação indicou a maior heterogeneidade entre as mulheres no interior das seguintes categorias de classe: capitalista, pequeno empregador, autônomo com ativo e doméstico. Por sua vez, houve redução no coeficiente de variação dos universos feminino e masculino as categorias, autônomo especialista, trabalhador elementar e autônomo precário, com a redução mais acentuada do coeficiente entre os homens. E, as categorias a alcançarem uma maior dispersão do coeficiente para o universo masculino foi a especialista, a qualificada e o supervisor.

Pode-se analisar que nas categorias que apresentaram um crescimento mais significativo na renda mediana feminina, ocorreu o aumento da desigualdade (verificada através do coeficiente de variação) entre as mulheres. Mas não foi apenas na avaliação no interior das categorias que a desigualdade no universo feminino, a avaliação do coeficiente de variação entre as categorias a destacou como mais acentuada no ano de 1992. Um exemplo é o coeficiente de variação nas categorias capitalista e doméstica, em 1992 a desigualdade entre as categorias foi menor se comparada ao ano de 2008. A desigualdade não se apresenta apenas entre os sexos, mas dentro de um mesmo grupo, neste caso, o feminino.

Na complexidade dos mecanismos causais de determinação de renda, aplicou-se à análise de regressão para o ajuste das médias e, assim, estabeleceram-se comparações das variáveis, com as respectivas variáveis de referência, com o objetivo de compreender quais eram os modelos de regressão, com seus controles específicos, que mais causaram efeito sobre a renda de classe e, assim, colocar à prova a hipótese de que gênero influenciou as diferenças de renda de classe. Obteve-se, neste aspecto, algumas conclusões gerais.

Em relação às variáveis referentes às categorias de classe. As quatro variáveis caracterizadas pela credencial e perícia, qualificado, supervisor, gerente e especialista, mantiveram sua influência sobre a variável dependente sem alterações mais significativas nos três primeiros modelos: sem controle, controle de gênero e controles diversos. As variáveis qualificado e supervisor apresentaram um efeito mais modesto sobre a variável dependente, às variáveis gerente e especialista. Entretanto, ao se controlar o efeito da educação, através do modelo controle + educação houve a redução do poder explicativo

destas variáveis. E, da mesma forma, ocorreu a diminuição da renda mensal do trabalho principal destas mesmas variáveis, se comparadas à variável de referência, trabalhador típico. Estes fatores demonstram uma relação entre estas variáveis com a educação.

A variável capitalista não alterou seu efeito sobre a variável resposta nos quatro modelos propostos. Considera-se, também, que controlando todas variáveis, a variável capitalista causou o maior impacto sobre a renda mensal do trabalho principal. Com exceção das variáveis relacionadas às categorias desprivilegiadas e sem ativos de capital, as demais variáveis referentes às classes apresentaram uma influência significativa sobre a variável dependente.

Em um movimento contrário, controladas todas as variáveis, as variáveis doméstica, autônomo precário e autônomo elementar não apresentaram um impacto significativo sobre a variável resposta. Caso estas variáveis sejam analisadas à luz do quarto modelo, o distanciamento de renda destas, em relação à variável de referência, reduz-se.

Em relação à variável educação. A variável explicativa experiência obteve um efeito mais expressivo sobre a variável renda mensal do trabalho principal quando não se controla o impacto da educação. Ainda no que se relaciona ao controle da variável educação, há uma mudança significativa nos coeficientes de gênero, o que implica que a variação da renda mensal do trabalho principal de homens e mulheres se altera substantivamente quando se exclui o efeito da educação. Outro ponto, o impacto da educação sobre a raça apresentou um efeito mais determinante sobre a variável amarelo e, no ano de 2008, a influência da educação sobre esta variável reduziu em mais de 50%. As variáveis relacionadas às regiões brasileiras também apresentam a redução do poder explicativo quando analisadas com o controle + educação.

Destaca-se, portanto, a importância da classe e da educação sobre as diferenças de renda mensal do trabalho principal das categorias de classe. A hipótese central do trabalho que procurou verificar o efeito de gênero sobre as mudanças nas distâncias de renda entre as categorias de classe demonstrou que gênero não apresentou uma influência relevante nestas diferenças de renda proveniente da renda mensal do trabalho principal, comparados os dois momentos do tempo, 1992 e 2008.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. S. A.; HENRIQUE, D.N. **Desenvolvimento e gênero no Brasil na década de 1990**, 2003. Disponível: <<http://www.eventos.uevora.pt>>. Acesso: 15 dez. 2009.

BAUMAN, Z. **Globalização** – as conseqüências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BARROS, R. P., FOGUEL, M.N., ULYSSEA, G. . **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea. 2 v. 446 p., 2006.
Disponível em: http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=295.
Acesso em: 10 set. 2008.

BLAU, F. D.; BRINTON, M. C.; GRUSKY, D. B. **The declining significance of gender?** New York: Russell Sage Foundation, 2006.

BERRY, W. D; FELDMAN, S. **Multiple regression in practice**. Newbury Park: Sage, 1985.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M.; MERCADO, C. M.. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA Arletina de Oliveira et al (Org). **Mercado de trabalho e gênero**. Comparações Internacionais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

BRITES, B. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores, **Cadernos Pagu**, v.29, p, 91-109, julho-dezembro, 2007.
Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a05n29.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos** – conflitos multiculturais de globalização. Trad. Maurício Santana Dias. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

CARDOSO Jr., José C. **Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites doseu sistema público de emprego**. Texto para discussão, N. 751. Brasília: IPEA, 2000.
Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1684/2050>>.
Acesso em: 15 dez. de 2009.

CAVALLI, A. Classe. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, v. 1, 1995.

CONNELL, R. W. **Gender and power: society, the person and sexual politics**. Stanford University Press, Stanford, 1987.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M.N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Texto para discussão n. 897, IPEA. Rio de Janeiro, 2002.

DEDECCA, C.S. Anos 90: a estabilidade com desigualdade, p. 109-139. In SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. (Org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

FERNANDES, A. E. S. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/economicas/DistribuicaoodeRenda.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

FERNANDES, L. **A Globalização e a atualidade da questão nacional**. Disponível em: <www.eduquenet.net/globalizacao.htm> Acesso em: 30 mar. 2005.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. **Estrutura de posições de classe no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

_____. **Uma classificação socioeconômica para o Brasil**, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

_____. **A abordagem de análise de classe de John Goldthorpe**. In: SALGADO, Gilberto Barbosa. (Org.). Cultura e instituições sociais. Juiz de Fora: EDUFJF, 2007. p. 87-115.

_____. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**, Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 51, n. 2, 353-402, 2008.

FONSECA, C. Uma genealogia do ‘gênero’, **Revista Antropológicas**, v. 1., n. 1, Recife: PPGA/UFPE, 1997.

GARCIA, L. S.; RODARTE, M. M. S.; COSTA, P. L. Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., Caxambú, MG,

Anais... Caxambú, MG, 2006. Disponível em:
<www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_834.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2006.

GEMARX. Grupo de estudos e pesquisa: marxismo e direito. Salvador, Bahia. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/gdisc/brasil/tematicas.htm>. Acesso em: 05 de agosto de 2008.

GIDDENS, A. **Sociologia**. São Paulo: Artmed, 2005.

_____. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**. Trad. Márcia Bandeira Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GLENN, E. N. The social construction and institutionalization of Gender and Race: an Integrate Framework, **Revisioning Gender**, Thousand Oaks, p.3-43, 1999.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. "Entrevista com Joan Wallach Scott". In: **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.

GOLDTHORPE, J. **Cultural capital: some critical observations**. SCHERER et all (eds). From Origin to Destination. Chicago, 2007.

GOLDTHORPE, J; MCKNIGHT, A. The Economic Basis of Social Class. **CASEpaper**, n. 80, February 2004. Disponível em:
<<http://sticerd.lse.ac.uk/dps/case/cp/CASEpaper80.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

KON, A. **Divisão do trabalho no Brasil:** a questão do gênero. Texto para Discussão n.5, 2003, PEPGEP/PUCSP. São Paulo, 2003.
Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf>.
Acesso em: 10 set. 2008.

_____. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32, João Pessoa, **Artigos...** João Pessoa: ANPEC, 2004.
Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf>.
Acesso: 10 ago. 2008.

_____. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL, Belo Horizonte, **Artigos...** Belo Horizonte: Abep, 2005.
Disponível em:
<www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnitaKon>. Acesso em:

10 set. 2008.

_____. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero, **Mulher e Trabalho**, v. 6, p. 01-20. Porto Alegre: FEE. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

LAVINAS, L.; ALVES, J. E. D.; NICOLL, M. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas, **Parcerias Estratégicas**, v. 22, p. 39-75, 2006. Brasília. Disponível: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_304.pdf>. Acesso: 15 ago. 2008.

LEWIS-BECK, M. S. **Applied regression: an introduction**. Beverly Hills: Sage, 1980.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, mai./ago. 2004.

LESSA, S. **Lukács: trabalho e ontologia do ser social**. Palestra, 1996. Disponível em: <www.sergiolessa.com/Palestras/Trabalho_Onto1996.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2009.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação, **Pesquisa de Planejamento Econômico**, v. 10, n.1, p. 217-272. Abril. Rio de Janeiro, 1980. Disponível: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/497>>. Acesso: 10 dez.2009.

LORBER, J. **Paradoxes of gender**. New Haven, CT: Yale University Press, 1994.

MAAR, W, L. A centralidade do trabalho social e seus encantos. In: FERREIRA, L (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 1997.

Leslie McCall. The Complexity of Intersectionality, Signs:**Journal of Women in Culture and Society**, no. 3. p. 1771-1800, 2005.

MALOUTAS. T. Sócio-economic classification models and contextual difference: the 'European Sócio-economic Classes' (ESeC) from a south european angle, **South European Society & Politics**, v. 2, n. 4, December, 2007.

MARUANI, M. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In: . COSTA, Arletina de Oliveira et al (Org). **Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** – Tese sobre Feuerbach. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

MARTIN, P. **Gender as social institution**. Louisiana: Southern Sociological Society, 2004.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, M. *et al.* Nota técnica. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente Brasília**: Ipea, 2006, 2 v. 446 p.

MELO, H.P. Gênero e pobreza no Brasil. **Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero en America Latina y el Caribe**. Convênio: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MOKDECI, J.J. **Mídia e globalização**: da concepção universalista de mercado à cultura global. Juiz de Fora: UFJF/NUPE, 2001.

NERI, M. Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social. . In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. 2 v. 446 p.

NETO, G.B. **Introdução à economia do trabalho**. Economia do trabalho. Conceitos básicos. Palestra, (PPGE/UFRGS , 2006. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/ecop72/conceitos-basicos.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

PAIVA, V. Sobre o conceito de "Capital Humano", **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, São Paulo, Jul.2001.

PAYNE, G. (Ed.). **Social divisions**. New York: Santin's Martin Press, 2000.

Pinheiro, L. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA: SPM: UNIFEM, 2008.

POCHMANN, M. Retrato das desigualdades: de gênero e raça. In: _____. **Apresentação**. Brasília: Ipea/ SPM/ UNIFEM, 2008.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Parte I e II. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIBEIRO, C.O.; MENEZES, R.G., Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre. v. 7 n. 1, p. 42-55. jan./jun. 2008.

RISMAN, B. J. Gender as a social structure - Theory arestling with Activism, **Gender & Society**, v. 18, n. 4, p. 429-450, 1994.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo, Atlas, 1983.

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2006. 2 v., 446 p.

SAVAGE, M. Social exclusion and class analysis. In: BRAHAM, P; JAMES, L. (Ed.). **Social differences and divisions**. Oxford: Blackwells, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, M. F. **Gênero e pobreza: um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Caju**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

VALLE SILVA, N. Os rendimentos pessoais. In: HASENBALG, C.; VALLE SILVA, N. (Orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Top Books. p. 431-456.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, 2004.

_____. **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. Para compreender a desigualdade brasileira, **Teoria e cultura**, Juiz de Fora, v. 1, p. 83-100, 2007.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz de Souza. **Rádio Comunitária como espaço de atuação das mediações**. Estudo de caso da Rádio Comunitária São Miguel 105,9 FM. Projeto Experimental apresentado ao Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social da UFJF. Juiz de Fora: 1º. semestre de 2005.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

RIVERO, P.S. **Trabalho: opção ou necessidade?** : um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

TILLY, C.. *Durable Inequality*. California: University of California Press. 1998.

PANTALEÓN, J, **MANA**, v. 4, n.2, p.143-167, 1998.

TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento científico, **Tempo social**, v.18, n. 2, p. 47-63, Nov. 2006. ISSN 0103-2070.

TILLY, C.; TILLY, Cris. **Work under capitalism**. Boulder: Westviw Press, 1998.

SAVAGE, M. Social exclusion and class analysis. In: BRAHAM, P; JAMES, L. (Ed.). **Social differences and divisions**. Oxford: Blackwells, 2002.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WHARTON, A. **The sociology of gender: an introduction to theory and research**. Oxford: Blackwell, 2005.

WRIGHT, E.O. *et al.* **The debate on classes**. London: Verso, 1989.

_____. **Classes**. London: Verso, 1985.

_____. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. (Student edition, 2000).

_____. **Foundations of class analysis**. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright>, 1999>. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. A conceptual menu for studying the interconnections of class and gender. In: BAXTER, J.; WESTERN, M. (Ed.). **Reconfigurations of class and gender**. Stanford: Stanford University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright>>. Acesso em: 09 jul. 2009.

_____. Class social. In: RITZER, George (Ed.). **Encyclopedia of social theory**. Beverly Hills: Sage, 2003. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright>>. Acesso em: 09 jul. 2009.